



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 32

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 9 de Julho de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos)

No Período de Informação Parlamentar procedeu-se à leitura da correspondência.

De seguida, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) proferiu uma Declaração Política, na sequência da qual usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

No período destinado a Intervenções de Interesse Relevante, apresentaram intervenções os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Clélio Meneses (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*), no âmbito das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Helder Silva (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Vasco Cordeiro*) e da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Por fim, entrou-se na agenda da reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Continuação da discussão do Projecto de Resolução – “Criação da Euro-Região da Macaronésia”, da autoria da Representação Parlamentar do PPM.

No debate do Projecto, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Pedro Gomes (*PSD*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

2. Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução – “Comissão de Inquérito – Processo de construção dos Navios Atlântida e Anticiclone”, apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, do Grupo Parlamentar do PSD.

No debate do Pedido de Urgência, usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Marinho (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O Pedido de Urgência foi rejeitado por maioria.

Apresentaram declarações de voto os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Procede à harmonização, na administração pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas”, apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta foi aprovada por maioria.

4. Petição – “Abandono e maus-tratos aos animais”, tendo como 1.^a Subscritora a Sra. Humberta Maria Ferreira de Medeiros, cujo relatório foi apresentado pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*).

No debate subsequente, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, agradeçia que ocupassem os vossos lugares, vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva Gonçalves

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jaime António Silveira Jorge

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Projecto de Resolução – “Comissão de Inquérito: Processo de construção dos Navios Atlântida e Anticiclone”.

Secretário (Cláudio Lopes): Da Comissão Permanente de Economia, Relatório e Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 296/X, “Alteração ao Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de Abril, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira”.

Secretário (José Ávila): Da Representação Parlamentar do PCP, Anteproposta de Lei – “Permite às Regiões Autónomas a participação em agrupamentos europeus de cooperação territorial, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de Novembro”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Presidente: Lida a correspondência, vamos entrar nos pontos agendados e acordados em Conferência de Líderes para o PTAP.

Foi acordada uma Declaração Política para hoje, por parte do CDS/PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A 23 de Novembro de 2006 foi aprovada, neste Parlamento, por unanimidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional que previa a alteração ao Estatuto do Serviço Regional de Saúde para permitir a transformação dos Hospitais Regionais em Entidades Públicas Empresariais (EPE's).

Os objectivos destas modificações e inovações eram “*a obtenção de ganhos acrescidos em saúde, acompanhada de uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis*”.

Foram estes os argumentos do Governo para justificar tal alteração. O Secretário Regional da tutela à época frisou ainda que “*esta nova organização permite maior clareza e controlo da despesa*”.

Tinha outra grande virtude esta solução: “*Na Região não existe a definição do montante máximo até ao qual os Hospitais EPE podem contrair empréstimos ou fazer investimentos*”.

Com os Hospitais EPE’s, seriam também instituídas duas novas figuras – o Fiscal Único e o Auditor Interno – que teriam por objectivo, imagine-se, assegurar “*uma gestão mais criteriosa e responsável*”. Até hoje, não demos por isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP, aquando da discussão deste diploma, não se opôs. Nem podia. Os objectivos que norteavam esta alteração jurídica eram nobres, tendo em vista pôr cobro às principais dificuldades das unidades de saúde: a falta de orçamentos reais e a falta de uma gestão empresarial e profissional. Até hoje, não vimos nada.

Mas nós alertámos para algo que seria da maior importância. O CDS-PP deixou claro que era preciso contratar gente capaz, bons gestores, porque é disso que precisa a generalidade das nossas unidades de saúde.

O CDS-PP tinha e continua a ter um objectivo claro, como dissemos na altura: queremos que os Açores possam ser, no futuro, a “*excelência da gestão hospitalar*” a nível nacional.

No entanto, passados cerca de dois anos da entrada em vigor deste novo enquadramento jurídico dos Hospitais da Região, o que fica provado é que com este Governo do Partido Socialista nunca tal será possível.

Os resultados financeiros alcançados pelos Hospitais EPE’s, findo o seu primeiro ano de vigência, não podiam ser piores. Segundo o Tribunal de Contas, os três hospitais tiveram 83,3 milhões de euros de prejuízo.

O Tribunal de Contas reforça a recomendação de que os hospitais “*deverão ser providos, anualmente, dos meios necessários ao seu normal funcionamento, de modo a atenuar os prejuízos de exploração e conseqüente desequilíbrio financeiro*”. Até hoje, não vimos nada.

Um ano depois, caem assim por terra os grandes objectivos anunciados pelo então Secretário da Tutela. Hoje, não temos melhores cuidados de saúde, nem temos uma gestão mais criteriosa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje temos hospitais que, para controlarem os custos, mandam os doentes mais idosos para casa sem as mínimas condições assistenciais, sabendo-se, como se sabe, que não existe uma Rede de Cuidados Continuados e Paliativos a funcionar na plenitude na Região; Hoje temos hospitais que, por imposição da tutela, para tentarem evitar estes resultados financeiros negativos, não olham à qualidade dos produtos e materiais de uso clínico, apenas ao preço, adquirindo material de má qualidade, demonstrando o total desprezo pelo conforto e sofrimento dos doentes e podendo condicionar o desempenho dos profissionais de saúde; Hoje temos hospitais que não pagam atempadamente aos seus fornecedores – repito: não pagam atempadamente aos seus fornecedores –, quer sejam participações de medicamentos ou outros produtos ou serviços alvo de participação, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e estadas em casas de saúde;

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Hoje temos hospitais que não têm medicamentos para auto-abastecimento, obrigando-se muitas vezes os doentes internados a terem de recorrer às farmácias para adquirirem alguns dos seus medicamentos;

Hoje temos hospitais EPE's que nem os Planos de Actividade, que estão legalmente obrigados a apresentar, elaboram.

Hoje temos hospitais mal geridos, que servem mal os Açorianos.

Este Governo conseguiu transformar os nossos hospitais numa espécie de “prateleira dourada” para alguns jovens e oportunistas militantes socialistas pavonearem as suas paupérrimas qualidades de gestão, mas recebendo principescamente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta postura tecnocrata da tutela que faz prevalecer, apoia e estimula a análise técnica e financeira em detrimento dos aspectos sociais e humanos, é verdadeiramente lamentável para quem gere uma pasta tão importante como a Saúde.

Os prejuízos de 83,3 milhões de euros dariam, numa gestão criteriosa, para, por exemplo, aumentar as tabelas de reembolsos de actos médicos que, nalguns casos, são vergonhosas;

Estes prejuízos dariam, com uma gestão decente, para aumentar a qualidade dos produtos e materiais de uso clínico;

Tamanhos prejuízos dariam, com uma gestão rigorosa, para implementar programas que erradicassem as listas de espera e/ou permitissem que todos os Açorianos tivessem o seu Médico de Família;

E mais: dariam para materializar verdadeiros programas de promoção da saúde e prevenção da doença, que até hoje não existem, diminuindo por esta via a procura dos serviços médicos.

No entanto, estes prejuízos apenas servem para criar mais “Jobs for the Boys”, “emprego para os rapazes”, nas administrações hospitalares. Veja-se a recente nomeação de mais um administrador para o Hospital de Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vamos a um pequeno, mas real e comprometedor, acto de má gestão nos nossos hospitais. É um pequeno exemplo, mas que diz tudo.

No Hospital de Angra, por exemplo, nem sequer a comida que é servida aos doentes tem qualidade. Estamos a falar da comida: a comida não tem qualidade. As refeições são servidas frias, fora de horas e desadequadas às patologias dos doentes.

Pior do que isso. Com este pequeno exemplo, percebemos tudo o resto.

A má gestão está aqui: o hospital fez um contrato com uma empresa de *catering* para o serviço de refeições, supostamente para poupar dinheiro. No entanto, se for necessário, imagine-se por exemplo, para uma grávida, uma dieta personalizada, o hospital tem de pagar à parte esta refeição. Assim está estipulado no malfeito caderno de encargos, que foi feito pela administração do hospital.

Este pequeno exemplo julgo que diz tudo.

Em suma, Sras. e Srs. Deputados, o que fica é isto:

É incompetência a mais e gestão a menos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos o Sr. Deputado Ricardo Cabral, o Sr. Secretário Regional da Saúde e o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Tem a palavra o palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) Deputado Ricardo Cabral (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Queria dizer aqui no nosso Parlamento que existem bons gestores na saúde, há melhores cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores, há ganhos em saúde determinados, há bons médicos, há bons enfermeiros, há bons técnicos e há bons e seguros tratamentos.

Deputados Hernâni Jorge e Lizuarte Machado (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A dívida da saúde é fruto de uma opção e de uma orientação política democrática e socialista, onde todos podem ter acesso a uma saúde tendencialmente gratuita.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Serviço Regional de Saúde é tendencialmente gratuito. Não é uma política do Partido Socialista.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deixem falar o Sr. Deputado Ricardo Cabral, se fazem favor.

O Orador: A situação geográfica das 9 ilhas e dos seus 19 concelhos incorre na necessidade de um sistema de organização do sector de complexidade acrescida. A multiplicação das infra-estruturas, dos equipamentos, dos serviços inerentes à dispersão territorial, tanto como a mobilidade necessária dos utentes do serviço entre as ilhas e o continente português, traduzem-se num volume elevado de despesa e de sobrecustos. O constante e planeado investimento na qualidade de equipamentos dos hospitais e dos centros de saúde é uma realidade do desenvolvimento das infra-estruturas do sistema de saúde na Região Autónoma.

Sabemos todos que as respostas aos problemas nos Açores têm evoluído muito. O aumento dos exames, a sofisticação dos equipamentos que a ciência e a tecnologia têm proporcionado, fazem com que o Serviço Regional de Saúde faça um esforço permanente para acompanhar e oferecer modernidade aos procedimentos e a consequente melhoria da saúde dos açorianos.

Sabemos que é necessário mais dinheiro, mas também sabemos que é necessário melhorar permanentemente na área da saúde. A segurança e a excelência dos tratamentos efectuados nas instituições públicas da Região Autónoma dos Açores têm custos que o Governo Regional e o Partido Socialista optaram por ter, porque nas linhas orientadoras da sua política é sua obrigação suportar.

A qualidade da prestação do Serviço Regional de Saúde é inegável e reconhecida por todos os utentes.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: Já lhe mostrei um gráfico a dizer isso. Se quiser, há estudos do Instituto Nacional de Estatística referenciados que nos dizem isso. Se os Srs. Deputados não querem perceber, por alguma razão é.

Assim, as pessoas mais carenciadas na nossa Região podem viver com tranquilidade, porque sabem que os governos do Partido Socialista têm como prioridade a saúde dos açorianos.

O Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista conhecem o rumo para acelerar a construção de uma Região com mais modernidade, mais conhecimento e mais responsabilidade. A democracia, a igualdade, o talento, a inovação, a informação, o progresso e o desenvolvimento são pilares da política de saúde do Partido Socialista.

É sempre possível continuar a rentabilizar os recursos, diminuir os custos diminuindo os excessos. É preciso ainda otimizar critérios nos hospitais e nos centros de saúde, potenciar as imensas qualidades que o Serviço Regional de Saúde possui, continuar a avaliar todos os procedimentos da saúde.

Tenho esperança, também, de que o investimento nas novas tecnologias venha trazer mais eficácia e eficiência em todos os procedimentos em saúde. Não é por acaso que os indicadores de saúde nos Açores melhoraram sempre com a governação socialista. Houve, tem havido e sempre haverá investimento na saúde nos Açores, porque só assim podemos obter ganhos em saúde.

Avaliar todos os procedimentos em saúde é uma prioridade para quem trabalha e decide. Organizar os investimentos, ordenar as despesas, equilibrar as contas, são tarefas que necessitam de boas decisões. O Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores, com determinação, têm implementado as políticas mais correctas para a nossa Região, que, como todos sabemos, não é abastada.

As políticas da acção de formação da área da saúde, a construção do Hospital de Angra, o Centro de Saúde da Graciosa, o Centro de Saúde da Madalena, a ambulância de socorro de bombeiros da Graciosa, a deslocação de médicos especialistas, são políticas acertadas do nosso Governo. Ainda há mais políticas: a aquisição do retinógrafo móvel, um nutricionista por cada unidade de saúde, o Bloco C do Hospital da Horta, tudo isto são políticas acertadas deste ano de 2009 do Governo Regional dos Açores.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Em suma e para terminar, a responsabilidade, a modernização, a igualdade e a democracia são sempre as nossas orientações estratégicas, sabendo sempre que o dinheiro público é um bem escasso.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que o Sr. Deputado Artur Lima, na sua intervenção, revela desconhecimento em relação às implicações do diploma que fez aprovar, aqui, em Novembro de 2006.

O facto de se tornarem os hospitais em empresas implica que têm obrigações como empresas e, portanto, têm de produzir. É em função da sua produção que recebem dinheiro da Região. Para isso, existem contratos-programa. A tónica que aqui tem de ser dada é na produtividade dos hospitais. Nós temos de incentivar, cada vez mais, a produtividade dos hospitais. É esse o caminho que leva a um equilíbrio das contas.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que em 2008 diminuámos esse prejuízo em 40%. Não está aqui a ser avaliado, está a ser avaliado 2007, muito bem. Portanto, o caminho é muitíssimo positivo.

Relativamente à produção dos hospitais, devo dizer-lhe que considero que a opção da criação dos hospitais-empresa foi a correcta. Nós temos cada vez mais produção nas linhas de cirurgias, doentes saídos de internamento e de consultas externas. Por exemplo, nas consultas externas temos um aumento de 33 mil consultas desde 2006, em comparação com 2008; 16% de aumento nas cirurgias; 13% de aumento nos internamentos. Portanto, a opção é a opção correcta, porque motivou um acréscimo de produção dos hospitais. Ainda é pouco, é verdade. Temos de produzir mais e os hospitais têm de ter mais produtividade.

Discordo em absoluto de todas as outras afirmações que fez, dando até “*tiros ao lado*”. Não nos podemos esquecer que o Hospital de Ponta Delgada é um hospital, hoje, acreditado internacionalmente. Não nos podemos esquecer que Angra e Horta estão, neste momento, num processo de acreditação. Se um hospital é acreditado internacionalmente, é porque tem qualidade.

Só queria ainda fazer-lhe aqui um esclarecimento, que tem a ver com...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu queria saber em que é que o senhor discorda daquilo que eu disse.

O Orador: Discordo com tudo, em absoluto, já disse.

Relativamente à questão fundamental da sua intervenção, que tem a ver com o Relatório do Tribunal de Contas, a leitura que o senhor aqui faz desse relatório não abona em favor do seu conhecimento de finanças nem de economia.

Há aqui um problema que é um défice económico, não é um défice financeiro. Os hospitais têm os meios financeiros para honrar os seus compromissos.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A nível económico há, de facto, um desajustamento, há um défice económico, mas nós disponibilizamos uma série de instrumentos financeiros aos hospitais para fazerem face às suas despesas, como é o caso do sistema de pagamento a fornecedores, em que se obriga ao pagamento em 60 dias. Houve um atraso, já foi justificado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mentira e tenho provas!

O Orador: Relativamente a uma outra questão, que tem a ver com a administração dos hospitais, eu desconheço qualquer militante socialista enquanto administrador delegado de qualquer hospital da Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Segunda-feira já provo isso! Isso é mentira!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(* Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A saúde, hoje trazida aqui pela declaração política do CDS/PP, mantém, hoje como ontem, uma importância para o cidadão que parece não corresponder à importância política que este Governo lhe dá. Nunca foi, durante estes últimos tempos, uma prioridade política do Governo.

A denúncia aqui hoje trazida, em função da leitura dos resultados políticos, económicos, financeiros e de acesso aos cuidados de saúde, na declaração política, é rigorosa e sentida pela população e pelos utentes do Serviço Regional de Saúde. É essa a verdade.

A maioria do Partido Socialista, apesar de ser maioria, está só no auto-elogio ao Serviço Regional de Saúde.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta solidão da maioria do Partido Socialista na avaliação que faz das suas políticas para a saúde não corresponde ao real sentimento, ao que é verdadeiramente sentido pelos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma denúncia que importa todos os dias fazer. Se posso aceitar, como dizia o Deputado Ricardo Cabral, que temos bons profissionais no Serviço Regional de Saúde, que temos bons gestores nas unidades de saúde dos Açores, a verdade é que o problema não está na qualidade nem dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, nem dos seus gestores, está na política deste Governo.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: A verdade, Sr. Secretário Regional, é que há um sub-financiamento crónico do Serviço Regional de Saúde, que prejudica a boa gestão e, desde logo, a disponibilidade aos utentes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: A juntar às diversas denúncias que foram feitas na declaração política, ainda acrescento outra, Sr. Secretário Regional.

Como sabe, o projecto Açores – Região Digital devia estar concluído em meados de 2008. Hoje, sobre essa matéria, pouco mais do que nada temos. Na verdade, este seria um instrumento essencial para ajudar e apoiar quer a gestão dos recursos e dos meios do Serviço Regional de Saúde, quer mesmo a gestão e a decisão clínica.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Tem de ir ver o que está a ser feito na Ribeira Grande.

O Orador: Sobre esta matéria, o Governo demonstrou, a juntar àquelas outras denúncias aqui feitas, incompetência, incapacidade e omissão. Este é, Sr. Secretário, o registo maior da política dos governos do Partido Socialista em matéria de saúde: incompetência, incapacidade e omissão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Melhorando aos poucos, o que tem acontecido no âmbito do Serviço Regional de Saúde deve-se mais aos seus profissionais, apesar da má política do Governo Regional. Esta é, de facto, a lição e a conclusão maior a tirar da política de saúde do Governo Regional.

Sr. Secretário, quer este programa do Governo, quer as suas declarações nessa matéria, até hoje ainda não auguraram nada de essencial, nada de positivo, para uma mudança de rumo. Sr. Secretário, devo dizer-lhe que, sendo, como são, reais os problemas e as denúncias aqui anunciados, não é um Provedor de Saúde que resolverá o problema da gestão e da qualidade do Serviço Regional de Saúde. Faça o favor de apresentar aqui, o mais rapidamente possível, políticas verdadeiras para mudar o rumo da política de saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Proponha, Sr. Deputado.

O Orador: Desde logo, altere o que há a alterar no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, porque fazer o discurso do elogio ao que não merece elogio não tem cabimento, nem resolve nenhum problema aos utentes de saúde.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Onde estão as suas propostas?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, como parece ser o caso, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, para encerrar o debate.

Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer o seguinte: tivemos aqui a intervenção, na defesa do Governo e do partido que o suporta, de duas iluminárias socialistas: a iluminária do Deputado Ricardo Cabral e a iluminária do Sr. Secretário. As iluminárias, normalmente, costumam trazer luz e foi isso que nós não vimos aqui.

Eu socorro-me do termo iluminária roubando-o ao Deputado José San-Bento, naturalmente que ele não se ofende comigo por lhe ter roubado este termo. A iluminária costuma trazer luz, mas o Sr. Deputado Viveiros Cabral não estava aqui e não percebeu o que eu disse, não ouviu o que eu disse, porque trouxe aquela coisa que já tem feita há três, cinco ou seis meses, e eu oiço sempre a mesma coisa.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Eu faço o trabalho de casa, Sr. Deputado. Eu estou aqui é para trabalhar.

O Orador: Não se referiu a nada do que eu disse na minha intervenção. O Sr. Deputado Viveiros Cabral leu uma coisa que não tem nada a ver com aquilo que eu disse aqui. Era o que ele tinha escrito, em casa, há muito tempo, é a cartilha que ele tem escrita há muito tempo.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Disse que temos os melhores cuidados de saúde.

O Orador: Portanto, não se referiu rigorosamente a nada e, como tal, não me merece sequer resposta, a não ser pela sua última frase, em que disse que os dinheiros públicos são para ser gastos com peso, conta e medida e para servir as pessoas, que é isso que o partido dele não faz, nem faz o Governo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É o que tem acontecido, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, V. Exa. disse que esta minha intervenção, em que eu me referia a respeito da análise do Relatório do Tribunal de Contas, não abona em favor do meu conhecimento em matéria económica e de finanças. Permita-me dizer que aquilo que o senhor disse aqui, o seu desempenho até aqui e aquilo que o senhor diz e faz não abona nada, rigorosamente nada, para o cargo que está a exercer. Exerce-o muito mal, com pouca competência e com muita propaganda, mas eficiência, pouca, para não dizer nenhuma, Sr.

Secretário. Portanto, quem não tem, talvez, o conhecimento necessário para exercer o cargo é o senhor.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Para si. É a sua opinião.

O Orador: Para mim e para toda a gente.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Para toda a gente, não! Há quem tenha outra opinião.

O Orador: Há alguns que têm vergonha de o dizer.

Sr. Secretário, vamos lá ver:

O SIS-ARD não funciona. Os senhores já gastaram 10 milhões de euros no Serviço de Informação e não funciona.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Faça um requerimento a pedir informações. Não custa nada.

O Orador: Ainda há pouco tempo, em unidades de saúde, não estava implementado.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Está, sim senhor.

O Orador: Os senhores esturraram dinheiro.

Depois, há uma grande diferença. Ultimamente, para si, para os socialistas e para o Governo, os doentes são números. Os senhores tratam os doentes como números.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado, Sr. Deputado. Muito enganado.

O Orador: Para nós, há uma diferença: os doentes são pessoas e é assim que devem ser tratados, Sr. Secretário. É dessa maneira que devemos tratar os doentes, como pessoas.

Mais um acto da sua má gestão: agora o Plano Regional de Saúde, que antes era 2009/2013, passou para 2009/2012, recentemente anunciado.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Leia a lei, Sr. Deputado. Leia o Estatuto Regional de Saúde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Estatuto Regional de Saúde está ultrapassado!

O Orador: O outro não está feito, nunca o fizeram e, portanto, mais incompetência: nem um Plano Regional de Saúde fizeram.

Em nenhuma região do mundo se faz um Plano Regional de Saúde para durar dois anos, porque em 2009 ele já não tem eficácia. Se bem me percebe – e toda a gente percebe –, em 2009 esse Plano Regional de Saúde já não tem eficácia. Os senhores percebem bem disso.

Sr. Secretário, vou dar-lhe um exemplo da sua gestão e da má gestão do Governo.

No Hospital de Angra, a respeito da comida fria, quem está doente precisa de carinho e de cuidados, precisa de ser bem tratado. Se falha na comida, falha tudo o resto, Sr. Secretário. É um aspecto essencial que os senhores devem ter em conta. Isso não conta para os vossos números e, portanto, pelo menos corrija isto.

Os senhores compraram tabuleiros térmicos para levar os alimentos, as refeições. O que acontece? O investimento foi tão bem feito que os tabuleiros térmicos não cabem nos carrinhos de transporte. Mas algum gestor faz uma compra destas? Comprar tabuleiros térmicos que não cabem nos carrinhos de transporte? Depois, os carrinhos de transporte não cabem nos elevadores das cozinhas! Tem de se recorrer ao pratinho com a bandeja de inox em cima e chega tudo frio aos serviços! E, como não há pratos, vai em pratos de plástico!

Sr. Secretário, quer pior exemplo do que este? Pior má gestão do que esta? Quer pior para se dizer a um doente do que “nós não temos este medicamento aqui, vá comprá-lo à farmácia para o dar ao seu familiar”? Quer pior do que isto?!

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Quero saber a quem foi dito isso. Diga o nome do doente, que eu quero investigar isso.

O Orador: E, sobretudo, quer pior do que os pagamentos em atraso que os senhores devem aos fornecedores, que o Hospital de Angra deve a fornecedores? Mais de 8 meses! Desde Janeiro que não paga! É essa a sua gestão? Essa é a gestão que os senhores não conseguem ter.

São todos estes problemas reais que existem, Sr. Secretário, e que os senhores não conseguem negar, porque todos os doentes sentem isso na pele.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Todos os doentes – todos, Sr. Vice-Presidente – sentem na pele essa qualidade. E todos os fornecedores sentem na pele o atraso de meses.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Está muito enganado, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Vice-Presidente, combinamos o seguinte: segunda-feira vou levar-lhe o fornecedor a quem o senhor deve Outubro, Novembro...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Tem a Segurança Social em dia?

O Orador: Um que dá a cara, porque os outros têm medo.

Se tem a Segurança Social em dia?! Não é uma empresa do Governo! É uma empresa privada, lucrativa e bem gerida! Não é uma empresa gerida pelos gestores do Governo, Sr. Vice-Presidente! Eu levo-lho, porque esse me disse: “eu dou a cara, não tenho medo deles”, mas os outros têm, Sr. Vice-Presidente!

Deputado José Lima (PS): Ninguém tem medo de ninguém.

O Orador: Termino por aqui, mas segunda-feira verá: Novembro, Dezembro, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio e Junho que os senhores devem! 8 meses!

Sr. Deputado, não é medo no sentido de sofrerem ameaças físicas, as pessoas têm receio de, eventualmente, ainda ser pior. E esse receio existe na sociedade, quer os senhores queiram, quer não, e existe nos fornecedores.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminou a declaração política.

Tenho várias pessoas inscritas para o tratamento de assuntos políticos: os Srs. Deputados Nélia Amaral, Paulo Estêvão, Clélio Meneses, Berto Messias, Zuraida Soares e Pedro Medina.

Começo por dar a palavra à Sra. Deputada Nélia Amaral, para uma intervenção.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um chama-se Adelino Andrade. Um laboratório. Os senhores não pagam. É mentira que os senhores devem?

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não, não é!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Então devem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que acabasse esse frenesim e que entrássemos no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito se tem dissertado, recentemente, sobre o contexto de crise económica que se vive, de forma mais ou menos intensa, por toda a parte, abundando as referências à forma como esta afecta, em particular, os grupos mais desfavorecidos.

Se é certo que o actual contexto nos coloca perante desafios económicos, não é menos certo que estes têm um sério impacto social. Importa também assumir que a resolução de ambos está igualmente estreitamente interligada e depende, em grande medida, da perspectiva que adoptamos e, conseqüentemente, da forma como nos posicionamos perante os acontecimentos.

Importa aqui salientar que, apesar de hoje haver um maior consenso sobre a natureza multifactorial dos problemas sociais, continuam a verificar-se diferenças significativas na forma como nos posicionamos perante estes. Destas diferenças de perspectiva, de modelo conceptual de análise e de intervenção, já aqui o afirmei, depende o sucesso das nossas acções. São diferenças que assumem particular relevância e particular visibilidade em tempos de maior dificuldade.

Particular relevância porquanto as situações mais complexas de exclusão nos exigem maior especialização, maior coerência e maior rigor na intervenção.

Particular visibilidade porque em situações de maiores dificuldades invariavelmente sobressai o que de mais genuíno há em cada um de nós: A nossa matriz de valores, código de princípios, atitudes e padrões de comportamento.

É neste contexto, perante uma situação de crise económica globalizada, com reconhecidos impactos sociais que assumem particular relevância junto dos grupos mais desfavorecidos, que considero particularmente graves declarações proferidas por figuras públicas, formadoras de opinião, detentoras de poder e agentes de intervenção económica, social e política porquanto reveladoras de um posicionamento que, sob pretexto da “crise”, só poderá contribuir para o agravamento da exclusão social de uma faixa significativa da população.

Permitam-me alguns exemplos:

Quem afirma que “Os empregos na protecção civil só servem para ocupar os Cabo-Verdianos” dificilmente acreditará na sua capacidade criativa ou empreendedora, de assumir iniciativas ou de concretizar projectos e como tal inibirá, ou pelo menos não facilitará, o seu acesso a um vasto leque de oportunidades de desenvolvimento pessoal;

Quem considera que “Os imigrantes contribuem para o agravamento do desemprego” dificilmente reconhecerá a diversidade (quer se trate da diversidade baseada na nacionalidade, como qualquer outra) enquanto uma mais valia com potencial de riqueza;

Quem opta por se referir a uma prestação social como “Rendimento Sem Incómodo” dificilmente se incomodará com a defesa da dignidade humana de quem tem que se incomodar todos os dias com a satisfação de necessidades básicas ou lhes reconhecerá vontade e capacidade para alcançar outro estatuto;

Quem considera que “não podemos ter nas escolas crianças sem cuidados de higiene” ou que “levar todos à escola é nivelar por baixo e prejudicar os bons alunos” dificilmente promoverá o saber e a generalização do acesso à informação (escolar ou não, formal ou informal) como factor fundamental à capacitação e autonomização das populações, à tomada de decisão, à capacidade crítica e à aquisição de competências para desempenhar tarefas socialmente reconhecidas.

É neste contexto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo, que reafirmo a gravidade destas tomadas de posição.

São graves porquanto mais do que opiniões pessoais são reveladoras de princípios, valores, atitudes e comportamentos, de decisores que atribuem aos pobres e excluídos sociais total responsabilidade pela situação em que se encontram;

São graves também, porque se desresponsabilizam de prestar um contributo activo imprescindível para a inclusão;

E são graves ainda porque revelam acomodação com o “não ser”, “não estar”, “não fazer”, “não saber” e o “não ter” de muitos.

Este não é, decisivamente, o nosso quadro de referência. Sabemos que não será também a perspectiva de muitos outros. Mas também temos conhecimento de que o sucesso da luta contra a exclusão social depende, hoje mais do que nunca, do envolvimento activo de todos, pelo que se impõe uma significativa mudança de atitudes que abranja as entidades oficiais, a comunidade e as pessoas em situação de exclusão.

Uma mudança de atitudes que seja capaz de facilitar uma interacção positiva entre as pessoas excluídas e a sociedade a que pertencem, sendo certo que essa relação terá, necessariamente, de processar-se em dois sentidos distintos:

No sentido de proporcionar às pessoas excluídas oportunidades de aquisição de competências (pessoais, sociais, académicas e profissionais) que as capacite para assumir uma cidadania activa, participando na vida económica, social política e cultural da sua comunidade como cidadãos de pleno direito;

Mas também no sentido da sociedade que, para além de proporcionar essas oportunidades de formação, é capaz depois de acolher o exercício desta cidadania, reconhecendo na inclusão destes cidadãos uma oportunidade de mais valia para a sociedade no seu todo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com base neste enquadramento que retomo as referências iniciais aos desafios que hoje se nos colocam pelo contexto de crise económica, agora nesta perspectiva de inclusão enquanto relação entre os excluídos e a sociedade.

Como já se viu, os factores económicos, não sendo exclusivos, podem ser decisivos na explicação de grande parte de situações de exclusão.

De igual modo, a dimensão económica da integração assume importância crucial quer na perspectiva da capacitação dos indivíduos e famílias, quer na de reorientação da sociedade que se democratiza e oferece oportunidades a todos os seus membros, viabilizando a sua inclusão.

A Organização Internacional do Trabalho, nas comemorações do seu 90.º aniversário, vem validar esta perspectiva ao assumir o acesso a um trabalho decente como factor decisivo para a inclusão.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encara o actual contexto económico não só como fonte de dificuldades mas também como uma porta aberta a novas perspectivas de desenvolvimento e assume a criação de novos ciclos de oportunidades e de riqueza ao nível local como factores imprescindíveis para que se quebrem ciclos de pobreza.

É com base nestes pressupostos e perante a tomada de consciência destes problemas que têm vindo a ser adoptadas novas perspectivas de intervenção. O movimento denominado de Economia Solidária é exemplo dessa procura de soluções alternativas e tem vindo a afirmar-se como área de intervenção económica e social, cujo potencial é hoje reconhecido um pouco por todo o mundo, da Europa aos Estados Unidos e Canadá, passando pela América Latina.

Parafraseando Rogério Amaro, o termo “Economia Solidária” pode ser definido como um conjunto de actividades económicas que se caracterizam por práticas e objectivos de solidariedade, numa perspectiva sistémica e de valor social.

Trata-se de iniciativas que abandonam a matriz assistencialista tradicional, substituindo-a por outra centrada no utente, no reforço das suas competências, na sua capacitação para uma vida autónoma, e na criação das condições para o exercício dessas competências.

Um modelo de intervenção que, reconhecendo a incapacidade do tecido produtivo em oferecer oportunidades de emprego a todos, e em particular aos grupos mais desfavorecidos (quer seja por dificuldades económicas, por desconfiança ou por discriminação), se propõe a criação de oportunidades de emprego com uma função social.

Dispomos assim de um modelo de intervenção que operacionaliza o princípio da inclusão, de que falávamos antes, enquanto via de capacitação das pessoas que adquirem novas competências, mas também de construção de comunidades e sociedades inclusivas que se abrem à participação destas pessoas.

Também nos Açores têm surgido empreendimentos solidários desde o início dos anos 90.

As iniciativas desenvolvidas na Região assumem uma matriz que se traduz na produção de bens e serviços, na criação de emprego, na distribuição de rendimentos, na satisfação de necessidades de consumo e na concretização de investimentos em domínios variados, desde os mais tradicionais aos mais modernos como sejam, por exemplo, a doçaria ou a tecelagem, por um lado, e as artes gráficas ou o turismo ecológico, por outro.

Trata-se de iniciativas económicas que assumem um claro objectivo social – o de contribuir para a promoção da coesão social, nomeadamente através de oportunidades de formação e de emprego para pessoas normalmente à margem do mercado normal de trabalho, caso de pessoas portadoras de deficiência, doentes mentais, emigrantes regressados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

Os projectos desenvolvidos na Região procuram ainda conjugar estes objectivos de natureza económica e social com outros de cariz cultural, ambiental e territorial.

Assim, tem-se optado por actividades económicas que valorizam a cultura, o património, os valores e a identidade locais, sobretudo as que estejam em risco perante processos de globalização e de uniformização, atribuindo-lhes valor económico e restituindo-lhes visibilidade e significado social;

Opta-se igualmente pela adopção de novos comportamentos de produção, de consumo e de relação com a natureza, quer se trate de iniciativas produção biológica, de reciclagem de materiais ou de gestão de espaços naturais;

E favorece-se o enraizamento das iniciativas nas comunidades locais contribuindo, em simultâneo, para a promoção do desenvolvimento local, assim como para potenciar o sucesso das iniciativas através da cooperação com os agentes de desenvolvimento local.

Existem hoje na Região várias empresas de Inserção Social, dispersas por várias ilhas, que oferecem um total de 41 valências, que empregam 154 trabalhadores e dão formação a 335 pessoas.

Urge acompanhar este crescimento numa perspectiva de investigação-acção que conjugue o conhecimento científico que vai surgindo sobre esta matéria com a realidade do nosso tecido económico e social.

A economia solidária não será certamente remédio para todos os males sociais. No entanto apresenta-se hoje como metodologia de intervenção cientificamente fundamentada, de aplicabilidade prática internacionalmente validade e de eficácia comprovada.

O seu sucesso enquanto instrumento de combate à exclusão social depende contudo da forma como nos posicionarmos perante ela.

Impõe-se, efectivamente, uma significativa mudança de atitudes.

Temos todos que deixar de **pensar** na pobreza como inevitável ou algo que deve ou pode ser escondido;

Temos todos que deixar de **sentir** pena, indiferença ou repulsa pelas pessoas em situação de exclusão;

E temos todos que deixar de exibir **comportamentos** que culpabilizem a vítima e perpetuem dependências.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições, agradece que fossem feitas, para este debate, todas de uma vez, com excepção dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Não havendo inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça o favor.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, gostaria de solicitar um intervalo regimental de 10 minutos.

Presidente: Sim senhor, é regimental, está concedido.

Sras. e Srs. Deputados, até já.

(Eram 11 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 13 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trago hoje, a esta Assembleia, uma denúncia. É de inteira justiça reconhecer que, sobre este assunto, já outros deputados da Ilha do Corvo manifestaram preocupação e desenvolveram esforços para resolver a situação.

Falo da situação criada, pelos transitários, à população da Ilha do Corvo no âmbito do transporte e entrega de mercadorias. Os transitários exigem aos corvinos, numa situação sem precedentes no resto do país, o pagamento antecipado do serviço. Não se coíbem mesmo de escrever estas regras de autêntica extorsão na documentação que remetem para os clientes locais.

Estes transitários sabem que a população da Ilha do Corvo não possui outras alternativas e que os meios de fiscalização do Estado e da Região primam pela ausência na ultraperiferia do território açoriano e português.

A população da Ilha do Corvo também sabe que tem de pagar um serviço que lhe é fornecido em péssimas condições. Falo de entregas de mercadorias danificadas, de

mercadorias perdidas e de atrasos incomensuráveis. Tudo isto sucede a uma população submetida a um pagamento antecipado obrigatório e sem que lhe sejam concedidas condições para reclamar dos maus serviços que lhe são fornecidos.

A falta de fiscalização por parte das entidades estatais é tão evidente que alguns transitários se dão ao luxo de, na respectiva documentação, falsificar o peso das mercadorias transportadas para a Ilha do Corvo, onerando assim o serviço que, efectivamente, prestam. Quem paga é o Fundo Regional de Abastecimento. É tempo de pôr cobro a este tipo de situações e de restabelecer a legalidade.

A Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos tem de actuar no âmbito das suas funções. Eu estou, naturalmente, disponível para fazer prova do que aqui afirmei e de assumir todas as responsabilidades do que aqui acabei de dizer. Quero reiterar: são afirmações graves, assumo aquilo que disse, estou pronto para o provar e estou pronto para responder por aquilo que acabei de dizer.

É preciso pôr cobro a esta situação, porque isto não sucede em mais nenhuma ilha da nossa Região, o pagamento antecipado por parte dos corvinos, que são submetidos...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Com certeza, Sr. Deputado. Além desta intervenção política vou, também, tomar a iniciativa de notificar e assumir as responsabilidades do que acabei de dizer e de fazer o ónus da prova junto das entidades judiciais.

Porém, além disso, considero que este Parlamento também serve para que estas denúncias sejam feitas publicamente, com coragem, com frontalidade, dizendo “isto está a suceder, este género de abusos que, fundamentalmente, prejudicam gravemente aqueles que são os interesses da Região e dos contribuintes”. É este o conjunto de denúncias que aqui fiz.

Este tipo de procedimento tem de terminar, este tipo de ilegalidade tem de terminar. Não se pode assobiar para o lado. Este problema existe, eu estou disponível e, mais do que isso, posso aqui transmitir também que há muitas pessoas, na população do Corvo, que estão disponíveis para dar a cara por este assunto e testemunhar que o que eu estou a dizer é verdade.

Fica feito este alerta: é necessário terminar com este género de abusos e com este género de impunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Economia e o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia.

(* Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Governo não se demite, como nunca se demitiu, daquela que é a sua tarefa de fiscalizar, sobretudo em termos de práticas que não sejam permitidas por lei.

Não estamos a falar apenas daquilo que podem ser práticas mais ou menos comercialmente agressivas ou ortodoxas, estamos a falar exactamente daquilo que deve ser o cumprimento da lei. Desse ponto de vista, para além de um trabalho que já está a decorrer – também não tenho feito alarde disso, mas um trabalho que já está a decorrer –, estas informações que são dadas são também carreadas para este trabalho, no sentido de se averiguar efectivamente esse tipo de práticas.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

(* Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não tenho aqui presente a legislação que enquadra esse tipo de situações, mas, enfim, tenho-a parcialmente presente de memória, porque mexo muito nisso.

A questão do abastecimento do Corvo, se bem me lembro, é feita nos seguintes moldes: quanto às mercadorias com origem no Corvo e destino ao exterior da Região, ou com origem no exterior da Região e com destino ao Corvo, o transporte e colocação dessa mercadoria é da exclusiva da responsabilidade, de acordo com as obrigações de serviço público, do operador da cabotagem insular, que tem de aceitar em BL corrido independentemente da sua origem, e fazê-las chegar ao Corvo pelo mesmo preço a que elas chegam a qualquer outra ilha.

Os corvinos não podem, em nenhuma circunstância, ser penalizados. O frete marítimo não pode ser, em nenhuma circunstância, agravado. Aliás, é por isso mesmo que esses operadores da cabotagem insular pagam. Aquela perna de ligação Flores/Corvo é paga e muitas vezes custa mais do que aquilo que eles facturam na ligação de Lisboa, ou de Leixões, ou de outro sítio qualquer, até às Flores. Portanto, os corvinos não podem por aí ser penalizados, isso está salvaguardado nas obrigações de serviço público, bem como o tempo de entrega da mercadoria no Corvo que, como sabe, se aplica a todas as ilhas e também está nas obrigações de serviço público.

Nas ligações Flores/Corvo, ou Corvo/Flores, em matérias que não tenham origem no exterior da Região, ou que não se destinem ao exterior da Região, esse serviço e esse pagamento são feitos pelo Fundo Regional, em termos que também estão perfeitamente definidos. E isso funciona.

Agora, questão diferente é a questão que coloca relativamente à relação dos transitários com os seus clientes. É óbvio que nenhum transitário pode recusar, legalmente, a recepção de uma mercadoria tendo como origem ou destino o Corvo. Com excepção, obviamente, se esse cliente tiver contas em atraso e não pagar. Isso é uma relação entre privados, na qual ninguém se pode nem deve envolver. Caso contrário, não pode recusar, essa mercadoria tem sempre de ser aceite, não pode haver recusa.

No caso de recusa, essa denúncia deve ser feita à Direcção Regional que, depois, remeterá à Direcção Regional dos Transportes Terrestres, que é a Direcção competente no licenciamento dos transitários e que pode caçar a licença e, nomeadamente, accionar até a garantia bancária para indemnizar os prejudicados nesta altura, sejam eles do Corvo ou de outra ilha qualquer. Portanto, há aqui procedimentos legais que podem ser seguidos.

Pelo que se percebeu, a Secretaria da Economia já está atenta a essa situação.

Relativamente às questões que têm a ver com estarmos a pagar, ou podermos estar a pagar, todos nós, porque o Fundo é que paga, mais tonelagem do que aquela que é transportada, obviamente que essa situação, a existir, é uma situação ilegal e inaceitável. Porém, há condições para que a administração portuária, no porto das Flores, faça a pesagem dessas mercadorias, porque os *reach takers* estão equipados com balanças que pesam com rigor, com absoluto rigor. Essa pesagem pode ser feita no regresso ao Corvo e, embora isso não

possa ser feito à saída do Corvo, nas mercadorias que aí têm origem, isso pode ser feito no porto das Flores e, portanto, há sempre forma de o controlar.

Como ficou claro nas afirmações do Sr. Secretário, esse assunto está a ser tratado no que diz respeito às responsabilidades da administração pública regional.

No que diz respeito às outras questões, que têm a ver com a relação entre privados, é óbvio que o caminho tem de ser outro. Essa parte não passa nem pode passar por esta casa, embora a denúncia seja sempre algo que qualquer um de nós, tendo conhecimento de situações dessas, deve fazer. Contudo, essa parte não passa por esta casa e não pode ser tratada nesta casa, tem de ser tratada em instâncias próprias.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de agradecer os esclarecimentos que aqui foram realizados pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado que, como se sabe, é uma voz autorizada no tema e que eu respeito muito. Em segundo lugar, queria também registar a resposta do Sr. Secretário Vasco Cordeiro, que só o honra. Sei, porque já lhe fiz chegar outro tipo de situações, que vai agir no sentido de solucionar esta situação, comprovando que os factos que acabei de descrever são reais.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, passamos para outra intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, como sempre a História tem ditado, os Açores estão nas rotas do Mundo.

O nosso futuro faz-se pelo Mundo. Como se fez o nosso Passado.

O Mundo sempre deu importância aos Açores, mais importância do que, se calhar e por vezes, os Açores se dão a si próprios.

Foi ontem anunciado pelo Ministro da Defesa de Portugal que os estudos técnicos sobre a utilização dos Açores como “*centro de treinos para pilotos de aviação de 5ª geração, como*

o *F-22 Raptor*”, ou o F-35, para além da possibilidade de “*testes de mísseis supersónicos*”, estão concluídos, aguardando-se, apenas, “*por uma decisão política*”!

Em 19 de Fevereiro de 2008 – há cerca de um ano e meio – o PSD trouxe, responsabilmente, este assunto ao Parlamento dos Açores. Pela importância especial que o mesmo tem para a nossa Região e para o futuro dos Açores, assumindo como essencial a participação dos órgãos de governo próprio em todo o processo.

Na altura dizíamos e repito “que, no nosso entendimento, as questões relativas à avaliação dos custos e benefícios da existência da Base das Lajes e o respectivo acompanhamento permanente devem merecer tratamento político prioritário da parte dos órgãos de governo próprio da Região”.

Pelo impacto social decorrente dos postos de trabalho açorianos na Base e pelas demais decorrências económicas, ambientais, culturais e políticas em geral, é essencial que os Açores, através dos seus representantes públicos, tenham conhecimento, acompanhem e participem em todos os momentos do processo, de acordo com a Constituição, a lei e os interesses dos açorianos.

Com efeito, a intervenção dos Açores não resulta de qualquer entendimento particular ou de qualquer pretensa intromissão em negociações internacionais, decorre sim da própria Constituição da República Portuguesa que determina, no seu artigo 227º, nº1, alínea t), a participação da Região nos processos negociais relativos a “tratados e acordos internacionais que directamente lhe digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”, para além do próprio Estatuto Político-Administrativo da Região, sempre e em todo o caso, previsões normativas que salvaguardam juridicamente aquilo que são os interesses legítimos da Região.

É assim que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, como primeiro órgão da Autonomia e representante de todos os açorianos, tem o direito e, sobretudo, o dever de acompanhar a situação e pronunciar-se sobre a mesma.

É preciso que, nos Açores, se saiba o que se quer da nossa terra e quais as consequências das decisões dos outros na nossa vida e nas nossas ilhas.

Em qualquer circunstância, dizíamos na altura, o que parece certo é que a posição geoestratégica dos Açores está reafirmada e reforçada, o que só pode ser considerado vantajoso para os açorianos e muito bem!

Porém, dizíamos também, é preciso que se avalie se a nova utilização da Base, ou de outros espaços da Região, implica ou não uma alteração do Acordo vigente e, para isso, os Açores têm de estar informados, de modo a que haja uma posição clara da Região.”

Dizíamos isto há um ano e meio.

Agora reafirmamos as nossas preocupações e convicções.

O Governo e o PS diziam na altura que era preciso ter calma, que não era importante “saber o que o Governo Regional sabia sobre o assunto”, que não era altura para tomar posições.

Agora, ainda a 26 de Junho do corrente ano de 2009, o Secretário Regional da Presidência afirmava que a Região “*não tem pressa na condução deste processo*”. Isto é, um ano e meio depois de o PSD denunciar o problema, o Secretário Regional da Presidência ainda dizia “*a Região não tem pressa na condução deste processo*”.

O problema é que a situação vai evoluindo, vão sendo concluídos estudos e avaliações, a Região continua à margem do processo e o Governo Regional a dizer que “*não tem pressa*”. Mais grave, o pouco que foi dito pelo representante da Região foi que é favorável a esta nova posição militar da base.

Por tudo isso, esta intervenção quer ser, logo e em primeiro lugar, mais um alerta para a necessidade absoluta da Região Autónoma dos Açores participar neste processo e ter uma posição fundamentada em defesa dos nossos interesses.

O PSD entende que não pode ser de outra forma!

De facto, passado todo este tempo, continuam por responder as seguintes questões:

O que é que o Governo Regional sabe sobre este processo?

Conhece o estudo que dizem estar concluído?

Em que se baseia para dizer que é favorável a esta nova utilização militar da base?

Quais os impactos ambientais, sociais, económicos e de segurança desta nova utilização militar?

Quais as contrapartidas previstas ou possíveis?

Tudo isto está, inexplicavelmente, por explicar!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E, assim, não pode continuar!

Da nossa parte, por outro lado, queremos também deixar bem claro que o PSD manifesta responsável, integral e absoluta disponibilidade institucional para participar e contribuir para a assunção de uma posição que defenda verdadeiramente os interesses dos Açores!

Na verdade, a posição dos Açores será tanto melhor quanto mais consensualizada for!

Por outro lado, perante a nova utilização militar dos Açores, poderá estar em causa uma renegociação do Acordo de Cooperação e Defesa existente entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Efectivamente, o actual acordo, no seu artigo IV nº 1, estabelece que Portugal concede aos Estados Unidos “*a autorização para a utilização e manutenção das instalações necessárias à condução de operações militares, bem como para o trânsito de aviões militares dos Estados Unidos da América pela Base das Lajes*”, nos termos definidos no Acordo Técnico.

Perante esta realidade é essencial preparar a posição dos Açores para essa eventual renegociação e, nessa medida, para uma eficaz defesa dos nossos interesses.

A este propósito não deixa de ser relevante que aqueles que sempre consideraram como mau o actual acordo, em quase 13 anos de governação nunca fizeram o que quer que fosse para o alterar e, nesta altura em que, pela primeira vez, se põe a possibilidade de uma diferente utilização militar dos Açores, até agora nada tenham dito de concreto sobre se defendem ou não a revisão do Acordo.

A contradição e a falta de argumentos do Governo Regional são tais que ficam as dúvidas relativamente à opinião que tem sobre o Acordo. Ou o acordo é mau e não se percebe porque não promovem a respectiva alteração, ou é bom e, por isso, não devem culpabilizar governos anteriores!!

É, assim, também, necessário que o Governo dos Açores esclareça de uma vez por todas esta Assembleia se defende ou não a celebração de um novo Acordo.

Outra dimensão da existência de uma força militar estrangeira nos Açores é constituída pelo contingente laboral português afecto a tal estrutura.

De facto, como o PSD tem manifestado, os postos de trabalho portugueses constituem neste momento o principal benefício da instalação Militar Americana nas Lajes. Por isso mesmo, deveria constituir, sempre, a prioridade diplomática da Região a este nível.

Porém, não tem sido assim.

Os assuntos dos trabalhadores portugueses têm ficado, muitas vezes, nos últimos patamares da ordem de preocupações dos nossos representantes.

São várias as matérias que a este nível se têm colocado nos últimos anos, acabando, com preocupação, por se constatar a progressiva diminuição de trabalhadores portugueses a trabalhar nas FEUSAÇORES. Só nos últimos dois anos e meio a diminuição é de cerca de 10%.

No entanto, fixemo-nos naquela que tem constituído uma das principais razões de queixa dos trabalhadores – a actualização salarial. E, sobretudo, manifestamos a nossa profunda perplexidade e estranheza pelo facto do Governo Regional dos Açores ter deixado cair esta justa reivindicação dos trabalhadores portugueses.

Se com a norma relativa à mencionada actualização salarial se promovia um tratamento favorável aos trabalhadores e, nessa dimensão, à Região, com a assunção da inaplicabilidade está, exactamente e nessa exacta medida, a prejudicar-se os trabalhadores e, assim, os interesses dos Açores.

Tudo é, ainda, mais estranho e inexplicável quando esta desistência da Região ocorre, exactamente, perante um evidente aumento da importância da Base para os Estados Unidos. Isto é, na altura em que a Base das Lajes tem maior potencial de negociação é, precisamente, o momento em que o Governo Regional deixa cair uma reivindicação essencial dos trabalhadores portugueses. Não tem explicação, nem tem desculpa.

Menos explicação existe ainda quando se compara a posição final de desistência por parte da Região face aos anúncios audazes de defesa da posição dos trabalhadores e de uma quase garantida vitória negocial a este nível.

Depois de levar algum tempo até tomar uma posição sobre a clara violação do Acordo por parte dos Estados Unidos da América, o Governo Regional assumiu essa realidade, dando nota pública de que iria conseguir resolver o problema.

Decorria o ano 2007, há cerca de dois anos e, antes de uma reunião da Comissão Bilateral, o então representante da Região na mesma, e agora Secretário Regional da Presidência, afirmava com tom corajoso que a delegação portuguesa iria procurar “*convencer os Estados Unidos a libertarem os aumentos salariais na Base das Lajes da regra americana (“Appropriation Act”) que impede aumentos superiores nos ordenados dos trabalhadores portugueses aos efectuados na função pública norte-americana.*”

Mais afirmava tal representante e agora membro do Governo açoriano que “*a ideia (cuja argumentação se iniciou na última reunião da Bilateral) é conseguir para as Lajes um estatuto semelhante ao usado nas bases americanas na Turquia*”.

Adiantava, ainda, de forma aparentemente destemida, que “*no caso turco, os aumentos salariais resultam de uma negociação e não estão limitados pelos aumentos anuais da função pública norte-americana. O que pretendemos é que o resultado do inquérito salarial na base das Lajes seja aplicado*”, assumindo que “*nesta reunião da Bilateral podem estar reunidas as condições para uma decisão nesse sentido*”.

Porém, de forma claramente contraditória e revelando as fragilidades da parte açoriana, passados poucos dias de tais declarações, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, da responsabilidade da Presidência do Governo Regional dos Açores, limitava-se a afirmar que “*Os Açores consideram preocupante não ter sido possível chegar a uma solução jurídica de carácter permanente para o diferendo existente sobre a aplicação do inquérito salarial enquanto instrumento de apuramento dos aumentos anuais dos vencimentos dos trabalhadores civis ao serviço do Destacamento Norte-americano da Base das Lajes*”.

Foi de facto, no mínimo, estranho que o representante da Região no mencionado órgão, depois de anunciar que “*podiam estar reunidas as condições para uma decisão*” favorável aos trabalhadores, venha, poucos dias depois, assumir que, afinal, não havia essas condições e que havia “*a necessidade das partes chegarem a um consenso político que reflecta o espírito e a letra do Acordo*”, isto é, na altura ainda defendiam que se devia defender o acordo, considerando “*que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental e que, mesmo entre reuniões da Comissão Bilateral Permanente, se deve proceder a todas as diligências necessárias para a sua resolução*”.

O que é certo é que, mesmo depois destes arrojados mediáticos, a agenda da reunião seguinte da Comissão Bilateral que, segundo o citado GACS, incidiria sobre “*a apreciação de um conjunto de propostas regionais nas áreas do Turismo e da Ciência e Tecnologia, entre outras*”, não fazia qualquer referência à questão que uma semana antes era para ser resolvida e que, poucos dias depois, era assumida como exigindo “*um consenso político*” e “*que o assunto deve ser classificado como de importância fundamental*”.

Tudo é ainda mais estranho quando, a 26 de Junho de 2009, há poucos dias, o Governo Regional vem assumir que deixou de defender os interesses dos trabalhadores em causa e

deixa cair a reivindicação do cumprimento das normas do Acordo relativas à actualização salarial.

Isto é, aquilo que há dois anos era o cumprimento do acordo, o cumprimento da defesa dos interesses açorianos, agora, nesta altura, deixou de ser importante e passou a ser, assumidamente, uma reivindicação não defendida pelo Governo Regional dos Açores. Aquilo que há dois anos era de “importância fundamental” e merecia “*todas as diligências necessárias para a sua resolução*”, afinal, deixou de ter tanta importância, exactamente na mesma altura em que é reassumida a importância da própria Base.

Deputados Cláudio Almeida e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É, por tudo isto, essencial que se abordem todas estas questões com uma visão apenas comprometida com os interesses dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É essencial que se perceba o especial momento que estamos a viver e a responsabilidade que a sua concreta abordagem pode ter na vida dos açorianos e no desenvolvimento dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É assim que o PSD entende esta realidade:

O reconhecimento da importância geoestratégica dos Açores é sempre uma boa notícia.

O aprofundamento das relações com um país aliado e com especiais ligações com os Açores, como é caso particular dos Estados Unidos da América, deve ser compreendido como uma mais-valia decisiva para o nosso crescimento como Região.

A defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses deve ser assumida como prioridade em todos os processos negociais e no relacionamento diplomático decorrente da instalação da força norte-americana nas Lajes.

A avaliação dos efeitos de uma nova utilização militar dos Açores constitui uma exigência.

A participação da Região em todo o processo negocial, tanto como um direito dos Açores, é um dever dos seus órgãos de governo próprio.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A preparação de uma posição fundamentada e credível que promova com eficácia a defesa da posição açoriana é essencial para o que vier a ser decidido.

Para tudo isto, o contributo de todas as forças políticas é indispensável e deve ser encarado como um dos mais importantes desígnios que este Parlamento deverá ter pela frente nos próximos tempos.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É este o nosso entendimento.

É este, responsabilmente, o nosso propósito.

Mais uma vez, e sempre, na defesa dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Tenho inscritos o Sr. Deputado José San-Bento e o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(* Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir, Sr. Deputado Clélio Meneses, que eu de facto já estranhava, com o aproximar das eleições autárquicas, o senhor ainda não ter falado na questão da Base das Lajes. É um pouco como os programas dos discos pedidos, àquela hora do dia em que a música é sempre a mesma.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ele não é candidato!

O Orador: A primeira questão que convém referir é que, como todos sabem e como o senhor também sabe, a participação da Região nos processos negociais está prevista, está definida e acontece de uma forma normal e regular, ao contrário dos tempos em que Mota Amaral e Cavaco Silva lideravam os destinos, respectivamente, dos Açores e de Portugal.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Apoiado e o senhor sabe que é verdade!

O senhor coloca esta questão do Acordo das Lajes e do seu cumprimento e de todas as questões relacionadas com a Base das Lajes quase num plano existencial: o PSD quer saber, o PSD acha que se deve tomar esta ou aquela iniciativa.

Eu recordo aqui uma comissão eventual, propositadamente criada para estudar o impacto do Acordo aqui nos Açores, iniciativa apresentada pelo PSD e que depois teve, ao longo dos trabalhos, um desinteresse notório da parte do PSD. Isso não deixa de ser estranho e coloca aqui, também, outra perspectiva, face, como já referi, à proximidade de actos eleitorais.

Também é bom que se refira, e desse ponto de vista eu devo saudá-lo, a forma serena com que o senhor – para variar, diga-se de passagem – trouxe aqui este assunto. De facto, nós temos de abordar esta questão de uma forma muito serena.

Estamos a falar de uma alteração da utilização da Base das Lajes, estamos a falar da utilização da Base das Lajes como uma base para treino de aviões. É algo que, como o senhor também disse, foi sujeito a um estudo técnico, por entidades militares, mas que também revelou, como uma das suas conclusões e também como um dos seus pressupostos, que nós estamos a falar de treinos de aviões, estamos a falar de utilização de um tipo de armamento muito sofisticado, é certo, mas de natureza electrónica. Nós não estamos a falar, como há algum tempo aqui algumas forças políticas quiseram insinuar, de bombas, de explosões e de um conjunto de simulação de guerra com armas reais. Isso está completamente fora do cenário.

Sr. Deputado, ao contrário do que o senhor tentou insinuar, é óbvio que, quer o Governo, quer o PS, sabem perfeitamente o que querem, do ponto de vista da valorização geoestratégica dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então digam!

O Orador: Respondendo por partes!

O senhor sabe que existem inúmeras provas nesse sentido.

Nós podíamos falar da estação de rastreio espacial de Santa Maria, podíamos falar da estação de observação meteorológica da Graciosa. Há aqui um conjunto de novas áreas em que os Açores têm revalorizado a sua posição geoestratégica. Tem de ser assim, acompanhando o próprio desenvolvimento tecnológico e acompanhando o rumo da História. Nós já não estamos na fase dos cabos submarinos, dos hidroaviões da Pan-American aqui na Horta, ou, eu antes disse até, nas rotas das especiarias. Nós estamos no século XXI e é nesse quadro, com esses desafios, que os Açores se têm posicionado e recolocado, com assinalável sucesso.

É óbvio, como todos sabem e como eu já disse aqui várias vezes, que nessa valorização estratégica dos Açores a Base das Lajes tem um papel central e uma função primordial.

Nós não concordamos consigo na apreciação que faz sobre aquilo que tem sido a postura do Governo em matéria de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tem de demonstrar com factos!

O Orador: Para nós, é muito claro que é uma prioridade a defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores e a defesa dos direitos desses trabalhadores. Deixe-me que lhe diga, com toda a clareza, Sr. Deputado: a questão que o senhor aqui trouxe sobre o fim do inquérito salarial...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estive a citar! É um zigzague!

O Orador: Com certeza.

...resulta da identificação desse problema por várias identidades, entre as quais uma conclusão da própria comissão de inquérito. Foi nesse quadro que se procedeu à actualização da questão salarial e, curioso, foi uma medida de aplicação directa de implementação muito clara, que permite resolver e eliminar esses constrangimentos e esse foco de problemas, que era a questão do inquérito salarial.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não resolve!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado, e nós vamos estar aqui para ver se esta questão implica uma perda objectiva de direitos e de regalias dos trabalhadores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Deputado não queria dizer isso!

O Orador: Quero dizer o que acabei de dizer, Sr. Deputado. Disse e está dito.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: Muito brevemente, só para concluir, gostava de corrigir também uma das afirmações que o senhor fez.

O que o Governo disse foi que tinha uma posição de princípio favorável à utilização da Base das Lajes como uma base de suporte a treinos de aviões militares, salvaguardando várias questões, entre elas questões ambientais, questões laborais e questões relacionadas com a aviação civil e possíveis constrangimentos no funcionamento da pista para uma utilização civil. Isso foi sempre muito claro, Sr. Deputado e, portanto, em nome da verdade, também convém deixar essa questão perfeitamente clara e esclarecida aqui.

Sr. Deputado, percebendo-se da sua intervenção que o PSD não discorda dessa possibilidade para a Base das Lajes e que reconhece, nessa eventualidade, uma melhoria e uma importante revalorização da Ilha Terceira, dos Açores e da Base das Lajes, sinceramente, o que parece é que, na sua ânsia de discordar do Governo e de estar contra o PS, o senhor quase inventa razões para subir à tribuna e manifestar uma divergência que, pelos vistos, não existe e é apenas uma questão da sua parte.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou apenas limitar-me, sem adjectivar, a referir os dados concretos e objectivos sobre a matéria que aqui foi trazida a esta casa.

Primeira questão, questão para nós estruturante e fundamental:

Não temos dúvidas, temos a certeza de que a nova forma de cálculo dos sistemas de aumento salarial dos funcionários da Base das Lajes é, sem dúvida – como a realidade irá demonstrar e como, aliás, de qualquer forma quantitativa é já possível demonstrar –, mais vantajosa para os trabalhadores da base das Lajes.

É mais vantajosa, porque elimina a conflitualidade que existe no actual inquérito, que tem sistematicamente implicado, como em 2006 e 2007, queixas formais sobre o erro da sua aplicação, visto ser um critério objectivo. O critério é: os funcionários ao serviço dos americanos na Base das Lajes passarão a ter um aumento que resultará do valor maior entre a percentagem de aumento da função pública nos Estados Unidos ou em Portugal.

Isto é, da maior percentagem destas duas variações será o aumento claro, objectivo e directo dos funcionários da Base das Lajes. Ou seja, terão, pelo menos, o mesmo aumento anual que têm os funcionários da administração pública regional e...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E quando não houver aumentos na administração pública?

O Orador: ...se, nos Estados Unidos, os funcionários ao serviço da administração norte americana tiverem um aumento superior ao da administração pública nacional, os funcionários da Base das Lajes irão beneficiar desse aumento, que será superior ao dos

funcionários da administração regional. Acho que é um excelente acordo, que tira qualquer conflitualidade, é objectivo e é concreto.

Para responder a esta matéria do ponto de vista final, este processo só não está concluído porque o Governo dos Açores não admite concluir este processo enquanto não forem pagos, aos funcionários da Base das Lajes, os retroactivos referentes aos anos 2006 e 2007, que estão em dívida por má aplicação do inquérito formal. Foram os únicos dois anos onde houve, efectivamente, queixas formais, por parte dos funcionários, em relação a esse inquérito.

Ou seja, a única questão, a única cláusula que, neste momento, impede a conclusão deste processo – e que para o Governo dos Açores é ponto de honra – é que este novo sistema, que é benéfico para os trabalhadores, que é mais objectivo, mais claro e que anula completamente qualquer situação conflitual, só estará em condições de ser implementado quando os americanos pagarem os retroactivos pela má aplicação do antigo inquérito.

É esta a verdade dos factos, é esta a realidade e esta a verdadeira defesa dos trabalhadores da Base das Lajes.

Deputado Rui Ramos (PSD): E se não pagarem, o que é que acontece?

O Orador: Segunda questão, também muito objectiva e muito rápida:

Os estudos referidos, que estão a ser elaborados no âmbito do treino dos *F-22*, que estão no domínio da Força Aérea e no domínio da Defesa, não foram ainda remetidos ao órgão de análise político que é a Comissão Bilateral. Assim, aquilo que o Sr. Ministro da Defesa disse é verdade, no âmbito da componente técnica de defesa. A decisão final sobre esta matéria é, evidentemente, de carácter político, como disse muito bem e como pelo Governo dos Açores tem sido dito.

No momento em que esses estudos, que apontam para a viabilidade, nas diversas componentes, da introdução dessa nova função na Base das Lajes, forem remetidos devidamente para a Comissão Bilateral, que é o órgão próprio para análise e discussão, esta matéria será imediatamente analisada e decidida. Ou seja, não pode aqui ninguém exigir que se antecipe aquilo que é, do ponto de vista formal, objectivo, correcto e assente na análise dessa questão.

Da nossa parte, como sempre fizemos e continuaremos a fazer, seremos o mais céleres possível na análise deste processo. Agora, não peçam, para tentar ter dois ou três minutos de notícias, que se antecipe aqui...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A notícia era sua!

O Orador: ...o que é uma questão complexa, que deve ser analisada com toda a objectividade, nos momentos certos e com a correcção que a complexidade desta actividade deve ter.

Terceira e última questão:

É também neste contexto e desta forma que devem ser analisadas e ponderadas todas as questões quanto ao actual Acordo da Base das Lajes. Isto é, há que analisar, quando for formalmente apresentada a proposta efectiva, depois da análise técnica, que está feita, de utilização da Base das Lajes no âmbito dessa sua nova funcionalidade, como ela se enquadra no actual Acordo. Só nesse momento é que deve ser, é que pode ser, realisticamente, ponderada a adequabilidade do actual Acordo a esta nova funcionalidade, ou a sua necessidade de alteração ou de ajustamento.

É esta a realidade objectiva, concreta e factual das novas funções que, eventualmente, a Base das Lajes terá. Em toda esta matéria, o Governo dos Açores agiu com todo o rigor, na defesa dos interesses da Região...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Agiu? Imagine se não tivesse agido!

O Orador: ...e pretende sempre que a defesa dos interesses da Região e dos trabalhadores da Base das Lajes seja a nossa primeira realidade, com realismo, com objectividade e, essencialmente, defendendo os interesses dos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): E se não pagarem, o que é que acontece?

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(* Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A palavra, ou o sentimento, que me assalta neste momento é preocupação. Preocupação, desde logo, porque contagiado pela preocupação que o PS manifestou sobre alguns aspectos, designadamente sobre as eleições autárquicas, mas sobretudo preocupação por sentir que, passado todo este tempo, o Governo Regional não sabe o que se passa, nem quer saber.

Mais grave ainda, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo diz que “o Governo agiu de acordo com os interesses açorianos” e, de toda a sua intervenção, não se vislumbrou sequer um único acto, uma única acção, uma única intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia barata!

O Orador: Isto é, o Governo Regional dos Açores assume que agiu não agindo. Isto é preocupante, de facto, para a defesa dos interesses dos Açores a este nível.

O mais grave é quando o Partido Socialista, o partido maioritário, com as responsabilidades políticas que tem, perante um problema desta dimensão faz uma intervenção em que foge de tudo o que é importante, foge dos problemas que foram aqui trazidos e acaba, apenas e só, por falar em Cavaco Silva e Mota Amaral, na Graciosa, em Santa Maria. E aquilo que é, de facto, um dos principais problemas políticos que os Açores têm para resolver nos próximos tempos, zero.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é, de facto, preocupante.

Falaram de eleições autárquicas. De facto, percebo a preocupação com as eleições autárquicas, tendo em conta o que aconteceu nas últimas eleições, nas europeias. Percebo a preocupação e estou solidário com ela, mas, neste caso, isto não me preocupa nada. O que me preocupa mesmo são os interesses dos Açores e dos açorianos e, no caso concreto, uma questão com esta dimensão.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o PSD e o Deputado Clélio Meneses nunca esperaram por qualquer acto eleitoral para falar sobre a Base das Lajes.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sempre, antes e depois, e não recebo de si quaisquer lições a esse nível.

Deputados Mark Marques e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mais do que a minha palavra, são os actos e os registos nesta Assembleia, os registos dos Diários das Sessões, de quantas e quantas vezes trouxemos a esta casa os problemas da Base das Lajes e em especial dos seus trabalhadores, através de requerimentos, através de intervenções, através de declarações políticas, através de resoluções. Infelizmente, as resoluções que o PSD trouxe a esta casa, antes e depois de eleições, todas elas tiveram, sempre, o mesmo resultado: o “chumbo”, da parte do Partido Socialista, relativamente...

Deputados António Marinho e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...a propostas de resolução que pretendiam, apenas e só, salvaguardar os interesses dos trabalhadores. Essas, antes e depois de eleições, tiveram sempre o vosso voto contra.

Por isso, o PSD também é diferente do PS. O PSD é diferente do PS por muitas coisas, mas também e sobretudo por isso: para nós, a actividade política não depende do calendário eleitoral. A actividade política depende, apenas e só, daquilo que, na nossa perspectiva, defende melhor os interesses daqueles que nós representamos, que são os açorianos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: É essa, também, a nossa diferença face ao Partido Socialista.

Por outro lado, devo dizer que é falso que este novo pretenso Acordo seja mais vantajoso do que aquilo que estava previsto no Acordo, que está, de resto, aprovado na Assembleia da República. Se aquilo que é dito ser mais vantajoso para os trabalhadores do que aquilo que existia antes o é, então porque é que os Estados Unidos não queriam aplicar aquilo que está previsto no Acordo? É a questão que fica.

Contudo, o que devo esclarecer, para que não haja mais dúvidas, é que aquilo que foi agora negociado pode ser mais vantajoso do que aquilo que tem sido aplicado até agora, mas não é, seguramente, mais vantajoso do que aquilo que deveria ser aplicado, se fosse cumprido o Acordo. Esta é que é a questão.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que foi aplicado até agora, sempre com pretextos, da parte portuguesa, designadamente do comando português e da parte portuguesa nas comissões, pode ser menos vantajoso do que aquilo que está negociado. Mas, se fosse cumprido o Acordo, como deveria, pela letra de lei aprovada na Assembleia da República, isso sim, seria mais vantajoso e beneficiaria os trabalhadores portugueses!

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito bem!

O Orador: Então, imaginemos um ano em que não há aumento da função pública, americana e portuguesa. Os trabalhadores estão cingidos a não ter como ser aumentados.

Deputado José San-Bento (PS): E o que tem? Então o que é que o senhor defende?

O Orador: O que eu defendo é que seja aplicado o Acordo tal como foi aprovado! Tal como é na Turquia! Eu defendo isso!

O que é estranho é que o Governo Regional também defendia isso! Até há dois anos, até há poucos meses, o Governo Regional defendia isso! O problema é que veio no jornal que defendia isso com grande força, com grande coragem, gente de grande posição política perante os Estados Unidos. Declarações que eu citei, não dei sequer a minha opinião, citei declarações do Governo Regional dos Açores. Passados uns meses, passados dois anos, o Governo Regional já vem dizer que não defende nada daquilo!

São estes ziguezagues, esta falta de coerência, esta falta de firmeza na defesa dos interesses dos Açores que, fundamentalmente, prejudicam, isso sim, a nossa posição negocial!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É contra isto, só contra isto, que o PSD está, porque, no mais, o PSD está a favor de tudo: a favor dos açorianos, a favor dos interesses dos Açores a este nível, a favor da existência da Base, a favor de uma nova utilização militar, desde que sejam precavidos os nossos interesses em termos ambientais, económicos e sociais. Estamos a favor de tudo isto.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Contudo, estamos a favor, sobretudo, do envolvimento dos órgãos de governo próprio da Região num assunto desta importância. E de facto, é lamentável e triste que, perante um assunto com esta importância, o Governo Regional o que tem a dizer é zero, é nada, é o silêncio. Há-de saber-se, há-de ver-se, não temos pressa e as coisas vão acontecendo. Esperemos bem que, mais uma vez, não sejam os Açores a ficar para trás.

Na nossa perspectiva, quisemos dar aqui um contributo positivo, entendendo que só com o contributo de todos se pode alcançar uma posição consensualizada e forte. Contem com o PSD. Esperemos que os açorianos possam contar, também, com o Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento, para esclarecimentos.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Discordo em absoluto com as conclusões que o Sr. Deputado Clélio Meneses tentou trazer a este debate.

Não há nenhum zigzague, não há falta de coerência, não há nenhuma falta de firmeza. Isso só existe na sua cabeça, porque o senhor comete erros primários de análise neste problema. A questão é tão simples quanto isso.

Eu, ao contrário do que o senhor também tentou insinuar, deixei muito clara a posição do PS sobre esta questão. Se o senhor não percebeu, é porque não esteve atento ao que eu disse.

Gostava também de lhe dizer o seguinte: nesta matéria, como no futebol e como em muitas coisas na vida, o que vai valer será o resultado final. Sinceramente, vendo a postura do PSD neste debate, aqui, na Assembleia da República em Lisboa e em outros locais, o que me parece é que, para esse resultado, que será positivo e favorável para os Açores, para a Base das Lajes, para os seus trabalhadores e também para a República Portuguesa, o PSD pouco ou nenhum contributo dará.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor reparou que não disse nada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para reafirmar, objectivamente, aquilo que para nós é estruturante e fundamental nesta matéria.

Em primeiro lugar, a prioridade que demos e damos, como até foi aqui reconhecido, para a melhoria significativa da fórmula de cálculo da remuneração salarial dos trabalhadores ao serviço da Base das Lajes.

Não temos dúvida de que este novo sistema será um benefício claro. É exemplo de determinação e de defesa dos interesses da Região o facto de nós condicionarmos a aprovação deste novo sistema ao efectivo cumprimento do sistema anteriormente em vigor, com as deficiências que tinha, nomeadamente o pagamento dos retroactivos referentes a 2006 e 2007. Se isto não é defesa dos trabalhadores dos Açores, não sei onde é que ela está.

Estou muito à vontade para falar da defesa dos trabalhadores da Base das Lajes, se bem que nunca o fiz publicamente, porque, enquanto deputado na Assembleia da República em 1996, propus e fiz aprovar uma legislação que permitiu apoiar mais de 90 trabalhadores que tinham sido despedidos sem qualquer tipo de apoio, sem qualquer garantia social, durante o Governo do PSD na República e com a conivência do Governo PSD nos Açores, em 1991.

Esse 90 e tal trabalhadores, bem como os trabalhadores hoje ao serviço da Base das Lajes, sabem exactamente quem é que os defende efectivamente, não nos jornais, mas na realidade. Segunda questão, que nós estamos...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Digo-lhe um por um.

Segunda questão, que já é habitual nesta Assembleia.

Lembrava-lhes um exemplo, que é paralelo e tem exactamente a mesma lógica de intervenção do PSD que este.

Está agora a fazer 2 anos que, em pleno Verão, o PSD fez uma conferência de imprensa e convocou, de urgência, uma comissão para que o Governo fosse ouvido porque, segundo constava, segundo achavam, a alteração ou a nova Lei de Finanças Regionais não estava a ser acompanhada porque o Governo não falava publicamente e, portanto, era necessário prestar esclarecimentos nessa altura. Precisamente poucas semanas depois, o resultado ficou à vista, com o benefício de todos os açorianos. Mais uma vez se demonstrou que não é a intensidade do que se fala, não é a gritaria, mas os resultados concretos que são avaliados.

Para ter, essencialmente, serenidade e responsabilidade nestas matérias, devemos falar e agir no momento certo e, essencialmente, orgulhamo-nos disto, somos responsáveis pelas decisões tomadas e pelos resultados destas decisões. No passado como no presente, nesta matéria o Governo dos Açores tem agido na defesa intransigente da Região, intervindo quando necessário, da forma necessária, mas muitas vezes, porque é necessário intervir num determinado momento, esse momento não corresponde às necessidades e aos desejos mediáticos de outros.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado Clélio quer pôr tudo na praça pública.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quero é que esta matéria seja tratada na Assembleia Regional.

O Orador: Como nas outras matérias, o envolvimento do Governo dos Açores na defesa da valorização da Base das Lajes é total e intenso. O Governo acompanha esta matéria ao dia e sabe distinguir o momento em que a análise técnica está a ser efectuada e deve ser devidamente acompanhada, do momento da decisão política, do momento do

acompanhamento político, respeitando o funcionamento normal, sem precipitação e sem qualquer atraso.

A frase fundamental que gostaria de deixar aqui é que não só o Governo dos Açores rejeita, completamente, a existência de qualquer atraso nesta matéria como, muito pelo contrário, considera que tem permitido, com a sua intervenção, a rigorosa, objectiva e correcta resolução desta situação, com a maior rapidez que é possível num processo desta natureza.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre a Base das Lajes e o Acordo de Cooperação e Defesa que Portugal mantém com os Estados Unidos, a posição do PCP é conhecida: respeitamos o Acordo. E, porque o respeitamos, temos vindo a público exigir que o Acordo e partes do Acordo, nomeadamente o laboral, sejam cumpridos.

No entanto, não entendemos que, numa situação, numa conjuntura internacional como aquela que estamos a viver, em que a Base das Lajes é, em termos geoestratégicos, fortemente valorizada – ao contrário do que acontece, normalmente, em períodos em que houve negociação do Acordo, em que um conjunto de personalidades procura, normalmente, desvalorizar a nossa situação e localização geoestratégica, portanto, menorizando e fragilizando assim a posição portuguesa, não acontecendo isso desta vez –, é incompreensível que o Governo Regional tenha abdicado do cumprimento do Acordo, nomeadamente naquilo que concerne ao inquérito salarial.

Como já aqui ficou perfeitamente claro, certamente que se exige... Eu compreendo a posição do Governo Regional ao dizer e ao afirmar aqui, e aqui fica registado, que não aceitará enquanto não seja pago aquilo que é devido aos trabalhadores portugueses. Não me parece é que aquilo que é devido aos trabalhadores portugueses que trabalham na Base das Lajes seja apenas aquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo aqui anunciou, tenho algumas dúvidas que seja apenas isso. É isto que é estranho: que neste contexto, nesta conjuntura, o Governo Regional venha para uma posição recuada.

Depois, Sr. Deputado José San-Bento, isto não é nenhum jogo de futebol. Aliás, se entrarmos por esse caminho corremos o risco de, ao fim do jogo, ficarmos apenas com a

vitória moral, porque entretanto os árbitros desvirtuaram o resultado, que é aquilo de que se queixam as equipas nacionais, as equipas portuguesas, nas competições internacionais. Normalmente, ficamos apenas com a vitória moral porque, entretanto, alguém se encarregou de desvirtuar a verdade desportiva. Eu penso que esta comparação com o futebol talvez não seja a mais adequada.

Por outro lado, gostaria de afirmar, em nome da Representação Parlamentar do PCP, que é de inteira justiça, independentemente da fase da negociação, que esta câmara seja devidamente informada e que acompanhe todo o procedimento. É com certeza um assunto delicado que não é para discutir na praça pública, respeitamos isso. Mas esta câmara, enquanto representante por inteiro do povo açoriano, tem todo o direito, mais, toda a legitimidade, de ser informada sobre as questões que se relacionam com o Acordo da Base das Lajes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passado este tempo que levamos de debate, continuamos preocupados.

Se é o próprio Ministro da Defesa de Portugal que assume, como ainda ontem, que estamos neste momento numa fase de decisão política e que está concluída toda a fase técnica, é preocupante que o Governo Regional dos Açores continue a andar às voltas, a andar às voltas e a andar às voltas, sem dizer nada. Diz que tem tempo, que tem calma, que é preciso calma e tem tempo, quando estamos, neste momento, exactamente no período de decisão política, conforme é assumido pelo próprio Sr. Ministro da Defesa nacional.

Esta questão da tranquilidade com que, aparentemente, o Governo Regional quer levar esta matéria faz-nos lembrar, ainda sobre a Base das Lajes e os seus trabalhadores, algumas declarações que foram feitas nos últimos anos.

A 6 de Março de 1997, Carlos César, ainda Presidente do Governo Regional dos Açores, assumia que, e cito, *“Não existe qualquer perspectiva de despedimentos na Base das Lajes”* e, acrescentava, *“Deve haver uma perfeita tranquilidade”*, também na altura, em 97, falava em tranquilidade, *“Deve haver uma perfeita tranquilidade quanto à situação dos*

trabalhadores portugueses na Base das Lajes. Não há nenhuma razão para que essa questão seja, sequer, um tema sobre conversações relativas à Base das Lajes". Em 97 dizia isto.

O que é certo é que, de 97 até hoje, quantos despedimentos já não houve na Base das Lajes, quantos postos de trabalho não se perderam já na Base das Lajes? O problema é esse.

Em 21 de Outubro, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social dizia, dando uma nota clara dos números oficiais – o problema é que estas coisas são ditas uma vez num dia, outras vezes noutra dia, umas vezes por uns, outras vezes por outros e, depois, não encaixam e a seguir vamos ver que a tranquilidade também não encaixa aqui –, sobre os números: *“Em 2000, 924 trabalhadores; em 2001, 952 trabalhadores; em 2002, 932 trabalhadores; em 2003, 932 trabalhadores; em 2004, 927 trabalhadores*”. Isto é, de 2000 a 2004 manteve-se, mais ou menos, o mesmo contingente laboral. Mas, em 11 de Julho de 2008, um órgão de comunicação social regional citava André Bradford, actual Secretário Regional da Presidência, dizendo: *“André Bradford afirmou que entre 96 e 2007 houve uma redução de apenas 9 postos de trabalho na Base, que emprega actualmente cerca de 850*”. Isto é, dos 952 de 2002, para cerca de 850 em 2008, há apenas uma redução de 9 postos de trabalho?

Deputado Rui Ramos (PSD): É um problema de calculadora.

O Orador: Não se percebe!

Ou seja, o próprio Governo Regional não tem a noção do que se está a passar com a perda de postos de trabalho na Base das Lajes. Mais uma vez, não são palavras minhas, limito-me a citar declarações de um membro do Governo, limito-me a citar o Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Mais grave do que isto é o que ainda hoje se ouviu na comunicação social regional: que, de Maio de 2006 a Dezembro de 2008, houve um decréscimo de 10,5% dos trabalhadores. Neste momento já nem são 800, são 790.

Por isso, sobre a tal tranquilidade de que não havia despedimentos, ou que eram apenas 9 os postos de trabalho que se perderam, o que dizem as mesmas pessoas hoje, perante o facto de serem apenas 790 e terem diminuído 10,5 %?

Mais grave ainda é quando, em relação ao contingente laboral mais jovem, entre os 21 e os 30 anos, houve uma diminuição de 33,3 % e, com menos de 10 anos de serviço, há uma diminuição de 36 % de trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

São números, são sinais, preocupantes e graves. O que nos parece é que é isto que tem de nos ocupar, é isto que merece, da parte dos órgãos de governo próprio da Região, medidas e posições políticas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é continuarmos a falar no Mota Amaral, no Cavaco Silva, ou no Durão Barroso, essa é a forma como o Partido Socialista tenta “*atirar para fora do capote*” as suas responsabilidades! Há 13 anos que os senhores são Governo!

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Foi nestes 13 anos de governação que houve este decréscimo intenso de postos de trabalho na Base das Lajes.

Quando o PSD voltar a ser governo – se os açorianos quiserem, porque o PSD não vai ser governo por querer ser governo, ao contrário do que o PS pensa, que é governo porque quer, o PSD há-de ser governo se os açorianos quiserem –, se for, há-de ser julgado, nessa altura, de novo. Os senhores, na oposição, hão-de contestar e de confrontar o PSD com os seus erros. Agora, são os senhores que são governo, os senhores é que são a maioria e têm de assumir isso!

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Já basta de continuarem, permanentemente, a falar em 96, em 94, no que aconteceu para trás, em 80 e em 70. Já passou este tempo, são os senhores que estão no Governo, os senhores é que têm a responsabilidade de orientar os destinos na Região, pela maioria e pelo poder executivo que têm.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto tem de ficar, de uma vez por todas, clarificado.

Por isso, podem vir outra vez com os números de 93 e de 94, mas isso não resolve o problema. E nós, como deputados e como políticos, estamos aqui para resolver os problemas de hoje, não para expiar as nossas culpas com aquilo que os outros fizeram para trás. É essa a nossa responsabilidade.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dar também um último contributo a este debate – último, espero eu – e para referir, de uma forma muito clara, que o Sr. Deputado Clélio Meneses agora na parte final quis também, propositadamente, fazer aqui uma confusão, falando daqueles que estão contratados, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! Estou a falar nos números oficiais!

O Orador: ...que é um regime diferente e com variações que todos nós conhecemos e que também estão explicitadas no relatório. São os números oficiais, são correctos, estão publicados. As pequenas variações que existem têm a ver, também, com essas questões dos contratados.

O que convém dizer, a título de síntese deste debate, é que este é realmente um processo sensível, mas que tem sido bem gerido pelo Governo, que tem acompanhado, nos termos previstos, este *dossier* e, com isso, tem salvaguardado os interesses dos Açores. Isso é absolutamente claro para nós.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não sei se os trabalhadores pensam a mesma coisa!

O Orador: Sr. Deputado, aqui chegados, a questão é muito simples: ficam, o senhor e o PSD, com as vossas preocupações, fica o PS com a certeza de que estamos no rumo certo e a trabalhar bem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de intervir, na sequência, muito especialmente, da última intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, que me deixou um pouco apreensivo.

Não pude deixar de registar o ar grave e preocupado com que o Sr. Deputado fez referência, apresentando números e estatísticas, e muito bem, relativos às quebras do número de trabalhadores da Base das Lajes, que segundo os seus números...

Deputado Clélio Meneses (PSD): São números oficiais.

O Orador: ...vieram de 924 para qualquer coisa como, nos números de que nós dispomos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): 790.

O Orador: Eu também ouvi as notícias hoje de manhã, Sr. Deputado. Lamento muito, mas eu não venho para aqui comentar as notícias da manhã.

Deputado Clélio Meneses (PSD): São números oficiais. Confirmei-os esta manhã!

O Orador: Os números de que disponho, neste momento, são 837 trabalhadores na Base das Lajes.

Aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses, com a gravidade do seu ar, nos veio dizer, foi que ao longo dos últimos 13 anos a Base das Lajes teria perdido cerca de um cento de trabalhadores, o que é, para nós também, preocupante. Porém, o Sr. Deputado Clélio Meneses esqueceu-se de referir outra coisa e era importante que o tivesse feito, até por coerência. Vai perdoar-me, Sr. Deputado, mas as coisas são mesmo assim e nós não podemos deixar de comparar aquilo que é e será sempre comparável. A verdade é que a Base das Lajes há 30 e tal anos dispunha de 2 mil trabalhadores e a perda do número de trabalhadores durante um período de 20 anos foi de mais de 50 %...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E isso é bom?

O Orador: ...isto é, veio para menos de mil trabalhadores ao longo de 20 anos.

Se acha que é bom...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! É mau!

O Orador: ...a perda de mil trabalhadores ao longo de 20 anos, eu pergunto-lhe como é que está com um ar tão preocupado com a perda de cerca de 100 trabalhadores ao longo dos últimos 13 anos. Não posso deixar de lhe fazer esta pergunta neste momento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estou preocupado com tudo. Antes, agora e no futuro! É sempre preocupante!

O Orador: Depois, queria também dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor e a sua bancada fazem muito bem em estar preocupados, como a nossa bancada também está, em primeira linha com os trabalhadores da Base das Lajes, porque é essencial garantir estes postos de trabalho na Base das Lajes. Porém, eu duvido que a melhor maneira de fazer essa defesa seja com os argumentos que o Sr. Deputado veio para aqui coleccionar e apresentar.

Salários, foi-nos aqui dito, é público e sabido que estão garantidos o melhor salário e o melhor aumento entre aqueles que correspondem ao aumento oficial do Ministério da Defesa norte-americana e o aumento da função pública a nível nacional. O melhor, o maior aumento. Portanto, aquilo que foi aqui afirmado é que, neste momento, está garantido um

aumento superior, melhor, do que aquilo que é o aumento que está garantido para os funcionários públicos a nível nacional. Melhor, nos anos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o Acordo?

O Orador: Relativamente ao Acordo, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que também aí o Sr. Deputado inverte os papéis. A melhor maneira de defender a melhoria deste Acordo não é, como o Sr. Deputado pretende, pondo em causa aquilo que são as novas valências que estão aqui em causa e em discussão para a utilização da Base das Lajes. É isso que o senhor vem aqui fazer. O Sr. Deputado, se quer defender os trabalhadores, deve, como posição de princípio, também defender e proteger novas valências para a Base das Lajes, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E defendi!

O Orador: ...sem prejuízo, naturalmente e em primeira instância, da protecção das questões ambientais e também daquelas que são relativas à segurança dos Açores e da Ilha Terceira muito em especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os senhores é que não sabem. É preciso esclarecer as valências!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com toda a serenidade, com toda a tranquilidade, permito-me participar neste debate para registar duas ou três coisas.

Primeira: sobre esta matéria e, muito concretamente, sobre as novas valências da Base das Lajes, quer o Governo, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através dos deputados que intervieram, “falam, falam, falam, mas não dizem nada”. É impossível não chegar a esta conclusão.

Quando assim é, é legítimo interrogarmo-nos porquê. Três hipóteses são possíveis. Primeiro, não falam, não dizem nada, porque não sabem, o que é preocupante; ou então, sabem, mas escondem, não querem partilhar isso com o povo açoriano, o que é absolutamente ilegítimo e anti-democrático; ou então, estão à espera que ninguém lhes faça nenhuma pergunta e que a coisa vá andando, até chegarmos à política que domina esta Região, que é a do facto

consumado. É absolutamente legítimo tirar esta conclusão, depois do debate que aqui tem sido feito.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é falta de argumentos da sua parte!

A Oradora: Depois, do ponto de vista dos trabalhadores – e também não é difícil pormo-nos no lugar deles –, eu penso que lhes é completamente indiferente se a diminuição dos postos de trabalho foi feita no tempo de Mota Amaral, ou se é feita no tempo de Carlos César. Aquilo que lhes interessa é que eles ficam fora dos seus postos de trabalho, não vão para lá. É impossível nós, aqui, termos o discurso da responsabilidade para trás ou para a frente. Quem perde o trabalho está-se “*nas tintas*”, permitam-me este termo, sobre de quem é a responsabilidade. O que eles sabem é que não é sua. Não é sua, é de quem não tem capacidade nem coragem para defender os seus interesses face a outros interesses.

A seguir, disse o Sr. Deputado José San-Bento, no fundo, que quando isto chegar ao fim todos vamos ficar contentes e as coisas até vão ter um resultado melhor do que aquele que é previsível. Este tipo de raciocínio – já agora, que aqui se usa muito andar para trás, nós vamos lá para trás, mas, então, teremos mesmo de ir muito lá atrás – é a política do pai, que diz: “Confie em mim, eu estou a tratar da vossa vida”. Onde é que eu já ouvi isto? “Eu estou a tratar dos vossos interesses, fiquem sossegadinhos e vão ver que, no fim, tudo vai dar resultado”.

A democracia, uma democracia madura, uma democracia séria, uma democracia evoluída, não é isto, de maneira nenhuma. Isto tem um nome que eu nem ousa dizer nesta casa.

Deputado José San-Bento (PS): Pode dizer! Diga!

A Oradora: Digo, digo! Ou antes, não preciso. Toda a gente sabe qual é o nome e o conceito em que estou a pensar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu não sei!

A Oradora: Sabe, Sr. Deputado! Sabe! Eu sei que sabe!

Finalmente, foi feita uma pergunta que ainda não teve resposta e que, do nosso ponto de vista, era importante que tivesse – pelo menos essa, pelo menos uma – resposta desta casa: quem é que vai fazer o estudo de impacto ambiental? Quem é que vai assumir esta responsabilidade?

Nisto, como em muitas outras coisas, ouvem-se muitas vozes, ouvem-se muitas opiniões. Uma delas é que este estudo vai ser feito exactamente pelas autoridades norte-americanas. O

que é estranhíssimo, porque “*ser juiz em causa própria*” é uma coisa que não passa pela cabeça de ninguém, muito menos numa matéria desta importância e desta gravidade. Quanto a esta pergunta, eu solicitava ao Sr. Vice-Presidente que fizesse o favor de lhe dar resposta. Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser rápido nesta matéria.

Gostaria só de reafirmar e relembrar, em primeiro lugar, aquilo que referi na minha primeira intervenção sobre esta matéria, porque, por vezes, dizemos as coisas e repetimo-las, mas há sempre uma tentativa de repetir exactamente o contrário, para esquecer aquilo que foi efectivamente dito.

Objectivamente, e como referi no começo, o Governo tem acompanhado esta matéria desde o início. A fase do processo em que estamos, exactamente, é uma fase de conclusão dos estudos e avaliações de carácter técnico, no âmbito da força aérea e da viabilidade funcional, desse ponto de vista. Esses estudos não foram ainda remetidos – repito: não foram ainda remetidos – para o órgão e entidade de análise política desta matéria, que é a Comissão Bilateral. Estamos precisamente no momento em que, tendo sido concluídos do ponto de vista de funcionalidade, no âmbito da defesa, que trata das matérias específicas prévias à viabilidade operacional no âmbito da defesa desta nova funcionalidade da Base das Lajes, esses estudos e avaliações não foram, ainda, remetidos para o órgão de decisão político, que é a Comissão Bilateral.

Deputado José Cascalho (BE): Para que serve a análise política sem um estudo de impacto ambiental?

O Orador: A partir do momento em que esses estudos sejam enviados e a Comissão Bilateral, de acordo com as suas competências, reúna, analise e estude, todas as questões que foram, neste momento, colocadas com toda a legitimidade serão devidamente analisadas e respondidas.

Deputado José Cascalho (BE): Comece pelo estudo de impacto ambiental!

O Orador: Neste momento, em que esses estudos e avaliações, de carácter meramente técnico no âmbito da defesa, ou seja, da funcionalidade e operacionalidade na lógica de

defesa, ainda não foram enviados para o órgão de análise política, esta matéria é ainda prematura, o que deixará com certeza de ser a partir do momento em que esses documentos sejam devidamente remetidos.

É este o ponto exacto da situação.

Portanto, ao contrário do que foi dito aqui no princípio, não há ainda uma situação de a entidade política se poder efectivamente, neste momento, pronunciar sobre aquilo que é fundamental, que é sobre os dados objectivos, concretos e operacionais desta funcionalidade.

Deputada Zuraida Soares (BE): E o estudo de impacto ambiental? Quem é que o vai fazer?

Presidente: Creio que, no âmbito da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, ainda há mais um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Fica feio deixar uma senhora sem resposta, não é verdade?

Portanto, Sra. Deputada, folgo muito por ter entrado neste debate. Devo dizer que, pelo que ouvi, quem não diz nada é a senhora, francamente e, também, nós dispensamos as suas lições de democracia tipo “a malta toda aos molhos é que era”, do género “eu já vi tudo, sei tudo, vou contar tudo”.

Nós também registamos, Sra. Deputada, algo que já é notório: a forma como a senhora utiliza esta sua intenção de ser a provedora dos trabalhadores da Base das Lajes para, no fundo, exercitar o seu anti-americanismo primário.

Deputada Zuraida Soares (BE): Os trabalhadores da Base das Lajes têm representação!

O Orador: É disso que se trata. Aliás, isto está na génese do Bloco de Esquerda.

O que interessa dizer, que eu afirmei e reafirmo, é que existem razões objectivas para nós considerarmos que este processo está a seguir bem e vai ter uma conclusão favorável. É isso que eu reafirmo.

Muito obrigado.

Deputado José Cascalho (BE): Quais são?

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Empreendedorismo pode ser definido como uma dinâmica de identificação e aproveitamento de oportunidades, que favorece o desenvolvimento económico e a realização pessoal, sendo os empreendedores vistos como agentes de mudança e crescimento numa economia de mercado, podendo agir para acelerar a geração, disseminação e aplicação de ideias inovadoras.

Peter Drucker, um dos gurus da gestão nos nossos tempos, diz que *“A actuação do empreendedor é pautada pela perseguição, sem tréguas, de oportunidades, num processo de descoberta, avaliação e exploração das mesmas. Os empreendedores de sucesso não revelam uma qualquer personalidade especial, mas um empenhamento pessoal numa prática sistemática de inovação”*.

Daqui depreende-se que não existe um perfil. É sim, necessário haver empenho e muito trabalho de quem quer impor as suas ideias transformando-as num negócio rentável.

Nos dias de hoje, qualquer País ou Região tem de se fazer valer das competências e capacidades das suas pessoas enquanto forças motrizes de um desenvolvimento sustentável, com impacto positivo no crescimento adequado de qualquer comunidade.

Isso faz-se através da conjugação de vários vectores que devidamente articulados podem dar um contributo significativo para o alcance desse objectivo.

As vantagens de uma iniciativa privada forte e o impacto que essa iniciativa tem na sociedade podem potenciar crescimento económico e promover uma evolução positiva nas suas diversas dimensões.

O empreendedorismo tem-se afirmado como um vector fulcral para o surgimento nos jovens de uma cultura de pró-actividade.

A constante evolução das necessidades e dos hábitos de vida que resultam numa sociedade cada vez mais competitiva em que as oportunidades de negócio surgem a um ritmo elevado, a capacidade de resposta das novas gerações aos novos desafios que o mundo apresenta constituem-se como um factor crucial para o crescimento económico.

Os instrumentos criados pela Região enquanto facilitadores de uma postura empreendedora são variados.

O Empreende Jovem – Sistema de incentivos ao empreendedorismo, o Concurso Regional de Empreendedorismo, os Gabinetes do Empreendedor, o Manual do Empreendedor, as iniciativas o Empreendedorismo vai à escola ou a Plataforma FINICIA Açores são alguns exemplos que fazem parte de um pacote de medidas que contribuiu, de forma significativa para a introdução deste importante paradigma nas dinâmicas sociais da Região.

Mas será importante reflectir e perceber que a cultura de empreendedorismo não se constrói apenas com incentivos às empresas, seminários, ninhos de empresas ou apoios à inovação.

É necessário agir ao nível das pessoas, através da educação e formação ao longo da vida.

As orientações políticas presentes no Programa de Governo e no Plano já aprovados nesta casa indicam-nos que o Governo dos Açores continua empenhado em aprofundar o conceito de empreendedorismo e de livre iniciativa jovem, sendo este um importante factor de desenvolvimento para os próximos anos.

Mas apesar do pacote de medidas que existem, das medidas que devem ser optimizadas e melhoradas e das medidas que surgirão de novo que potenciem o empreendedorismo e dêem espaço a novas ideias de negócio de jovens açorianos, julgamos ser pertinente e necessária uma estratégia paralela de formação para uma cultura empreendedora e para uma cultura de risco nas novas gerações.

A educação é uma condição básica no desenvolvimento do conceito de empreendedorismo.

Mas para uma estratégia de educação nesta área será importante desmistificar este conceito, percebendo que todos nós temos algumas características empreendedoras que utilizamos na nossa vida diária.

Afirmam os especialistas que a melhor maneira de formar um empreendedor é proporcionar-lhe condições para que ele possa fazer as coisas acontecerem, sendo uma das metodologias utilizadas com mais sucesso o “learn by doing”, que permite aos formandos produzir o seu próprio conhecimento, sendo o papel tradicional do professor substituído pelo papel de facilitador.

Não queremos, com esta questão, originar discussões paralelas ou secundárias referentes à inclusão ou não em currículos regionais de uma disciplina nesta área, se deve ou não deve ser uma disciplina. Pretendemos, sim, reforçar e sinalizar uma orientação política necessária que aproveite o espaço escola para o desenvolvimento de iniciativas que reforcem e incutam nas crianças, adolescentes e jovens uma cultura empreendedora, à semelhança do que é feito

num cada vez maior numero de escolas europeias e americanas que ensinam os seus alunos a sobreviver no mundo capitalista, oferecendo actividades voltadas para a formação de empreendedores.

Não temos dúvidas que a introdução de actividades vocacionadas para o empreendedorismo, na Escola, permitirá, a médio prazo, a construção de uma cultura empreendedora nos jovens, permitindo-nos ter uma posição mais competitiva.

Este tipo de educação prepara os jovens para uma postura pró-activa. Ao oferecer uma compreensão do mundo global que vivemos nos dias de hoje, este tipo de metodologia permite aos jovens aperceberem-se do seu próprio potencial e de como o podem aproveitar para construir o seu próprio caminho.

Acreditamos que muito foi feito, mas sabemos que muito mais há para fazer no aprofundamento de uma cultura de risco.

Fomentar a criação de espaços com ninhos de empresas e incubadoras de ideias com majorações para ideias detidas por jovens, aproveitar a escola para o desenvolvimento de várias iniciativas que promovam a cultura de risco e o empreendedorismo nas novas gerações, a introdução de métodos associados ao capital de risco e de novas estratégias no âmbito do “business angels” podem significar um importante passo para o aprofundamento do conceito de Empreendedorismo, associando-o a uma estratégia de inovação, de nova economia e do aproveitamento das novas plataformas digitais que estão hoje disponíveis a ser utilizadas.

É necessária uma gradual mudança cultural na nossa sociedade relativamente ao risco, bem como ao financiamento de boas ideias que bem exploradas significam aposta em novas economias, novos nichos de mercado e na criação de mais e melhores postos de trabalho.

Termino citando Timmons: o *“Empreendedorismo será uma revolução silenciosa, que será para o presente século mais importante do que a Revolução Industrial foi para o século XX”*. Uma sociedade mais empreendedora será, sem dúvida, sinónimo de uma sociedade mais desenvolvida.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a questão do empreendedorismo nos Açores é preciso fomentar. É preciso dar oportunidade aos jovens das nossas ilhas.

Não basta, obstante, os programas de Empreende Jovem que existem, ou os Gabinetes do Empreendedor. O empreendedorismo na Universidade dos Açores está a surgir, com base e com apoio, por exemplo, da Fundação Luso-Americana. As iniciativas às empresas são fundamentais, mas não basta isto. É preciso agir, como aqui o Deputado Berto Messias disse, mas é preciso agir fundamentalmente proporcionando condições aos jovens para que tenham a oportunidade de criar empresas, tenham a oportunidade de gerir a economia das ilhas mais pequenas.

É precisamente nas ilhas mais pequenas que é preciso fomentar o empreendedorismo. Para gerir economias e gerir fluxo de capitais, ir ao encontro dos jovens dessas ilhas é fundamental. É fundamental fomentar o empreendedorismo nessas ilhas. Fundamentando o empreendedorismo nessas ilhas gera-se emprego, gera-se a fixação dos jovens, que é tão necessária nessas ilhas mais pequenas, ilhas como a Graciosa, como São Jorge, como as Flores.

O Governo Regional tem o dever de apoiar os jovens dessas ilhas, apoiar e fomentar a fixação dos jovens. Só por aí conseguimos a fixação dos jovens e o desenvolvimento dessas ilhas mais pequenas. Estou certo que este Governo Regional terá esta atenção. Aliás, terá de ter esta atenção, porque os jovens não podem ser prejudicados nessas respectivas ilhas.

É fundamental, aqui, gerir a economia, para que haja fixação dos jovens, gerir emprego, gerir empresas nessas ilhas.

O Deputado Berto Messias sabe disso e estou certo que o transmitirá a este Governo Socialista.

Presidente: Creio não haver mais inscrições, pelo que passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2007, pela extinção do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), sucedeu-lhes o Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas – IP.

Desta remodelação, operada pelo Governo da República, resultou o encerramento, por extinção, das delegações regionais destes Institutos. E, em consequência, o Governo Regional dos Açores assumiu a administração do PRORURAL e PROPESCAS, resultantes das novas e mais amplas competências, estabelecidas no actual Estatuto Politico-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Após o processo de extinção das delegações do IFADAP e da consequente passagem dos(as) respectivos(as) funcionários(as) para um regime de mobilidade especial da administração central, o Governo Regional dos Açores – impulsionador da regionalização dos referidos serviços – garantiu, deste o início, publicamente e por repetidas ocasiões, que seria disponibilizada uma solução adicional, visando a integração dos(as) trabalhadores(as) açorianos(as) da delegação regional do IFADAP, nos serviços da administração regional.

Pública e reiteradamente, tem sido assumido pelo Secretário Regional da tutela – e, novamente, em Fevereiro passado, nesta Assembleia, aquando duma interpelação do mesmo teor, feita pelo líder da bancada parlamentar do CDS –, que, e cito o que disse então o Sr. Secretário Regional, *“a situação dos(as) funcionários(as) do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, nos Açores, vai ser resolvida”*. Acrescentando, ainda, que a administração do IFAP se iria deslocar à Região para a resolução desta questão.

Em 3 de Abril de 2009, foi anunciado aos três sindicatos do Sector (Sindicato dos Bancários do Centro, Sindicato dos Bancários do Norte e Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas), pelo Conselho Directivo do IFAP, que tinha sido suspenso o processo de identificação de excedentários, abrindo concurso para que os(as) trabalhadores(as) passem, definitivamente, para os quadros do Instituto ou das Direcções Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP). Em relação aos trabalhadores (as) da Região Autónoma dos Açores, mais concretamente, foi anunciado que estaria em estudo um diploma legal para a sua integração na Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura (DRACA).

Ora, a realidade é que passados três meses, desde esta decisão anunciada pelo IFAP, nada de concreto se vislumbra para os(as) onze trabalhadores(as) que, injustamente, têm vindo, desde há dois anos, a viver a incerteza do seu posto de trabalho (e, conseqüentemente, da sua

subsistência e das suas famílias) e que, no último mês, viram as suas condições de trabalho deterioradas, ao ponto de terem as instalações onde trabalhavam sem luz, sem água e sem telefone. Entretanto, estes trabalhadores foram transferidos para as instalações da Direcção Regional de Assuntos Comunitários da Agricultura (DRACA), no dia 1 de Julho, sem que lhes tenha sido, condignamente, dado qualquer tipo de informação quanto à sua situação profissional.

Aquando da visita do Ministro da Agricultura, Jaime Silva, aos Açores, foi garantido que a regionalização do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas estaria concluída até final do primeiro semestre do corrente ano.

Não seria de esperar que, igualmente, a regularização dos(as) trabalhadores(as) deste serviço também ficasse resolvida, de uma vez por todas, findo este processo de regionalização?

Considerando o mais elementar princípio de justiça social, terá, certamente, o Governo Regional (aquando do seu empenho na regionalização dos serviços decorrentes do IFADAP), acarretado a responsabilidade política de encontrar a solução adequada para a integração, na administração regional, destes onze trabalhadores (as), a maioria dos quais ascendendo a 10 anos de serviço e alguns, entre os 16 e os 18 anos de serviço no IFADAP.

Ninguém duvidará que o Governo Regional possui os meios de encontrar solução jurídica para a integração destes(as) trabalhadores(as), na administração pública regional.

Portanto, poderemos, assim, concluir, ou melhor, poderão os trabalhadores(as) concluir, que a dificuldade na resolução deste problema, é apenas de cariz e vontade política.

Muito obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que a Sra. Deputada Zuraida traz aqui a esta casa é recorrente de há algum tempo a esta parte.

A Sra. Deputada fez-nos o favor de lembrar, na verdade, a todos, que o Governo Regional, nesta matéria, desde o início do processo de fusão do ex-IFADAP e do ex-INGA no agora denominado IFAP-IP, sempre tinha afirmado, de uma forma clara e inequívoca, que os trabalhadores daquele instituto, pela competência acumulada, pela experiência que possuíam

na matéria que desenvolviam naqueles institutos, eram funcionários que a administração pública regional deveria acolher, dando-lhes uma solução que noutros sítios, noutros locais do país, não tinham encontrado. Isso sempre foi dito e repetido desde a primeira hora.

Nós tivemos a possibilidade, na indefinição de uma solução jurídica para resolver o problema, de aprovar uma Resolução do Conselho de Governo dizendo que eles iam fazer parte de uma estrutura que se constituiria no âmbito da gestão do PRORURAL. Nunca, em circunstância alguma, o Governo Regional pôs em causa a possibilidade, a necessidade e a vontade de trazer aqueles trabalhadores para o âmbito da administração pública regional.

O assunto foi também colocado, e bem, como disse, pelo CDS/PP. A resposta foi dada ao CDS/PP, o assunto foi posto inclusivamente por escrito, em perguntas a esta casa, e a resposta foi dada, tal qual como lhe estou a dizer. Sei que também há uma pergunta do Bloco de Esquerda, que irá ser respondida, Sra. Deputada, com a mesma resposta, aliás, que foi dada em tempos ao CDS/PP e que tem, naturalmente, um desenvolvimento que o tempo, entretanto, fez determinar.

Queria também dizer-lhe que, provavelmente por esquecimento seu ou por má informação, também acontece, a Sra. Deputada não referiu ali as reuniões que eu próprio tive com todos os funcionários do IFAP, na companhia da Presidente do IFAP, no sentido de lhes apresentar a função jurídica que estávamos a trabalhar.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tentei, mas não consegui. Falei em várias diligências!

O Orador: Sra. Deputada, eu ouvi-a com respeito. A Sra. Deputada fazia-me o mesmo favor.

Não teve oportunidade de dizer, ou não quis dizer, que os trabalhadores do IFAP encontraram, na boa vontade do Governo e na boa vontade da administração do IFAP, a solução que resolve os seus problemas. A Sra. Deputada sabe que essas reuniões foram feitas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sei!

O Orador: A Sra. Deputada sabe, inclusivamente, que já foi anunciado que a solução passa pela existência de um diploma nacional, um Decreto-Lei que já está agendado para subir à Assembleia da República, para resolver em definitivo a situação dos funcionários. Entretanto, não perdem direitos, não perdem garantias, não perdem nenhuma das situações que tinham no IFAP. Passarão, naturalmente, para os quadros da administração pública

regional. Dar-nos-ão uma grande ajuda para sermos mais eficazes e mais rápidos numa série de outras questões, nomeadamente na análise e aprovação de projectos.

A Sra. Deputada sabe que a situação está resolvida, só faltando a aprovação dum Decreto-Lei na Assembleia da República para, em definitivo, eles passarem para a administração pública regional.

Portanto, sobre estas questões, vir “requentadamente” falar da mesma coisa, repetidamente dizendo as mesmas coisas, Sra. Deputada, não há paciência! Isto já está mais do que explicado, mais do que assumido, mais do que desejado pelo Governo Regional, pelo que não é um problema, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada está fazendo um problema onde não existe problema algum.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, aquilo a que chama requentado, chamam os trabalhadores de preocupação e chamo eu de preocupação legítima.

Não é requentado, mas do nosso ponto de vista é indecente, que os trabalhadores cheguem ao ponto de ficar no local de trabalho sem água, sem luz e sem telefone e que sejam retirados daquelas instalações e sejam levados para outras sem nada lhes ser dito sobre o que está a acontecer. Quando o Sr. Secretário diz “a Sra. Deputada sabe, a Sra. Deputada sabe”, eu gostaria de lhe dizer que os principias interessados, aqueles que deveriam saber, afinal não sabem. Portanto, permita-me o “requentamento”. Ele será requentado quantas vezes forem necessárias, enquanto os trabalhadores em causa continuarem a dizer que não sabem o que está para lhes acontecer.

Agora estamos à espera dum decreto, dum proposta, que subirá à Assembleia da República. Eu não tenho nenhuma razão para duvidar daquilo que o Sr. Secretário está a dizer. Quando eu ali falei em várias diligências, incluí nelas todas essas reuniões de que o Sr. Secretário está a falar. Agora, a questão não é a dúvida da honestidade da sua afirmação. A questão é: quando? E a outra questão é: porque é que nada é dito a estes funcionários? Por que é que não há uma outra reunião do Sr. Secretário, ou de alguém que o represente, que diga a estes trabalhadores o que lhes vai acontecer e quanto tempo ainda vão ter de esperar?

Sobretudo, que não os façam passar, para além de toda a situação em que já estão, pela humilhação de um local de trabalho com aquelas condições.

Muito obrigada.

Presidente: Informo que terminou o tempo do Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, gostaria de dizer o seguinte:

Sr. Secretário, como já aqui foi dito, o CDS/PP trouxe este assunto aqui em Janeiro, em Fevereiro e, depois, por requerimento. O que é certo é que, 6 meses depois, a juntar aos 2 anos de tempo total, nada está resolvido.

Eu começo exactamente por esse Decreto-lei da Assembleia da República. A Assembleia da República fechou, já não há tempo para resolver isto. Portanto, nem Junho, nem Julho, nem Agosto e depois temos eleições, Sr. Secretário. Ou seja, este ano já não fica resolvido o problema dos trabalhadores do IFAP, com que o senhor tanto se preocupava, naturalmente, e dizia que ia resolver.

Dou um exemplo, para ver como esses trabalhadores são tratados.

Foram informados de, ou seja, deram por isso, que na delegação da Terceira ficaram sem luz, sem água e sem telefone. Fecharam-lhos, cortaram-lhos, não contam para nada. Isto é exemplificativo. E não sabiam para onde ir no dia 26 de Junho. No dia 30 de Junho, à tarde, disseram-lhes: “Os senhores vão para as instalações da DRAC”.

Sr. Secretário, quer melhor exemplo do que este, de quase desprezo por estes trabalhadores? Estavam no seu local de trabalho e, porque o IFAP tinha pago um mês de caução ao senhorio, ficaram lá sentados sem água, sem telefone e sem luz. Sr. Secretário, eu gostaria que o senhor explicasse isto, porque, realmente, é inexplicável. Depois, no dia 30, dizem-lhes: “Amanhã, dia 1, os senhores vão para a DRAC”. Isto diz tudo!

Agora, o que eu quero aqui reafirmar é que não há tempo útil para o Governo Regional resolver, como se comprometeu a fazer, o assunto destes trabalhadores. Nós, por diversas vezes, trouxemo-lo aqui e hoje também foi aqui trazido. Portanto, falhou totalmente aquilo que o senhor disse. Aquilo que o senhor me disse em Janeiro e em Fevereiro, o que disse em Março aos trabalhadores, falhou redondamente, Sr. Secretário. Não há tempo útil para resolver isto antes da próxima legislatura na Assembleia da República.

É isto que os trabalhadores ficam a saber e que o senhor vai explicar, então, como vai resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se vai poder explicar, infelizmente, porque eu há pouco enganei-me. O tempo que tinha terminado era o do Governo e não o do Bloco de Esquerda, que ainda tem 2 minutos.

Para encerrarmos este debate, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente:

Desconheço se é possível fazer-se, se é regimental, mas eu tenho 2 minutos, o Sr. Secretário e o Governo não têm tempo, pelo que eu prescindo dos meus 2 minutos, porque acho que os trabalhadores estão muito mais interessados em ouvir o que o Sr. Secretário tem para lhes responder e eu já estou satisfeita relativamente à minha intervenção, se for regimental, Sr. Presidente.

Presidente: Não é regimental, mas como o Regimento é aquilo que, por unanimidade, a câmara queira que seja, se não houver oposição eu daria 2 minutos ao Sr. Secretário.

Deputado Mark Marques (PSD): Daqui a dias vamos pedir tempo ao PS.

Presidente: Vou interpretar como não havendo oposição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem 2 minutos.

(* Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, nestes 2 minutos cedidos, gostaria de dizer o seguinte:

O Governo Regional não tem, no âmbito das suas competências, a possibilidade de decretar a passagem dos funcionários do IFAP para os serviços da administração pública autónoma.

O Governo Regional reuniu, por mim e pela Presidente da Administração do IFAP, com os funcionários...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em Março!

O Orador: ...tendo-lhes sido dito, nomeadamente na Terceira – e sabe o Sr. Deputado quantos funcionários existem na Terceira? –que...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sei, sim senhor. Nem que fosse um.

O Orador: ...logo que acabassem tarefas que estavam lá a desenvolver e que tinham de ser terminadas, no âmbito do encerramento do aparelho quadro comunitário, essas pessoas seriam fisicamente transferidas para a DRAC. Foi-lhes comunicada a transferência. Sr. Deputado, isto significa que não se deu passos nenhuns e que o assunto não está a ser resolvido?

Quanto à questão que o Sr. Deputado Artur Lima me coloca, dizendo: “O Sr. Secretário vai explicar o que é inexplicável”, Sr. Deputado, não há aqui nada de inexplicável, tudo é perfeitamente claro. Os funcionários do IFAP, sem perda de qualquer retribuição, de qualquer regalia, sem perda de nenhum dos direitos que tinham no IFAP, estão a ser integrados na administração pública regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando?

O Orador: Sr. Deputado, em São Miguel existem os outros funcionários do IFAP, que continuarão e continuam nas mesmas instalações, que são próprias do instituto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aí está! Dois pesos e duas medidas. Decreto-Lei da República, Sr. Secretário.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, as coisas estão a processar-se da maneira possível, sem quebra de nenhum direito para os trabalhadores. Isso já lhes foi transmitido várias vezes.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, parece que terminámos o nosso debate. Aproximamo-nos, também, muito das 13 horas, faltam dois minutos. Vamos, portanto, dar por encerrado este período de trabalho.

Retomamos às 15 horas, com a nossa agenda.

Muito bom dia e bom almoço. Até logo.

(Eram 12 horas e 58 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, pelo que agradeceia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 5 minutos)

Estávamos ontem a debater, na generalidade, aquele que é hoje o nosso primeiro ponto, o **Projecto de Resolução “Criação da Euro-Região da Macaronésia”**, apresentado pelo Partido Popular Monárquico.

Na ordem das inscrições está, exactamente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, proponente, para uma segunda intervenção.

Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado San-Bento:

Quando o Sr. Deputado San-Bento, ontem, actuou neste hemiciclo, fez-me lembrar aqueles alunos cábulas, que não têm a lição preparada, não percebem nada do assunto e tentam provocar um incidentezinho no início da aula, para “*ver se pega*” e se desviam as atenções daquilo que é fulcral.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é hábil nessa prática!

O Orador: Eu tive a hombridade, Sr. Deputado San-Bento, de ouvir estoicamente, sem uma única interrupção, a sua intervenção, que foi muito povoada de adjectivos.

Deputado José San-Bento (PS): Outra coisa não esperava de si.

O Orador: Tenha agora, peço-lhe, a mesma serenidade, a mesma hombridade e a mesma coragem de ouvir sem interromper.

O senhor acusou-me de ter defeitos de carácter, de faltar à verdade e de ser desleal. Não vou aqui responder-lhe, Sr. Deputado, ou vitimizar-me, porque não é esse o meu estilo. Sei que o senhor tem esse estilo musculado, mas quero dizer-lhe que, da minha parte, a minha forma de estar também não é aquele santo que o senhor desenhou e que diz que eu quero ser. Eu não quero ser santo, sou mais do estilo “*dente por dente, olho por olho*”.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe que neste processo todo a verdade é esta, e não vou levar muito tempo a descrever-lhe o episódio. É muito simples: foi apresentada uma iniciativa legislativa por parte do PPM, uma iniciativa séria, sem qualquer crítica ao Governo, apelando à unidade dos açorianos na política externa...

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém contestou isso, Sr. Deputado!

O Orador: ...com uma responsabilidade que o senhor não soube ter nesta discussão. O que fez o senhor e o Governo Regional? Até estou convencido que não foi o senhor, mas que o mandaram fazer. Chegou à comissão e disse o seguinte: “Como mostra da grande

democracia em que vivemos e do espírito democrático em que vivemos, é assim: primeiro ouve-se o Governo e, depois, se nos apetercer, ao Governo, vamos ouvir outras instituições”.

Deputado José San-Bento (PS): Não! Não foi nada disso!

O Orador: O que eu lhe disse foi: “E as universidades? E os eurodeputados? E as outras instituições que têm experiência nesta área e que podiam, de facto, dar um contributo importante?” Não. Nada disso interessa.

Só o Governo interessa e o Governo, através do Grupo Parlamentar Socialista, o que fez foi dizer que não se ouvia mais ninguém, se assim não fosse deliberado nesse sentido. Reservavam-se o direito de ouvir mais tarde alguém, se os senhores entendessem que isso seria positivo para a vossa estratégia.

O que lhe quero dizer, Sr. Deputado San-Bento, é que não conte com o PPM para ouvir e calar.

Deputado José San-Bento (PS): Por que é que o Sr. Deputado foi por esse caminho? Não era preciso.

O Orador: Não conte com isso. O Partido Popular Monárquico funciona da seguinte forma: respeitando as instituições e, fundamentalmente, forçando o pluralismo.

Deputado José San-Bento (PS): Mentindo!

O Orador: Se o senhor não quer ouvir a sociedade civil sobre estes temas, se os senhores se querem fechar, se os senhores queriam brincar com a proposta do PPM, pois eu digo-lhe desde já que essa brincadeira vos ficou cara, porque eu não deixo. Enquanto eu tiver responsabilidades neste partido, não deixarei que brinquem com o Partido Popular Monárquico. Não deixo, não brincam.

Quero dizer-lhe o que o senhor deveria ter feito e vou devolver-lhe a acusação de falta de carácter.

Se estivesse no seu lugar, sabe o que eu teria feito? No momento em que recebeu as ordens superiores em que lhe disseram “Cape essa iniciativa, veja lá, vamos ver se matamos essa iniciativa o mais rapidamente possível. Não interessa discutir isso, não interessa que os académicos, que outros políticos, digam «se calhar é positivo, se calhar é uma iniciativa importante, se calhar é importante». Faça o seguinte, não se ouve mais ninguém, mata-se a iniciativa o mais depressa possível, fecha-se isso. Faça assim, diga isso na comissão”, sabe o que eu teria feito no seu lugar? “Eu? Não me peçam uma coisa dessas, porque eu sou um

político que defende o pluralismo e a diversidade de opiniões”. Portanto, nesse sentido, foi o senhor que, sim, demonstrou defeitos de carácter.

Quero dizer-lhe outra coisa.

Ouvi com muita atenção os dois minutos que o senhor concedeu à proposta propriamente dita, e...

Deputado José San-Bento (PS): 4 minutos e 50 segundos!

O Orador: ...quero dizer o seguinte: o senhor não disse absolutamente nada, nada!

Deputado José San-Bento (PS): Disse, disse!

O Orador: Adjectivou e mostrou um desconhecimento absoluto desta matéria. Os seus argumentos são risíveis, risíveis!

Digo-lhe uma coisa: alteração (veio-me com este chavão) da política externa da Região. O senhor leu o Estatuto? No nosso Estatuto está escrito que devemos promover acções de cooperação no âmbito da União Europeia.

Deputado José San-Bento (PS): Temos várias.

O Orador: Então e esta entidade é o quê? A euro-região é o quê? Alterações na política externa? Depois, este argumento é tão risível e tão – desculpe a expressão, ao seu estilo – ignorante como isto...

Deputado José San-Bento (PS): Esse argumento é do Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: O argumento é que é ignorante, não é o Sr. Deputado. O argumento é ignorante, não quer dizer que o Sr. Deputado não saiba outras coisas que não isto. Sobre euro-regiões, cooperação e política externa, não sabe.

Diz o senhor que afectaria as ultra-periferias o facto de criarmos uma euro-região e de termos uma política de cooperação territorial no âmbito deste tipo de entidades. Eu pergunto-lhe: o que tem uma coisa a ver com a outra, Sr. Deputado? Isso é a mesma coisa que dizer “Portugal não pode fazer parte da União Europeia, porque faz parte da ONU”. Mas tem alguma coisa a ver, uma coisa com a outra?

Deputado José San-Bento (PS): Eu já expliquei, o senhor é que não percebeu.

O Orador: Se fossem entidades que, do ponto de vista das suas competências, do ponto de vista das suas funções, do ponto de vista das suas atribuições, chocassem, se essas entidades chocassem nos seus objectivos estratégicos, mas não. Estão as duas referidas no Estatuto,

não têm nada a ver uma com a outra, do ponto de vista daquilo que será o seu funcionamento real.

Ou seja, neste caso estamos a falar de políticas transfronteiriças, estamos a falar de políticas transnacionais, estamos a falar de políticas inter-regionais. Diga-me, Sr. Deputado: que política transfronteiriça fazem os Açores com a Guiana Francesa? Diga-me, Sr. Deputado: que política transfronteiriça fazem os Açores com a Ilha Reunião, no Índico? Diga-me! Explique-me! Realmente, esse tipo de argumento não colhe, é um argumento digno duma junta de freguesia, não é um argumento que seja digno dum parlamento regional.

Quero dizer-lhe mais (outra descoberta impressionante sobre a política externa do Sr. Deputado San-Bento):

O Sr. Deputado San-Bento, quando estava a falar disto, a mim lembrou-me um inquisidor do Tratado de Tordesilhas. Estava muito preocupado com os equilíbrios entre os franceses e os espanhóis. Sr. Deputado, não está no século XV, nem está a fazer a divisão do mundo, nem Portugal ou os Açores, hoje em dia, vivem em esferas de influência. O senhor quer ter muito equilíbrio entre as esferas de influência francesa e espanhola e que os Açores estejam naquele equilíbrio, tal como o Tratado. Não! Nós não temos de estar em esfera de influência nenhuma! Nós temos de ter uma política que defenda os nossos interesses!

Se esta instituição, nos moldes que lhe acabei de explicar e que estão no projecto, for favorável à cooperação externa e se conseguir absorver fundos europeus, o que temos de tentar fazer, obviamente, é seguir para a frente e não estarmos preocupados com tutelas espanholas ou tutelas francesas! É indigno dum parlamento regional que se venha aqui discutir se estamos muito preocupados por os franceses ficarem chateados!

Também gostava de saber por que é que os franceses ficam chateados, ou os europeus, pelo facto de aproveitarmos um instrumento de cooperação que a Europa privilegia e muito. A Córsega vai entrar, no dia 8 de Outubro, na euro-região das ilhas mediterrânicas. Acha que lhe vão perguntar a si? “Sr. Deputado San-Bento, será que podemos entrar, o senhor não fica chateado se entrarmos na euro-região das ilhas mediterrânicas?” Acha que lhe vão fazer essa pergunta? Isso é ridículo! Esse tipo de argumento é ridículo!

Digo-lhe mais: o outro é que tem uma natureza insular e, portanto, existem outros, como a Galiza a norte de Portugal. Li-lhe um texto da ex-ministra do Partido Socialista Elisa Ferreira, em que ela dizia que tinha aqui um plano de trabalhos, já com 100 milhões de

euros, para este período. Eu não sei se o senhor lê jornais, não sei se já está na fase em que também não lê jornais, está sempre “*no pulo do lobo*”, mas, se lê jornais, se não estiver nessa fase...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...nos Açores profundos, ontem saiu no Público, veja bem: “*Como objectivo final, a evolução no modelo de cooperação entre a Galiza e a região do Norte de Portugal virá permitir a configuração de actuações junto das instâncias europeias, de modo a que as necessidades políticas e financeiras da euro-região se vejam reflectidas nas directrizes europeias para o próximo período de programação de fundos, 2014-2020*”. Estão a projectar-se, a tentar captar fundos.

Mas não, o Sr. Deputado San-Bento – termino já, Sr. Presidente –, está preocupado é com o seu Tratadozinho de Tordesilhas e com as suas esferas de influência espanhola e francesa aqui nesta região.

Para terminar, quero dizer-lhe o seguinte: o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, diz o senhor, nunca mostrou interesse. Deixe-me ler só dois trechos, depois já lhe poderei mostrar, a seguir, outra coisa. Diz ele, segundo a Lusa, não sei se para si é importante e relevante: “*«Seria muito interessante haver essa plataforma da Macaronésia. Há quatro arquipélagos; Açores, Madeira e Canárias são regiões ultraperiféricas, e Cabo Verde é um estado independente»*”, referiu, lembrando as parcerias entre os países. «*Mas há todo o interesse*»”, repito, “*«há todo o interesse, nomeadamente no quadro de parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia, em que a inserção de Cabo Verde nesse espaço regional se concretize*»”. Bom, para o senhor, o Primeiro-Ministro não demonstrou interesse nenhum.

Depois, eu tinha-lhe dito que o partido que governa as Canárias, que, como deve saber, é a Coalizão Canária, tinha isto na sua moção a euro-região. Aqui está, posso fazer-lhe chegar a cópia. Também não está interessado.

Deputado José San-Bento (PS): Programa do Governo.

O Orador: Demonstrei-lhe, por $A+B$, com factos, que o senhor não tem razão, não apresentou um argumento válido e desmenti-lhe toda a factologia que o senhor apresentou, que foi pouca e toda ela errada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser rápido sobre esta matéria, porque penso que ela não merece particular atenção.

No entanto, gostaria de dizer três coisas, seguindo bastante, aliás, a sequência da intervenção de ontem do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Primeira questão fundamental que temos, todos nós, de perceber: as regiões ultraperiféricas são, efectivamente, um espaço consagrado em letra no Tratado, após uma árdua, longa e difícil negociação. As vantagens decorrentes deste espaço, que é apetecível por imensas regiões da Europa e que não tem sido conseguido, assentam essencialmente em três objectivos que são exclusivos destas regiões ultraperiféricas, cujo conceito está fechado: taxas de participação no âmbito dos fundos estruturais de 85%; possibilidade de atribuição de programas no âmbito da compensação dos sobrecustos de insularidade; e, efectivamente, criação de um serviço, um núcleo específico nos serviços da Comissão, para tratamento dessa especificidade.

É posição clara e objectiva da Comissão Europeia que essa consagração especial se resume única e exclusivamente a estas regiões. Existem dezenas de regiões, de ilhas, de arquipélagos, que pretendem ter esta consagração e não a tiveram. No dia em que se abrir este conceito, estará a perder-se aquilo que é exclusivo e aquilo que é específico destas regiões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Demagogia! Pura demagogia!

O Orador: Entrar nesta discussão é pôr em causa os legítimos interesses da Região. Esta especificidade não é um objectivo só da vossa proposta, por essa Europa fora existem dezenas de regiões que pretendem atingir esta especificidade.

Segunda questão. Vamos para o campo da verdade.

Permita-me, Sr. Deputado, eu não vou entrar em outras classificações, mas o Sr. Deputado, por vezes, tem a tendência, nesta casa, de faltar à verdade e faltou agora à verdade, em dois momentos específicos.

O senhor disse, tentou iludir, que o actual Governo das Canárias pretende esta iniciativa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Coalizão Canária! A Coalizão! É o partido!

O Orador: Sim, só que a diferença com que o senhor nos está a tentar enganar é que está a falar de uma moção dum partido, não está a falar do programa do governo. Desafio-o, aqui, em nome da verdade, que aponte, no programa do governo actualmente em vigor nas Canárias, onde está referida essa história! O senhor está a mentir, está a tentar iludir...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ...confundindo uma moção partidária com um programa do governo, onde nada disso é feito!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quando é que eu falei no Programa do Governo?

O Orador: O programa de governo é o documento oficial de política dum governo. O senhor não pode dizer que o Governo das Canárias está a favor porque a moção dum partido pré-eleitoral tem essa inscrição, quando...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a diferença entre o partido e o programa do governo?

O Orador: ...o programa de governo desse partido, que é o documento aprovado na Assembleia das Canárias, não tem qualquer referência a esta matéria.

Agora, só para terminar, em nome da verdade: ...

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é a verdade?

O Orador: ...o senhor mentiu aqui e repetiu essa atitude em relação a ontem. O senhor, ontem, mentiu descaradamente nesta Assembleia. O senhor, ontem, disse que o Sr. Presidente do Governo não vinha há 5 meses ao Parlamento! Isso é mentira, é falso, porque ainda no passado mês de Abril, a 21 de Abril, o Sr. Presidente do Governo estava aqui nesta Assembleia!

Deputado António Marinho (PSD): Isso tem alguma coisa a ver com a Macaronésia?

O Orador: O senhor mentiu, hoje voltou a mentir e faz da mentira a sua arma política, o que temos de rejeitar claramente nesta casa, em nome da verdade!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Sim senhor, tem três minutos.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Vice-Presidente:

“*A mentira tem perna curta*” e o senhor veio aqui...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, não acabei, porque estão aqui os Diários das Sessões.

Eu sempre disse, está em vários documentos, que estou a falar no programa do partido que governa as Canárias! Os senhores, o que têm no vosso programa partidário quer dizer que existe uma propensão, por parte da força partidária que ganhou as eleições, em relação a este projecto! Foi sempre o que eu disse! Ninguém me ouviu falar em programa do governo.

Foi o senhor quem mentiu! O senhor deve-me desculpas aqui!

Mais do que isso, Sr. Vice-Presidente: o senhor apanhou um “*ralhete*”, ontem, porque hoje é primeira página, ou é uma notícia bastante destacada em alguns jornais.

Ontem, nem o líder parlamentar – que é um ausente, um fantasma, uma espécie de “*Fantasma da Ópera*”, neste caso um fantasma do hemiciclo, fantasma do ponto de vista da intervenção parlamentar – teve a presença de espírito de vir fazer a intervenção. Alguém lhe chamou a atenção. O Governo também não teve a coragem de vir fazer esta intervenção ontem, que era o momento para vir fazer este espectáculo da mentira! Porque o senhor sabe que o que eu disse foi que o Presidente do Governo Regional estaria 5 meses ausente!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não foi isso que o senhor disse!

Deputada Catarina Furtado (PS): Não! Disse “*esteve*”!

O Orador: 5 meses! É o que está na minha intervenção e nos registos: 5 meses!

Deputado José Lima (PS): Não foi isso que disse!

O Orador: O que quer dizer que, não se realizando, evidentemente, no mês de Agosto, o Sr. Presidente do Governo Regional, se estiver presente em Setembro, terá estado 5 meses ausente.

Agora, o que acontece é que o senhor não teve a coragem política de vir aqui denunciar isto que ouviu ontem! Não teve a coragem política e o Presidente do Governo Regional deve ter-lhe dito: “Então, que história é essa, mas que Governo é que eu tenho? Mas que interlocutor é que eu tenho? Mas que líder de grupo político é que eu tenho? Como é isso?”

Deputado Helder Silva (PS): Eu não lhe dou confiança.

O Orador: Os senhores, agora, vêm aqui com *mea culpa*, quando deviam ter falado ontem e não tiveram coragem.

Agora vem com este espectáculo, este espectáculo lamentável, quando sabe perfeitamente que o Sr. Presidente do Governo Regional vai estar 5 meses sem vir ao Parlamento e isso é irrefutável! Vai estar 5 meses sem vir a este Parlamento! É tão simples quanto isso.

Portanto, mentir, mente o senhor, “*com todos os dentes que tem na língua*”, desculpe, “*na boca*”!

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Vice-Presidente do Governo tem três minutos para o contraditório.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como sempre e como em tudo na vida, “*a verdade vem sempre ao de cima*” e hoje a verdade veio ao de cima.

O nervosismo, a linguagem pouco abonatória para esta instituição que o Sr. Deputado, por acaso não foi a mim que dirigiu mas, dirigiu ao Líder da bancada do Partido Socialista, não dignifica esta casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a fazer a defesa da bancada do Partido Socialista? Procurador da bancada do Partido Socialista?

O Orador: Vamos à verdade dos factos.

Está aqui referida uma profunda mentira que, se não foi o que o senhor disse, o senhor também não desmentiu. Que eu saiba, não chegou até este momento, neste caso concreto ao Açoriano Oriental, qualquer desmentido do que está aqui dito. Está aqui dito, sem o senhor ter desmentido, “*...que por não ir há 5 meses ao Parlamento...*”, citando.

Segunda questão: o senhor foi apanhado nesta mentira e, agora, tentou dizer outra coisa, que é, afinal, “o Sr. Presidente do Governo não vem aqui em 5 sessões legislativas”. O que também é mentira!

O senhor defende-se de uma mentira com outra mentira.

A nossa serenidade, comparada com o vosso nervosismo, representa sempre, como hoje mais uma vez se provou, que “*a verdade vem sempre ao de cima*”.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos prosseguir.

Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Artur Lima.

Em bom rigor, nós interrompemos a primeira intervenção do Sr. Vice-Presidente, por causa do incidente da defesa da honra. Não sei se o Sr. Vice-Presidente considera a sua intervenção terminada, porque lhe restava mais tempo.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Muito bem.

Agora sim, para uma primeira intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agora, com muita serenidade, vamos voltar ao debate, porque é efectivamente o que interessa para esclarecer os açorianos e esclarecermos, com alguma serenidade, esta proposta do Partido Popular Monárquico que, com certeza, é feita com toda a legitimidade e que traz, naturalmente, este assunto à discussão e à reflexão, que é o sítio, também nesta casa, para se fazerem reflexões sobre estas matérias.

Independentemente de ser uma boa proposta ou não, ela tem o mérito de trazer à discussão esta matéria da Europa e das regiões europeias onde nos integramos, discutir qual será, eventualmente, o melhor caminho para os Açores e todos nós reflectirmos sobre isso.

Eu daria, enfim, um conselho ao Sr. Deputado Paulo Estêvão: ele até tem aliados do lado do Governo e do lado do Partido Socialista, tem é de os procurar bem.

Se procurar bem, tem um grande aliado no Presidente da SATA, que quer na Macaronésia uma companhia inter-regional, não quer uma companhia regional e, portanto, é um grande aliado desta proposta do Deputado Paulo Estêvão. Ainda há outro grande aliado, que também queria uma companhia de transportes marítimos para ir para Cabo Verde e para as Canárias, com viagens directas dos Açores até esses arquipélagos todos, que é o Sr. Presidente da AtlanticoLine. Portanto, tem vários aliados nesta questão da euro-região da Macaronésia. Não os procurou foi bem, mas eles existem. Os senhores sabem que eles estão aí nesse grupo. Há uma desagregação no vosso partido e na vossa bancada.

Agora, tenho sérias dúvidas e sérias reservas sobre este projecto. Como disseram o Sr. Vice-Presidente e também o Sr. Deputado Pedro Gomes, duvido que isto possa ser uma mais-valia para a Região Autónoma dos Açores.

Exactamente, o Estatuto que temos foi difícil de conseguir e, como foi dito aqui, está fechado. Até já se fala na ultraperiferia extrema, foi uma discussão que esteve em tempos na União Europeia e julgo que ainda estará. Há já regiões ultraperiféricas que tentam, dentro desse estatuto, um outro estatuto que as beneficie mais. Nos Açores, se calhar, até era uma coisa para se pensar de futuro, há já quem tenha reflectido sobre essa matéria. Nesse agrupamento de regiões, o dinheiro vem para o Estado. Isto é feito para os estados-membros e com o financiamento do estado-membro.

Ora eu tenho sérias dúvidas de que a divisão desse bolo e desse dinheiro trouxesse mais dinheiro para os Açores. Parece-me que, se calhar, traria menos, uma vez que seríamos integrados numa euro-região com um arquipélago como as Canárias, que tem dois milhões de habitantes e, portanto, naturalmente, não nos traria alguma vantagem.

Depois, outra dúvida que também tenho e que o Sr. Deputado Paulo Estêvão também há-de esclarecer juntamente com estas, é sobre a sede nos Açores.

Parece-me também muito difícil que a sede de um agrupamento desses, tendo em conta os parceiros que são propostos, ficasse nos Açores. Tendo em conta a força que tem o Arquipélago das Canárias e o poder económico e financeiro que tem, comparado com o nosso, e mesmo a influência política que tem Espanha na União Europeia, é claro que não iam deixar que fosse Portugal, o estado português, a ter a maior parte desses fundos comunitários.

Efectivamente, essas regiões prevêem uma série de projectos, no âmbito da cooperação transfronteiriça e transnacional. Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão também não enuncia quais desses projectos podem ser financiados com a criação deste agrupamento.

Enfim, termino dizendo que acho positivo que tenha trazido cá e que tenhamos discutido, aqui, esta iniciativa, para todos nós também darmos a nossa opinião sobre este assunto. Realmente, este assunto foi trazido aqui pela primeira vez e, portanto, tem esse mérito.

Quanto às dúvidas, pois são as que tenho, também já foram aqui expressadas, tanto pelo Governo como pela bancada do PSD, e deixam-nos sérias reservas, para o futuro, sobre se esse será o melhor caminho para a Região Autónoma dos Açores. A União Europeia está em

permanente transformação e não sabemos, no futuro, o que poderá acontecer, de maneira que “*a prudência é sempre boa conselheira*”.

Este projecto teve o mérito, apenas, de permitir a cada um dar aqui a sua opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por uma declaração de interesses.

Não sou uma *expert* em política externa. Duvido mesmo que, enfim, os deputados e as deputadas aqui presentes, de qualquer bancada, possam afirmar que o são. Tenho a certeza que o povo açoriano em geral não o é.

O que quer isto dizer? Que, para explicar ao povo açoriano a tendência de voto de qualquer das bancadas, neste caso a do Bloco de Esquerda, relativamente a este Projecto de Resolução trazido pelo PPM de criação da euro-região da Macaronésia, ou até mesmo para fundamentar uma opinião final, uma tendência de voto, sobre a matéria, é preciso ter informações postas na balança e depois analisadas, contraditadas e, como em tudo na política, é preciso decidir.

Depois de ouvir ontem, e hoje também, as explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente e ontem as explicações dadas pelo Sr. Deputado José San-Bento que, em última análise, se bem entendi, há razões do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de natureza técnica, de natureza institucional e de natureza metodológica para a rejeição da proposta do PPM, pelo menos, foi o que eu entendi...

Deputado José San-Bento (PS): Entendeu bem.

A Oradora: ...sinceramente, neste momento, continuo na mesma. Ou seja, eu ainda não compreendi, porque também investiguei e não encontrei nenhuma contradição nem nenhuma perda de regalias ou de benefícios numa opção pela euro-região da Macaronésia em relação às regiões ultraperiféricas. Ou seja, quanto ao enveredar pela criação de uma, não vi nenhum documento – e li vários diplomas e regulamentos da União Europeia – que diga que a criação desta figura invalida a perda de benefícios e de regalias trazidos pelo estatuto de região ultraperiférica.

Também não vi – e agora fiquei ainda com mais dúvidas, depois da última intervenção do Sr. Vice-Presidente – que o facto de se enveredar pela criação desta euro-região signifique

abrir, enfim, o estatuto das RUP a todas as regiões que nele querem entrar e toda a gente percebe porquê. Não entendi, está fechado, está fechado. Trata-se duma outra situação, duma outra euro-região que, assim de repente, do ponto de vista do Bloco de Esquerda e de acordo com os documentos que temos em mão, só pode querer dizer mais afirmação da Região Autónoma dos Açores, mais capacidade de influência da Região Autónoma dos Açores, mais benefícios da Região Autónoma dos Açores. Portanto, à falta de outra informação, esta é a tendência natural.

É por isso que eu termino com uma pergunta de natureza metodológica.

Eu não compreendo, lido o relatório e parecer da Comissão de Política Geral e depois de aqui estar escrito, quer na página 4, quer na página 8, que tanto o Sr. Presidente da respectiva Comissão como os representantes dos partidos das diferentes oposições pediram, sugeriram e consideraram fundamental e importante, mesmo após a audição do Membro do Governo Regional respectivo, ouvir outras entidades, ou aquelas entidades propostas pelo proponente do Projecto de Resolução – a Universidade dos Açores, os eurodeputados em funções –, ou outras, que a própria Comissão decidisse auscultar, por que foi que qualquer uma destas propostas foi eliminada e invalidada pela maioria. Eu não compreendo porquê, porque, exactamente para as dúvidas, para compreender exactamente as razões – que as terão e não as estou a negar – do Governo Regional e da maioria para rejeitar liminarmente esta proposta, é preciso conhecer e ouvir todos os pontos de vista.

Peço desculpa, mas ninguém decide ouvindo só um. Com rigor, com honestidade, com independência, não se decide ouvindo apenas um.

A minha questão final é: por que é que os senhores decidiram impor a não-auscultação de mais ninguém, fosse quem fosse?

É só isso.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(* Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando se perde a razão levanta-se a voz, não há dúvida nenhuma.

Há dois aspectos, aqui, que eu queria abordar na minha intervenção. Um aspecto tem a ver com a crítica que eu fiz à atitude do Deputado Paulo Estêvão, que é um assunto que não está resolvido e eu quero abordar. Uma segunda questão tem a ver com o mérito da sua proposta, com a apreciação dessa proposta e, também, com alguns pedidos de esclarecimento que aqui foram feitos.

Eu gostava de começar por referir que eu, ontem, acusei – e mantenho – o Deputado Estêvão de ser desleal e de faltar à verdade, ou de mentir, se o senhor preferir. Também explorei um conjunto de contradições gritantes que o senhor revela reiteradamente no seu comportamento político e que eu lamento profundamente.

O senhor fez acusações e foi por isso que eu o acusei daquilo que agora recordei, coisas como isto: *“uma atitude abjectamente anti-democrática”*; depois ainda diz que *“nesta ditadura que nos governa, o que interessa é esconder e desvalorizar as propostas dos adversários”*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E reitero!

O Orador: Ora muito bem. Sr. Deputado, isso que o senhor fez foi na véspera duma reunião em que nós tínhamos decidido que, após proceder à audiência do Membro do Governo, nós decidiríamos, deliberaríamos, sobre diligências complementares.

Elas não foram feitas, Sra. Deputada Zuraida Soares, porque nós achámos, conforme eu também ontem disse, profundamente desrespeitadora a atitude do proponente. Um proponente político que se comporta daquela forma dá um sinal político claro: “Eu vim aqui, apresentei isto, sobretudo para me vitimizar e para recolher dividendos políticos disto, não vim aqui discutir a sério”. E foi isso também que nós lamentámos.

Por isso, o PS decidiu da forma que decidiu, sendo certo, todavia, que o debate político sobre esta matéria é feito na Comissão e nesta Assembleia. Podem querer quinhentos parecer técnicos, mas não se podem eximir ao debate político, conforme o Sr. Deputado fez no momento de ouvir um Membro do Governo! Isso é inconcebível! Isso é inconcebível do ponto de vista político.

Sr. Deputado, o senhor teve mais de 15 dias, cerca de 380 horas, para se poder retratar, repor a verdade e pedir desculpa. Lamentavelmente, o senhor não o fez e por isso é que teve e tem um comportamento desleal.

Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga o seguinte: se o senhor tivesse tido um gesto irreflectido, como me pareceu que tinha sido a sua conferência de imprensa, eu talvez não fosse o primeiro, mas acredite que seria um dos deputados desta Assembleia que estaria ao seu lado, de uma forma tolerante e compreensiva, para com a asneira que o senhor tinha feito. O problema é que o senhor teve uma atitude reflectida, ponderada e prolongada no tempo e isso, na minha opinião, muda completamente o juízo político sobre a sua atitude. É isso que sustenta e permite que eu faça as acusações graves e duras que ontem fiz e que hoje mantenho.

Não vou falar deste gesto solidário aqui do camarada Aníbal Pires nesta vossa associação de socorros mútuos, que eu aprecio, mas deixe-me dizer só um conselho, Sr. Deputado. Não leve a mal, mas eu já estou aqui há mais algum tempo do que o senhor. É o seguinte: o Parlamento é um sítio onde devemos exercitar o cérebro e o raciocínio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Deve ser mais isso do que propriamente, o exercício dos pulmões e do diafragma, que é o que o senhor tem feito muitas vezes.

Também queria dizer-lhe uma verdade óbvia, Sr. Deputado: o senhor pode berrar e gritar, o que em certos casos eu compreendo, porque o senhor é o único do seu partido aqui dentro, mas, Sr. Deputado, em primeiro lugar o senhor não precisa de berrar, porque nós ouvimo-lo sempre e, em segundo lugar, o senhor não mete medo a ninguém.

Gostava também de dizer, em relação à segunda parte, em relação à questão do diploma em si, que...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vá lá!

O Orador: ...Sr. Deputado, essa figura jurídica do agrupamento europeu de cooperação territorial, em nosso entender, não é válida para a defesa dos nossos interesses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porquê?

O Orador: O senhor, ontem, não percebeu o que eu disse, pela simples razão que estive atordoado, depois das acusações que lhe fiz.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem de explicar porquê!

O Orador: Passando por cima desses “mimos” que o senhor teceu e que são mais reveladores de quem os faz do que, propriamente, daqueles a quem são dirigidos, eu gostava de recordar que eu disse questões que me parecem relevantes e muito importantes...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais?

O Orador: ...e que, se calhar, convém aqui recordar.

Em primeiro lugar, eu referi que a sua iniciativa era politicamente ingénua. É politicamente ingénua, porque ela divide e dispersa o grupo das RUP, os países que têm regiões ultraperiféricas e essa perspectiva de aliança.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um papão!

O Orador: Não é papão nenhum, Sr. Deputado. O senhor pode não concordar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Parece um papão!

O Orador: Se me deixasse terminar...

Depois o senhor diz que não percebeu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é tão rudimentar!

O Orador: Não é rudimentar, é perfeitamente claro.

Isto é um aspecto muito sério, tem a ver com realismo político, tem a ver com prudência e eu aconselhava o Sr. Deputado a não brincar com isto e, muito menos, a falar das Tordesilhas e de outros tratados. Não faz qualquer sentido.

Esta iniciativa é, também, institucionalmente prejudicial.

Nós entendemos, Sr. Deputado, que aquilo que nos singulariza, que nos dá vantagens objectivas e canais privilegiados e directos de acesso, por exemplo, com a Comissão Europeia – e, como o senhor deve saber (não sei se é especialista ou não em relações externas, mas isso para mim é indiferente, isso é uma questão política e basta estudar e compreender esses diplomas), é a Comissão Europeia que propõe a legislação –, portanto, esse canal, essa relação privilegiada é fundamental e é nesse quadro que temos apostado sempre e é neste quadro das regiões ultraperiféricas, nessa consagração jurídica, que entendemos que devemos continuar a apostar.

Portanto, o senhor pode não concordar, não pode é dizer que nós não apresentámos os nossos argumentos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não são argumentos. Isso é ignorância!

O Orador: Ainda mais uma questão.

Esta proposta é, também, tecnicamente desajustada e não traz nenhuma vantagem para os nossos interesses de cooperação. Não é uma figura imprescindível para termos cooperação com ninguém. Conforme sabe, nós temos cooperação com Cabo Verde.

Aliás, aquilo que o senhor refere sobre o Primeiro-Ministro de Cabo Verde tem a ver com o entendimento que ele tem da plataforma da Macaronésia, que tem a ver, Sr. Deputado Artur Lima, com uma estruturação e uma relação que o Governo dos Açores está a tentar fazer, envolvendo nomeadamente transportes marítimos e transportes aéreos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esse paternalismo para com o Primeiro-Ministro de Cabo Verde...!

O Orador: ...e, portanto, não tem a ver com o enquadramento que o Sr. Deputado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fazem uma pergunta sobre a Macaronésia e o senhor vem dizer que Cabo Verde não percebe nada.

O Orador: Sr. Deputado, eu não estou a dizer isso. Não ponha palavras na minha boca. Essa atitude é, aliás, mais uma prova da sua deslealdade.

Parece-nos óbvio que, não sendo este instrumento imprescindível para várias áreas de cooperação com várias regiões que nós temos e cujo balanço, por exemplo ao nível do programa INTERREG, é muito positivo e muito encorajador, e representado ele uma clara dispersão de recursos, é uma figura que não vale a aposta e, por isso mesmo, esta proposta não deve ser aprovada.

Em síntese, era isto que eu tinha para dizer.

Apenas para terminar, gostaria de dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão que, ao longo de todo este processo, desde o dia da famigerada conferência de imprensa até hoje, até à última intervenção que o senhor fez, teve o PPM inúmeras oportunidades para “*dar o braço a torcer*” e para demonstrar uma lealdade política e uma capacidade de reconhecer o erro e de “*emendar a mão*” que, infelizmente, foram perdidas. Nós estaríamos aqui para podermos reconhecer esse gesto e, até, felicitá-lo por ele.

É por isso, Sr. Deputado, que eu lamento profundamente dizer que, ao longo de todo este processo, em mais de 15 dias e de muitas centenas de horas, entre a verdade e a deslealdade, o senhor, sempre e reiteradas vezes, preferiu a segunda, o que nós lamentamos muito.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho alguma pena de não poder ir já directamente ao assunto, que julgo e repito, apesar das fragilidades e debilidades que ontem, na minha primeira intervenção, referi da proposta apresentada pelo PPM... No entanto, e visto que o Sr. Deputado José San-Bento me brindou com a sua atenção, eu não posso deixar de lhe retribuir e de lhe agradecer a sua preocupação com as minhas faculdades mentais, com a minha agilidade de raciocínio e, sobretudo, com a minha capacidade de gritar e de berrar para me fazer ouvir.

Há uma coisa que o Sr. Deputado José San-Bento não vai ter nunca a sorte, é que eu lhe sussurre o que quer que seja ao ouvido.

Deputado José San-Bento (PS): Nem eu queria!

(Risos da câmara)

O Orador: Muito longe disso!

Eu falarei com o tom de voz que muito bem entender. Agora, sussurrar-lhe coisas ao ouvido, não irei fazer! Esteja descansado.

Depois, medo também não tenho, nem quando a agressão vem, enfim, do seu estilo “caceteiro” de deputado de segunda fila. De facto, não tenho. E o tom de voz que utilizo neste Parlamento será aquele que eu achar mais adequado em cada momento.

Queria dizer ainda mais uma coisa ao Sr. Deputado José San-Bento. Não o farei agora, não o posso fazer, porque fui alvo das suas apreciações, mas quero dizer-lhe que aquilo que fiz ontem e que o senhor apelidou de “associação de socorros mútuos”, fá-lo-ei a qualquer deputado desta câmara, independentemente da bancada a que pertença, porque tenho respeito, assim me guardem respeito. Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora, passemos à questão que é objecto deste debate.

Quanto aos AECT e às RUP, eu, de facto, também não estou esclarecido, porque, aliás já ontem o referi, está por saber a que nível é incompatível o facto de nós termos, ao abrigo do Tratado, um estatuto de ultraperiferia, de região ultraperiférica e, daí, podermos usufruir das vantagens de nos ser atribuído esse estatuto. Esse estatuto o que nos permite são excepções, acesso a fundos que são, apenas, destinados...

O Sr. Vice-Presidente depois explica-me. Aliás, eu estou para que me expliquem, exactamente, porque posso eventualmente estar aqui com algumas dúvidas acerca destas questões.

Mas o estatuto de...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): A taxa de participação é diferente.

O Orador: Tudo bem, Sr. Vice-Presidente.

O estatuto de região ultraperiférica, que nos é conferido, permite-nos, reunindo um conjunto de condições, o acesso a fundos e a projectos especialmente concebidos para regiões que têm este estatuto.

Depois, e em termos do conjunto de RUP, que eu tenha conhecimento não me parece que haja qualquer modelo de cooperação entre as RUP. Não há, efectivamente. Ou, se há, agradeço, estou com toda a humildade para ouvir essas explicações. Julgo que não há nenhum modelo de cooperação entre as regiões ultraperiféricas. Há programas, há fundos estruturais, dirigidos às regiões ultraperiféricas.

Aliás, na construção...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Há o INTERREG!

O Orador: Está bem, o INTERREG, talvez. Sim, o INTERREG. Mas veja uma coisa, Sr. Vice-Presidente, é muito pouco.

Sr. Vice-Presidente, a questão é esta: não há nenhuma incompatibilidade entre o facto de nós termos o estatuto de região ultraperiférica e podermos, eventualmente, integrar um AECT. Não há nenhuma.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não há, vêm para aqui mentir aos açorianos.

O Orador: Isto não é inconciliável. Nós podemos, até, nem querer...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Faça o favor de prosseguir.

O Orador: Muito obrigado.

A Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional, esta câmara, nós podemos, até, achar que não temos nenhum interesse em pertencer a um AECT. Agora, o argumento de que isto

é inconciliável é que, na minha opinião, não colhe, ou, então, não está ainda suficientemente explicado. Não me parece...

Mesmo o Sr. Deputado Pedro Gomes ontem referiu a questão de que os AECT têm a ver com questões de proximidade transfronteiriça, etc., etc.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não só!

O Orador: Não só, é evidente.

Aliás, mesmo a esse nível, as regiões da Macaronésia têm, como fronteira, as fronteiras marítimas das Zonas Económicas Exclusivas que, como sabem, se tocam.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É a mesma fronteira que temos com a Antárctica!

O Orador: Exactamente, Sr. Comandante, ou Sr. Deputado, exactamente.

(Risos das bancadas do PSD e do CDS/PP)

O Orador: Tudo bem.

Eu não queria “*meter a foice em seara alheia*”, mas, Sr. Deputado Lizuarte Machado, V. Exa. sabe melhor do que eu, com certeza até terá facilidade em aceder ao mapa das regiões das Zonas Económicas Exclusivas e verá, certamente, que a nossa Zona Económica Exclusiva e as da Madeira, Canárias e Cabo Verde estão unidas. Não está unida com a Antárctica, ou está, Sr. Comandante?

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Para lá caminha!

O Orador: Está ou não está? Não está.

Portanto, esse aparte ficou-lhe um bocadinho mal.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Está incomodado, Sr. Secretário Regional da Economia? Diga, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O que eu quero dizer é que o senhor não sabe o que está dizendo.

O Orador: Era só isso? Mais nada?

Pois claro! Eu sou o tal irresponsável e inconsciente que vem falar de transportes marítimos e, afinal de contas, toda a gente nos Açores sabe da irresponsabilidade e da inconsciência

que o Governo Regional tem demonstrado nesta matéria! Portanto, a autoridade que o senhor tem para dizer que eu não sei do que estou a falar é nenhuma, é zero!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é daqui a bocado. É outro ponto da agenda.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Vai-se fazer uma reunião geral com a AIPA.

O Orador: Já lá vamos!

Nós, o Governo Regional e o Parlamento, até podemos entender que pertencermos a um AECT não nos traz nenhuma vantagem. Pessoalmente, a mim, está por provar isso, uma vez que os AECT se desenvolvem, ou se podem desenvolver, através de projectos que são financiados pela União Europeia e, isso, certamente, não é inconciliável com os fundos estruturais ou com o estatuto da ultraperiferia. Se é, eu gostava que isso ficasse claramente explícito.

Já sabemos qual é o destino da proposta do PPM, mas, independentemente disto e sob pena de nos andarmos a enganar a todos, temos de retomar este debate. Aliás, eu acho que devemos debater isto o mais alargadamente possível. Temos isto no nosso Estatuto, o Governo Regional tem isto no seu programa. Não um AECT, certamente. Mas, claramente, está dito, quer no nosso Estatuto, quer no Programa do Governo, que uma região privilegiada de cooperação é a Macaronésia. Portanto, temos de debater isto, forçosamente.

A proposta do PPM tem fragilidades. Se calhar, não foi apresentada no *timing* certo. Certamente, estou de acordo. Aliás, há até um impedimento, ou não, da legislação que transpôs para o ordenamento jurídico nacional o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os agrupamentos e que, na transposição que foi feita para o quadro legal nacional, exclui as regiões autónomas. Ou, pelo menos, não as inclui.

Aliás, o PCP fez entrar uma anteproposta de lei exactamente para fazer essa correcção. Não é para criar a euro-região da Macaronésia, é, apenas, para lembrar a Lisboa que não se devem esquecer das regiões autónomas, porque não nos podem privar, através da transposição do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu, da possibilidade, se nós o quisermos fazer, de pertencermos a um AECT, seja a Macaronésia, seja aquilo que for. Não devem fazê-lo. O PCP até já tomou a iniciativa para que isso possa ser acrescentado.

Voltando ao cerne da questão, o debate sobre a Macaronésia não se deve esgotar nesta proposta do PPM. A proposta do PPM tem o mérito de iniciar, eventualmente, o debate, mas

vamos continuar este debate, porque, se não, não faz sentido. Temos de continuar este debate.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu agradecia e fazia o apelo, em geral e não a alguém ou a algum grupo em particular, que, independentemente e apesar do esforço e da força das convicções e das opiniões, fizéssemos também um esforço para elevar o nível da linguagem de relacionamento pessoal uns com os outros. Comecei por dizer que estou a falar para todos, em geral, e não para ninguém em particular. Se não, corremos o risco de ganhar algum campeonato parlamentar da Macaronésia, mas não sei se isso nos interessa.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou aceder, Sr. Presidente, à sua declaração, mas não fui eu que comecei...

(Risos da câmara)

...foi o Sr. Vice-Presidente.

Por isso, Sr. Vice-Presidente, eu não lhe vou chamar mentiroso, vou dizer-lhe que faltou à verdade.

Quero ler-lhe o discurso que aqui fiz ontem, que foi o seguinte: *“Actualmente, veja-se o paradoxo, o Primeiro-Ministro português desloca-se de 15 em 15 dias à Assembleia da República. Isto sucede num sistema político que muitos designam como semi-presidencialista. No nosso sistema político, teoricamente de natureza parlamentar, o Presidente do Governo Regional dá-se ao luxo de se ausentar do Parlamento durante 5 meses. Apetece-me dizer que por muito menos rolou, no cadafalso político, a cabeça de Luís XVI”*.

Agora quero dizer-lhe: faça as contas comigo, Sr. Vice-Presidente. Eu sei que o senhor tem fama de ser bom nos números, mas engana-se muito, fundamentalmente quando quer. Então, veja bem: Abril...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Esteve cá!

O Orador: ...Maio...

Esteve em Abril, 21 de Abril.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não conte Abril.

O Orador: Eu é que sei o que conto! Já não posso fazer as contas? Os senhores fazem as vossas, eu faço as minhas.

21 de Abril...

Deputado José Lima (PS): O senhor não disse que esteve cá em Abril. Disse que esteve ausente 5 meses.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor de continuar.

O Orador: 21 de Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto e volta cá em Setembro. Já estou a dar por certa a presença em Setembro, porque, senão, são 6 meses. As contas são muito simples de fazer.

Sr. Vice-Presidente, o que é grave é que alguém teve de lhe chamar a atenção, ontem à noite, ou hoje de manhã, quando se viu o jornal, para a incompetência parlamentar de não ter dado réplica ontem. A si e ao Presidente do Grupo Parlamentar, alguém teve de chamar a atenção para isso.

Sobre este assunto, estamos conversados. Por mim, é assunto encerrado. Espero que o Sr. Presidente do Governo Regional esteja cá em Setembro, senão, eu continuo a contar e, em Setembro, conto 6 meses.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado San-Bento, disse as mesmas banalidades, as mesmas generalidades, a mesma falta de informação. Pura e simplesmente, ele é capaz de fazer muito melhor do que isto, mas não estudou o dossier. Não estudou, Sr. Deputado! Portanto, não lhe vou responder a coisas que não têm resposta, porque são assuntos que não têm nada a ver. A sua justificação e os seus argumentos são inaceitáveis.

A sua historieta é como a história do papão, que se conta às criancinhas: cuidado, que se criarem um agrupamento territorial a Macaronésia vai embora e saem daqui os fundos estruturais. Isso é uma historieta e eu recuso-me a entrar nesse tipo de debate, que é perfeitamente fantasista, é uma coisa sem nível nenhum.

Agora quero dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, há aqui uma opção política clara, para além dos fantasmas...

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado, abrevie, se faz favor.

O Orador: Já está, Sr. Presidente.

Termino com isto, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional: assumo que não existe nenhuma incompatibilidade. Não existe! Mostre-me o documento, ou uma declaração de um dirigente político, ou uma acta, um documento em que se demonstre a incompatibilidade entre a Macaronésia e os agrupamentos europeus de cooperação territorial. Diga-me!

Quem escreve nos cartazes “Nós, europeus” e, depois, se recusa a utilizar todos os instrumentos que são colocados pela União Europeia à disposição das regiões para o aprofundar da cooperação, nos transportes, na educação... Nas universidades, sabe o que estão a fazer as outras euro-regiões? Estão a cooperar nas universidades, no conhecimento! Estão a cooperar nos transportes! Porque, evidentemente, somos regiões marítimas! Mas vamos fazer a mesma coisa que as Baleares, que não descobriram a rota: vão cooperar, também do ponto de vista dos transportes aéreos e dos transportes marítimos. É evidente que existe um mundo de possibilidades de cooperação.

Mais: o apoio financeiro é dado por projecto apresentado. É evidente que têm de ser programados projectos e esses projectos têm de ter qualidade. Se os senhores acham que não têm qualidade para apresentar projectos nesse sentido, isso é outra coisa. Agora, reconheçam que não têm capacidade para gerir um dossier destes, desta complexidade, e, então, nós vamos esperar por um dia em que isso seja possível, com um Governo que tenha a competência para o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra para uma segunda intervenção.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começava por salientar este momento extraordinário que nós vivemos aqui há pouco: o Sr. Deputado do PPM, depois de ter sido apanhado numa grossa mentira, tentou fazer contas duma forma extraordinária, contar hoje como não presença os próximos dois meses, ou seja, fez um exercício de soma que foi uma coisa extraordinária. Quer dizer, eu, sinceramente, nunca vi, do ponto de vista da criatividade argumentativa, encontrar...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no uso da palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...depois de ter sido apanhado numa profunda, flagrante e tão bem demonstrada mentira, agora tentou fazer uma coisa extraordinária, que é somar o futuro para contar o presente. Eu nunca tinha visto isto na vida. Assinalo a sua capacidade criativa.

Vamos àquilo que são dados concretos e objectivos.

Entrando na matéria, eu gostaria nesta intervenção de começar por responder à Sra. Deputada Zuraida Soares e também ao Sr. Deputado Aníbal Pires e, depois, acabaria naquilo que colocou agora, e bem.

Não sei se nós não nos estamos aqui a entender, mas a questão não é de incompatibilidade. A questão essencial é que nós temos uma lógica, aceite pela Comissão Europeia, de uma figura que tem benefícios e é a única que aceita ou que tem benefícios para estas regiões, que se chama Regiões Ultraperiféricas. As regiões que estão fora disto, que não têm estes benefícios, como por exemplo as regiões mediterrânicas, particularmente as ilhas mediterrânicas, estão a tentar criar uma AECT, com o objectivo estratégico da figura AECT substituir, em termos de benefícios, as RUP.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Isso não é verdade!

O Orador: Eu ouvi-o com toda a serenidade, deixe-me acabar.

Do ponto de vista diplomático, do ponto de vista estratégico, nós não devemos é criar outras entidades formais e isso, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires e bem, não tem nada a ver com cooperação e desenvolvimento de espírito subjacente às ligações entre os Açores, a Madeira, as Canárias e Cabo Verde, é outra coisa completamente diferente. Não devemos utilizar, como instrumento formal, uma entidade que outras regiões que não têm os benefícios das RUP estão a criar, para depois criarem pressão para que esses benefícios passem para essa forma de organização, em detrimento das RUP. É este o cerne da questão! Não é uma questão de incompatibilidade, é uma questão de estratégia objectiva de defender os interesses da Região.

Por isso, não é incompatível, mas tem esse grave risco e terá esse grave prejuízo, se dermos sequência a esta irresponsável proposta. Agora, não é incompatível e não tem nada a ver esta

criação formal, que é o que está aqui em discordância, com a cooperação com as regiões da Macaronésia e, particularmente, com Cabo Verde.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão – e acabo, concluindo – disse, no final, que concluiu que não aprovaríamos esta proposta porque não tínhamos capacidade para ter projectos de cooperação, nomeadamente com Cabo Verde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse Cabo Verde.

O Orador: Agora vou responder-lhe com toda a objectividade: no âmbito do programa de cooperação transnacional que permite o espaço de cooperação, que agora tem outro nome, PCT MAC 2007/2013, para precisar, já foram aprovados projectos de cooperação entre os Açores, Madeira e Canárias no valor de 4,1 milhões de euros. Portanto, sobre capacidade estamos falados.

Mais: está prevista uma convocatória dentro de pouco tempo, possibilitando a cooperação com Cabo Verde. Posso desde já dizer e anunciar que os projectos que estão em análise são quase exclusivamente – repito, quase exclusivamente – projectos entre os Açores e Cabo Verde, nomeadamente nas áreas das energias renováveis, na adaptação de *software* no domínio do ensino, na formação dos professores, para o ordenamento de território e no âmbito, por exemplo, do cadastro rural da Ilha de Santiago, entre muitos outros projectos. Portanto, em termos de competência, de capacidade e de desejo de cooperação com Cabo Verde, no âmbito deste espaço de cooperação transnacional, existem projectos firmes de análise e que serão aprovados, que são prática e exclusivamente entre os Açores e Cabo Verde. Sobre competência, estamos falados.

Agora, só para concluir: se a sua ideia é tão brilhante e o seu objectivo é tão bom, então porque não foi feito pelas Canárias? Porque não foi feito pela Madeira? Porque não foi sugerido por nenhuma outra das regiões ultraperiféricas? Será que o senhor é o único com razão e que na Madeira, nas Canárias, nas regiões francesas, ninguém teve essa brilhante ideia e todos estão contra a sua ideia? No fundo, para concluir, o senhor lembra-me aquela mãe que, de forma extremosa, vê o seu filho a marchar numa parada; o filho está a marchar mal e os outros todos estão a marchar bem; para o senhor, neste caso, o seu filho está a marchar bem e os outros todos estão a marchar mal.

Assim concluo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A primeira palavra é para assinalar estranheza pelo facto de, sendo este o primeiro debate que se faz neste Parlamento sobre política externa após a entrada em vigor do novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, nem o Sr. Presidente do Governo Regional, nem o Sr. Secretário Regional da Cooperação Externa estarem a participar neste debate. Achamos que é uma falta grave do Governo Regional esta ausência num debate importante, porque é o primeiro, importante porque se trata de fazer aqui uma escolha política em matéria de relações externas dos Açores na nossa relação com outras regiões da União Europeia.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o Partido Social Democrata, na Comissão, procurou fazer com que, para além do Membro do Governo com responsabilidade nesta área, fossem ouvidas, também outras entidades – o que, aliás, é uma prática saudável e recorrente, pelo menos na Comissão de Política Geral –, nomeadamente da área universitária, no sentido de esclarecer e aprofundar o debate sobre o Projecto de Resolução do Partido Popular Monárquico. A maioria parlamentar – as maiorias são assim e temos de respeitar a vontade das maiorias – não entendeu fazê-lo, mas lamentamos que tenha usado a sua força de votos para impedir um debate mais alargado porque, se calhar, alguma desta discussão que hoje está a ser feita podia ter sido feita, com vantagem, em Comissão e haveria, talvez, um melhor esclarecimento quanto a esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar, gostaria de dizer o seguinte: estamos aqui, não perante escolhas jurídicas, mas perante opções políticas quanto à projecção das relações externas da Região no espaço da União Europeia, no qual nos inserimos. Esta é uma escolha política, este é um debate político, sobre a melhor maneira de afirmar os Açores enquanto região ultraperiférica no quadro da União Europeia.

Para que não restem dúvidas e as coisas possam ficar absolutamente claras, interessa dizer que a escolha do Partido Social Democrata, do ponto de vista político, não é a solução aqui apresentada pela Representação Parlamentar do PPM. A escolha política para a afirmação

dos Açores na União Europeia é a escolha que tem a ver com privilegiar a opção e com o reforço do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas nos Açores. Essa é a nossa escolha política. Não é uma escolha jurídica, porque, como ontem disse e tive a ocasião de sublinhar, não há incompatibilidade jurídica entre as duas realidades.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há incompatibilidade política, Sr. Deputado.

O Orador: Não há incompatibilidade jurídica entre gozar dum estatuto de região ultraperiférica e pertencer a um agrupamento europeu de cooperação territorial.

Gostaria de chamar a este debate a opção que este Parlamento fez, unanimemente, quando aprovou a revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo. No artigo 124.º do Estatuto, relativo precisamente às relações externas com outras entidades, no número 1, alínea d), estabelece o seguinte: “*Compete à Região desenvolver parcerias com outras regiões ultraperiféricas, nomeadamente no âmbito de programas de cooperação territorial europeia, e aprofundar a cooperação no âmbito da Macaronésia*”. A escolha que fizemos unanimemente foi esta. É uma escolha de privilegiar o desenvolvimento de parcerias com outras regiões ultraperiféricas e de apenas aprofundar a cooperação no âmbito da Macaronésia.

Há um grau de diferença política, há um grau de escolha diferente que foi assumida unanimemente por este Parlamento, porque entendemos – e do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, bem – que a nossa prioridade política são as regiões ultraperiféricas, as parcerias com as regiões ultraperiféricas e que a cooperação com a Macaronésia, sendo importante para a afirmação da Região Autónoma dos Açores no espaço externo à Região, tem um grau de relevância política diferente do grau que atribuímos às regiões ultraperiféricas.

Esta formulação que consta do nosso Estatuto não resulta dum acaso ou duma circunstância fortuita, é uma opção política clara de privilegiar o aprofundamento das parcerias com as regiões ultraperiféricas e não, numa primeira linha, com a Macaronésia.

Interessa também dizer, a este propósito, que o aprofundamento da cooperação com a Macaronésia não passa, nem exclusivamente, nem directamente, nem essencialmente, pela criação dum agrupamento europeu de cooperação territorial. Há outras formas de aprofundamento de cooperação, no âmbito da Macaronésia, que não exigem a criação dum

ente com estatuto jurídico próprio diferente do estatuto jurídico daquele que possuímos enquanto região ultraperiférica.

Não está aqui em causa a natureza dos agrupamentos europeus de cooperação territorial. Aliás, gostaria de citar o parecer do Comité das Regiões sobre precisamente esta nova realidade, que resulta dum Regulamento do Parlamento Europeu de 2006. O parecer do Comité das Regiões é de 9 de Outubro de 2008 e diz o seguinte: “*Considera que este Regulamento CE 1082/2006 é um instrumento jurídico importante para reforçar a cooperação entre as colectividades territoriais da Europa, por meio de regulamentação comunitária uniforme, directamente aplicável em todos os Estados-Membros*”. Isto é, o Comité das Regiões valoriza esta nova realidade.

Porém, queria lembrar que esta é uma realidade que tem tido uma mutação assinalável no quadro da União Europeia e cujos contornos ainda não estão completamente sedimentados. É preciso recordar que estes agrupamentos europeus de cooperação territorial nascem primeiro sob a égide do Conselho da Europa: as convenções-quadro sobre a cooperação transfronteiriça de 1980, com os protocolos adicionais de 1995 e 1998. É apenas em 2006 que se dá uma primeira sedimentação desta realidade, com a aprovação do Regulamento 1082/2006 do Parlamento Europeu.

Também é verdade – e o próprio Comité das Regiões assinala isso – que é necessário que esta nova realidade seja objecto de uma reflexão estratégica no próximo Livro Verde sobre a coesão territorial europeia. Isto significa que, do ponto de vista político, a Europa caminha numa direcção de aprofundamento que já não é de cooperação apenas transfronteiriça, mas que tem uma dimensão transnacional ou inter-regional, mas com instrumentos que ainda não têm uma certeza jurídica e um alcance político que permitam clarificar, com evidência e suficiência, os caminhos que estas novas realidades vão caminhar.

Por isso mesmo, esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM é também desadequada ao momento em que nos encontramos. Esta também é uma interpretação política do *estado da arte*, permitam-me, no plano europeu.

Por fim, com a serenidade que estas matérias devem ter, queria trazer também um último argumento e, com este argumento, finalizarei a minha intervenção.

Queria lembrar que o Projecto de Resolução do PPM propõe que o Governo Regional desenvolva esforços no sentido de criar este agrupamento europeu de cooperação territorial.

Quero aqui lembrar, sim, um argumento de natureza jurídica, aliás aqui recordado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, ainda há instantes: no actual quadro jurídico português, que decorre do Decreto-Lei 376/2007, de 8 de Novembro, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira estão impedidas juridicamente de constituir agrupamentos complementares, agrupamentos europeus de cooperação territorial. É por isso que o Sr. Deputado Aníbal Pires, a Representação Parlamentar do PCP no Parlamento, numa atitude de *in carne una* com o PPM, apresenta uma anteposta de lei para alterar precisamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem isso, Sr. Deputado.

O Orador: ...este Decreto-Lei, no sentido de permitir que as regiões autónomas possam ser, elas próprias, participantes em agrupamentos europeus de cooperação territorial, no ordenamento jurídico português, coisa que hoje, juridicamente, não é permitida.

Nesta medida, a conclusão que temos de tirar é que também do ponto de vista jurídico e face ao direito nacional, a recomendação que a Resolução do PPM transporta é uma recomendação, neste momento, impossível do ponto de vista jurídico. Esta, sim, impossível do ponto de vista jurídico. Com este argumento me fico.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, tenho andado muito ocupado com a bancada do Governo e com a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ainda não lhe tinha respondido, mas vou responder-lhe agora às questões que colocou.

A questão é esta: penso que a sua intervenção foi linear, depois, até, da própria confissão do Vice-Presidente do Governo Regional, que perante a situação insustentável em que se encontrava, em termos de debate, reconheceu que são incompatíveis as ultraperiferias, o regime de ultraperiferias e os agrupamentos territoriais.

Deputado José San-Bento (PS): Nunca dissemos isso.

O Orador: Com isso começou a destruir-se o novelo que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e a bancada do Partido Socialista estavam a tentar construir, o novelo de confusão e de desconhecimento que o Partido Socialista estava a tentar lançar nesta questão.

A questão é esta: não existe nenhuma incompatibilidade jurídica. Podemos colocar o cerne nessa matéria. Não existe nenhuma incompatibilidade do ponto de vista económico, porque até o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, outra vez colocado perante uma situação – eu sei, alguém que vem do mundo académico tem sempre muita dificuldade em sustentar coisas que são absurdas –, sabe que os instrumentos e a configuração jurídica do regime de ultraperiferias e do tempo das euro-regiões são completamente diferentes e que as finalidades do ponto de vista económico são completamente diferentes.

Portanto, estamos aqui a falar duma cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional. É diferente. Não se pode ter uma cooperação transfronteiriça com a Guiana. Não se pode ter uma cooperação transfronteiriça com a Ilha Reunião, nem com a Martinica, nem com Guadalupe, não é? Não podemos ter. Também não podemos ter uma cooperação inter-regional, não é? Nesse sentido, o Sr. Vice-Presidente veio aqui reconhecer que, do ponto de vista jurídico, não é incompatível; do ponto de vista económico, não é incompatível; resta, então, o quê? A montanha fica por esta questão, que é o argumento político...

Deputado Pedro Gomes (PSD): A montanha não vai a Maomé! Talvez!

O Orador: ...que o Sr. Deputado Pedro Gomes apresentou aqui.

Sr. Deputado Pedro Gomes, então o regime de ultraperiferias, do ponto de vista político, “*empequenece*” a criação das euro-regiões porquê? Não considerou a hipótese, Sr. Deputado Pedro Gomes, de usufruir do estatuto de ultraperiferia...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já.

...e, em simultâneo, de usufruir também das vantagens dos agrupamentos de cooperação territorial? Não considera que usufruir em conjunto – já que não existe nenhuma incompatibilidade, já que não existe nenhuma incompatibilidade do ponto de vista económico e do planeamento –, somar essas duas vantagens seria positivo, do ponto de vista político, para os Açores? Eu considero que sim. Não existe nenhuma incompatibilidade política.

Essa incompatibilidade política poderia surgir se – e termino já, Sr. Presidente – os parceiros, aqueles que ficam fora da Macaronésia, que seriam apenas as regiões insulares francesas que fazem parte das ultraperiferias, manifestassem algum grau de desacordo político. Ora, que eu saiba, isso nunca sucedeu.

Termino com a questão jurídica que aqui levantou em relação à proposta.

Esta proposta reconhece, no seu enunciado, que é necessário criar as condições para que ela se possa executar. Aqui há uma recomendação política.

Também não tenho dúvidas nenhuma, o Sr. Deputado sabe, que do ponto de vista constitucional e do ponto de vista estatutário a Região tem todos os mecanismos para vir a criar estas plataformas e integrar plataformas de cooperação económica. Sabe isso, sabe que do ponto de vista constitucional e do ponto de vista estatutário isso é um direito que a Região adquiriu, precisamente porque conseguimos, neste Parlamento, que fosse reforçada a política externa da Região. Portanto, eu não tenho dúvidas nenhuma de que, do ponto de vista constitucional, isso será um direito que será reconhecido à Região e não tenho dúvidas nenhuma de que aquilo que interessava neste debate era a decisão política sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para, em primeiro lugar e só apenas para isso, fazer duas referências em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes.

A primeira é dizer que apreciei particularmente a qualidade e a profundidade da sua análise e da sua intervenção. Penso que é uma intervenção que, ao contrário das vozes que dizem que nós criticamos sempre tudo aquilo que a oposição e, particularmente, o PSD, diz, mostra que não, muito pelo contrário. Quando são intervenções positivas, construtivas, com qualidade, como foi aquela que hoje tivemos a oportunidade de ouvir, assinalamos e reconhecemos e tenho de lhe reconhecer esse trabalho, esse esforço e esse espírito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Concordo consigo!

O Orador: Apenas para, começando pelo início da sua intervenção, esclarecer e justificar uma questão.

O Sr. Sub-Secretário Regional da Cooperação Externa não está nesta Assembleia – aliás, esteve, na terça e na quarta-feira, ontem –, não pôde estar hoje porque hoje chegou à Região o Comissário Europeu do Multilinguismo e, neste contexto, teve de acompanhar a sua visita à Região. Neste contexto, está nesta função, penso que importante também no âmbito das

nossas relações externas e da nossa ligação com a Comissão Europeia. Assim como o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Presidente, que acompanham, para além da visita do Comissário, a presença, neste momento, nos Açores, do prémio Nobel da Medicina, descendente de açorianos, como sabem. Portanto, são estas as razões essenciais, porque também não queria, de maneira nenhuma, que essa questão ficasse sem a devida justificação e resposta.

Deputado António Marinho (PSD): O Sr. Vice-Presidente hoje está numa justificação de faltas.

O Orador: Neste contexto e depois da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, penso que não há muito a acrescentar sobre esta matéria. Apenas pedi a palavra para dar esta informação e para fazer este justo reconhecimento.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o proponente da iniciativa abandonou a Comissão e não foi confrontado com alguma da discussão técnica e política que nós faríamos e, também, face à intervenção do Deputado Pedro Gomes, queria só referir e deixar claros aqui ainda mais dois ou três aspectos, que nos parecem importantes para quando se fizer – se alguém fizer – a história deste debate.

Como sabem, ou como julgo que sabem, a Directiva-Quadro 2008/56/CE, da estratégia marinha, já define a Região biogeográfica da Macaronésia, entendendo aqui as águas territoriais em torno dos Açores, da Madeira e das Canárias. Não contempla Cabo Verde.

Depois, há também aqui uma outra questão, ao nível da própria parceria que a União Europeia tem com Cabo Verde, que não visa a adesão de Cabo Verde à União Europeia. Portanto, para ser feita uma cooperação com Cabo Verde, isso implicaria um processo muito complexo de alteração da regulamentação. Isso também traz aqui outra complexidade para a exequibilidade desta questão, que, de facto, não é incompatível, Sr. Deputado Paulo Estêvão, nunca ninguém falou nisso. O senhor, se não tivesse abandonado a Comissão, teria eventualmente ficado claramente esclarecido.

A questão é outra: não é imprescindível, o que é muito diferente. É por isso que nós temos cooperação com Cabo Verde e com outras regiões, como o senhor também sabe.

A questão é esta – e eu ontem também disse isso mas, por aquilo que já percebi, o senhor não ouviu porque estava atordoado –, nós vivemos numa Europa com 271 euro-regiões NUTS...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade.

O Orador: É verdade, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade.

O Orador: ...o que significa que, nesse quadro, é pouco convincente que uma euro-região dessas possa trazer qualquer vantagem, traz antes todos aqueles óbices e problemas que eu já aqui referi.

Quanto à referência que o Sr. Presidente da Comissão faz sobre a atitude do Partido Socialista, eu também já a justifiquei aqui várias vezes. Gostava só de dizer que esta figura, do ponto de vista técnico, não nos suscita dúvidas nem grandes apreensões. A questão é política e, no plano político, nós consideramos que estamos perfeitamente cientes, pelas razões que já apresentei e que outros, que concordam também com o nosso sentido de voto, também apresentaram, ao rejeitá-la. Portanto, no plano político, esta decisão é a decisão correcta e é a decisão que nos interessa. É, portanto, isso que o PS fará: faremos o “*chumbo*” da proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para esclarecimentos, tem 3 minutos.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados... Não há Srs. Membros do Governo.

Esta política de abandono do debate agora já chega ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Não vá por aí, Sr. Deputado.

O Orador: Eu estava a dirigir-me à bancada do Governo e não estava lá ninguém, fiz uma constatação, é tão simples como isso. Para mim, o assunto não tem mais nenhum interesse. Sr. Presidente, desconte este tempo.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Faça o favor de dizer, diga!

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu agradecia que prosseguisse.

O Orador: Sr. Presidente, vou terminar também. Considero que, do ponto de vista dos argumentos já ficou bem precisa a situação, a opinião e o posicionamento de cada um dos grupos parlamentares.

Quero dizer o seguinte: o Sr. Vice-Presidente falou em 4,5 milhões de euros de cooperação. Veja uma euro-região como a euro-região Galiza/Norte de Portugal, que tem um plano estratégico de cooperação territorial que contará com mais de 100 milhões. Não sou eu que o digo, é a ex-Ministra do Governo do Partido Socialista, Elisa Ferreira: *“O plano estratégico de cooperação territorial da euro-região Galiza/Norte de Portugal contará com mais de 100 milhões de euros procedentes dos respectivos programas operacionais, no âmbito dos objectivos de convergência e dos diferentes fundos estruturais da União Europeia”*. Neste momento, para concretizá-los, irá dispor de 100 milhões, que é aquilo que conseguiu retirar deste tipo de programas, daquele “bolo” global tem 100 milhões que pode executar, 100 milhões. Mas pode candidatar-se, no âmbito destes 10 mil milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não é nada disso.

O Orador: É exactamente assim!

Disporá de 100 milhões de euros, aprovados no plano estratégico de cooperação territorial, 100 milhões de euros, aprovados no plano estratégico de cooperação territorial. Isto não sou eu que estou a dizer, é a ex-Ministra...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não percebe nada disto!

O Orador: A ex-Ministra não percebe nada disto? A Elisa Ferreira? Eu estou a referir-lhe, parece que é preciso repetir! *“Para concretizá-los, não só se disporá dos 100 milhões de euros, aprovados no plano estratégico de cooperação territorial”*, 100 milhões de euros! É o que ela diz!

Aliás, Sr. Vice-Presidente, não é só o que ela diz, é o que dizia, por exemplo, o Presidente Emílio Tourinho, que dizia exactamente a mesma coisa: que este plano estratégico tinha 100 milhões de euros. O Sr. Vice-Presidente percebe mais do que todos os estadistas da Europa, pelos vistos.

Quero dizer-lhe que estamos a falar numa parceria que seria altamente vantajosa.

É evidente que a Galiza/Norte de Portugal tem 6 milhões de habitantes. Nós estamos aqui a falar numa região que teria 3 milhões de habitantes. Portanto, obviamente, estamos a falar de valores que seriam substancialmente diferentes.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Para terminar, o Sr. Vice-Presidente, mais uma vez, incorreu aí numa falsidade, que foi dizer “está tudo contra”.

O que ficou aqui demonstrado neste debate foi que o Sr. Primeiro-Ministro de Cabo Verde fez afirmações a dizer que estaria de acordo com um projecto deste tipo. E o que ficou demonstrado, também, é que a Coalizão Canária – que é o partido que governa as Canárias – , no seu programa...

Os programas dos partidos não são coisas com que se brinque. Eu, pelo menos não brinco com o nosso! É um programa político, de objectivos políticos, como o seu. Eu respeito aquilo que está no programa do Partido Socialista, é para cumprir, é o que os senhores pensam, politicamente.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E isto é o que pensa a Coalizão Canária: eles querem criar uma euro-região da Macaronésia. Portanto, penso que estas questões são fundamentais: não estão contra. Aqui, o único “soldado que está fora do passo” é o senhor.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento ter de intervir outra vez, não era essa a minha intenção, mas, repetindo-se sempre a mesma questão, que não corresponde à verdade, obriga-se a repor a verdade, de forma infinita. Se o Sr. Deputado Paulo Gusmão insistir e continuar...

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Paulo Estêvão.

...a repetir sempre as mesmas coisas que já foram desmentidas sistematicamente, chegaremos a uma altura em que teremos de dizer, com o devido respeito pelo Sr. Deputado, que não há mais paciência para voltar a dizer aquilo que já foi dito 20 vezes.

O senhor quer insistir na mesma questão, que não é verdade. Agora quero apenas dizer uma coisa, Sr. Deputado: não confunda programas completamente diferentes.

Os 100 milhões de cooperação são a única verba que a região da Galiza tem disponível dos fundos estruturais, porque não é uma região Objectivo 1, não tem acesso a outras verbas FEDER. A Galiza não tem acesso a mais qualquer fundo estrutural, a Galiza e o Norte de Portugal, as duas em conjunto. Como disse, têm muito mais população e têm 100 milhões. Os Açores têm 1535 milhões, percebe? São conceitos completamente diferentes. Nós temos 15 vezes mais, no âmbito dos fundos estruturais.

Como a região da Galiza está fora do Objectivo 1, não pode ter acesso a fundos, nem ao FEDER nem ao Fundo Social Europeu. O único mecanismo que tem de ter montantes é no âmbito dessa cooperação. Isto é básico, é da escola primária dos conhecimentos dos fundos estruturais. O senhor não pode estar a confundir uma linha que tem esse valor, que tem uma dimensão completamente diferente e que é 15 vezes inferior àquilo que os Açores têm, apesar de os Açores terem muito menos população. Não se pode comparar, porque as regiões que são Objectivo 1, que têm acesso a verbas de FEDER, no caso dos Açores 965 milhões, do Fundo Social Europeu, no caso dos Açores 190 milhões...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em que é que isso contesta o que eu estou a dizer?

O Orador: Tem muito a ver! Contesta, porque não pode comparar dados que são incomparáveis. Os Açores nunca teriam...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Claro que são incompatíveis! O senhor ainda não percebeu isso? O senhor ainda não percebeu que são, claramente, do ponto de vista do fundo? Mas eu não vou estar a gastar mais tempo com isso. O senhor não quer perceber, paciência, o que havemos de fazer? Temos é de dar continuidade aos debates e ao trabalho.

Repito: o senhor, por amor de Deus, só com o objectivo, inclusivamente, de contribuir para a objectividade deste debate, não traga aqui e não compare programas que não são

comparáveis e faça uma intervenção no sentido de utilizar fundos estruturais que não podem ser comparados com os fundos da Região, porque os princípios e os objectivos são completamente diferentes. É completamente diferente uma estrutura de financiamento comunitário de uma região Objectivo 1, de uma região que não tem acesso aos fundos estruturais.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque é regimental, mas creio que este debate, Srs. Deputados, tem alguma utilidade. Tem várias, uma das utilidades que este debate está a ter é fazer-nos pensar na necessidade de revisão do nosso Regimento, se me permitem.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra para esclarecimentos.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional veio para aqui confundir as coisas outra vez, fazer afirmações falsas e é por isso que me obriga a repetir os argumentos.

Veio dizer que estávamos sozinhos, até deu aquela imagem do pelotão. Já lhe expliquei que não estávamos sozinhos, demonstrei-lhe com factos, apresentei-lhe documentos.

Agora, vem dizer que eu estou a comparar financiamentos. Eu não comparei, apenas lhe disse, o senhor falou-me que, no âmbito da cooperação com Cabo Verde tinha 4,5 milhões de euros...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Não falei em nada disso.

O Orador: ...o senhor falou nisso e eu disse-lhe que, no âmbito do plano estratégico de cooperação territorial, estávamos a falar de 100 milhões de euros.

Não estive aqui a comparar quanto é que os Açores recebem de fundos estruturais, quanto é que a Madeira recebe, não estive a comparar quanto é que a euro-região recebe e quanto é que as ultraperiferias recebem. Portanto, essa confusão e esse truque político de dizer “o senhor não percebe, porque não sei quê”, inventando argumentos, não lhe fica bem. Fundamentalmente, os diários poderão provar que, efectivamente, quem trouxe, quem fez essa comparação, foi o senhor e não eu.

O que eu quero reafirmar, e termino, é que não tenho nenhuma espécie de dúvida – nenhuma espécie de dúvida – de que a questão aqui foi, pura e simplesmente, política. Portanto, é uma

opção de *timing*. Estou absolutamente convencido de que, no futuro, esta euro-região será uma realidade, não tenho qualquer tipo de dúvida.

Muito obrigado.

Presidente: Não sei se mais alguém se quer inscrever, Sras. e Srs. Deputados. Neste momento a Mesa não tem inscrições.

Não havendo inscrições, eu agradecia às Sras. e aos Srs. Deputados – àqueles que porventura já lá não estão – que retomassem os vossos lugares, para pormos à votação este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o projecto ora debatido façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado, com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, de acordo com o combinado em Conferência de Líderes.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça o favor.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 4 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos, com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão** subscrito pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Deputado António Marinho, e **relativo ao Projecto de Resolução que tem por epígrafe “Comissão de Inquérito – Processo de construção dos Navios Atlântida e Anticiclone”**.

Vamos debater e votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Nesta matéria, rege o artigo 146.º do nosso Regimento. Eu gostava de esclarecer que a leitura que a Mesa faz deste artigo é que tem direito a intervir no debate por um período – e os períodos, por definição, são contínuos – não superior a 10 minutos apenas um dos requerentes e um representante de cada grupo ou representação parlamentar. Ou seja, por uma vez cada um, quer o proponente, quer os representantes dos grupos e representações parlamentares.

Está aberto o debate. Tem a palavra o proponente, Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”, diz o nosso povo, mas o PSD e os restantes partidos da oposição entendem que algum dia – e agora é o momento – têm de se encontrar os responsáveis por tamanha barafunda que envolveu o processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone. Algum dia é preciso chamar à responsabilidade aqueles que foram responsáveis pelo maior falhanço da história da Autonomia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O pedido de urgência justifica-se, porque passaram 3 meses do anúncio da rescisão contratual do navio Atlântida e os 32 milhões de euros que a Região pagou ainda não foram reembolsados.

É urgente, também, porque passaram 4 meses sem que se saiba o que vai acontecer com o navio Anticiclone, se parou, se não parou, se vai ser construído, se vai ter 60 metros, se vai crescer mais 10 metros ou mais 11 metros.

É urgente, porque passaram 4 meses da divulgação pública do relatório do Tribunal de Contas, onde são apontadas graves irregularidades e erros básicos no processo de construção dos navios.

É urgente, porque passou 1 mês após a audição do Secretário Regional da Economia em sede de Comissão Parlamentar de Economia, onde os esclarecimentos adensaram ainda mais as dúvidas e as suspeitas de gestão contratual desastrosa, danosa e negligente.

É urgente, porque os açorianos estão fartos de que o Governo Regional diga que “da próxima é que vai ser, no próximo ano é que vai ser bom”. Já passaram 13 anos, sendo que o serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores piora de ano para ano.

É urgente, porque os açorianos estão fartos, fartos é a palavra, de tanta trapalhada...

Deputado José San-Bento (PS): Estão fartos é de si!

O Orador: ...sem que nunca nem ninguém seja culpado. Nunca, com o Governo Socialista e com esta maioria, ninguém é culpado.

É urgente, porque os açorianos não querem que se gaste nem mais um euro em mais trapalhadas de barcos novos que, “*se Deus não acode*”, tinham vindo mesmo cheios de remendos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Por tudo isto, o PSD faz votos para que o PS aprove este pedido de urgência e não se esconda, mais uma vez, atrás de manobras de diversão para adiar o total esclarecimento da história trágica dos barcos.

Obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passando por cima das adjectivações do Sr. Deputado Jorge Macedo, quero começar por dizer o seguinte: ao 112.º dia após o anúncio, com pompa e circunstância, pelo Grupo Parlamentar do PSD, da sua intenção de propor a esta câmara a criação de uma comissão de inquérito para a construção destes navios; após um conjunto de alterações que se verificaram no processo de construção destes navios e evolução processual destas duas construções; após muitas declarações que ouvimos, pela voz do PSD e de outros responsáveis políticos, fica a ideia que o PSD, neste processo, como aliás aconteceu anteriormente num outro – refiro-me às medidas contra a crise –, mais do que pretender fazer aquilo que nós defendemos que é importante fazer, neste como em qualquer processo sujeito à fiscalização por parte desta Assembleia, tem feito, tem pretendido fazer, continua a pretender fazer, essencialmente uma gestão político-partidária deste processo.

Senão, vejamos. Voltando a este tema das medidas contra a crise, anunciadas ainda no final do ano transacto, o PSD também, com igual pompa e circunstância, anunciou a sua intenção de apresentar um conjunto de medidas que iriam contribuir para resolvermos os problemas da crise que vivíamos na Região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é isto?

O Orador: Nós aguardámos um mês, dois meses, três, quatro, quase seis meses. Passados seis meses, veio o PSD apresentar as suas propostas. Concluimos que nos trazia o PSD, na altura, *“uma mão cheia de quase nada”*.

É legítimo, é absolutamente legítimo que o PSD, ou qualquer partido nesta câmara, faça uma gestão político-partidária deste ou de qualquer outro processo. É igualmente legítimo que nós, naquele que é o jogo político que nos move nos nossos trabalhos, sem prejuízo do direito que os açorianos têm de conhecer este e qualquer outro processo da responsabilidade do Governo nesta Região, que o façam, empecemos que este jogo seja jogado desta forma.

Quero deixar claro, voltarei a este assunto, porque julgo que estão aqui em causa duas questões distintas: uma, o jogo político-partidário; segunda, o direito que as pessoas têm de ser informadas sobre esta matéria.

Na verdade, aquilo que nós constatamos relativamente a este outro processo, este relacionado com a construção dos navios, é exactamente o mesmo ou, pelo menos, uma situação muito idêntica: foi anunciado, com pompa e circunstância, que era preciso criar uma comissão de inquérito para se desvendarem todos estes mistérios e, passados 112 dias, aparece este projecto de criação da comissão de inquérito.

Entretanto, aquilo que nós constatámos foi total abertura da parte do Governo Regional para informar esta câmara, em Plenário, através de Comunicado do Governo apresentado pela voz do Sr. Secretário Regional da Economia, mas também para outros esclarecimentos que foram prestados em sede própria, designadamente em sede de Comissão Especializada de Economia. Foi, mais recentemente, o Sr. Secretário Regional da Economia ouvido e teve oportunidade de, nessa altura, informar os Srs. Deputados com assento na Comissão de Economia daquilo que eram as dúvidas que lhe foram suscitadas relativamente à construção destes dois navios. Uma nota, que para nós não é de somenos importância e relevância neste processo: trata-se de uma audição do Sr. Secretário Regional que não está relatada, não tem,

neste momento, conclusões conhecidas, e que, naturalmente, aguardamos, esta câmara aguarda, para avaliação, porque eu presumo que aquilo que...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presume? Pergunte ao seu Relator!

O Orador: Eu presumo, Sr. Deputado, que a audição...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fica-lhe muito mal! Que grande falhanço! Acabou de entalar o Sr. Relator da Comissão.

O Orador: Peço desculpa. Não é o Sr. Relator, nem são os Srs. Deputados com assento. Nós temos todos o direito, para votarmos e tomarmos decisões como esta, de ter conhecimento daquilo que é o relatório e as conclusões do relatório.

Agora o que nós não podemos permitir em circunstância nenhuma, Sr. Deputado, é que se faça do processo de audição do Sr. Secretário Regional assim uma espécie de mais uma peça deste vosso jogo, aparentemente, face ao desinteresse em acompanharem, que não apenas aqueles que fazem parte da Comissão, todos os outros, todos temos o direito de ver, constatar, aquilo que são as conclusões deste mesmo relatório.

Uma nota, apenas uma nota a este propósito.

Para além dos procedimentos a que fiz referência, informativos, esclarecedores, na medida dos esclarecimentos que foram pedidos, por parte do Governo Regional e no caso, naturalmente, da comunicação que aqui foi prestada, na medida da percepção das dúvidas que existiam na altura relativamente a todo este processo, quero dizer-lhes também algo que não é menos importante: é que não me lembro, pelo menos ao longo dos anos em que ando nestas lides políticas, de nenhum processo que tenha sido objecto de um escrutínio, pela parte da comunicação social, como este. Portanto, também aqui, para além do escrutínio desta câmara, tem havido um acompanhamento sem paralelo pela parte da comunicação social.

Com isto, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, quero como conclusão dizer-lhes que é para nós claro que existe neste processo uma motivação, pelo menos da parte do partido maior que subscreve esta proposta, de gestão, legítima, político-partidária, da criação desta comissão de inquérito.

Dito isto...

Deputado António Marinho (PSD): O que é que o Sr. Deputado está a fazer aqui? Ananases? O senhor é político.

O Orador: O Sr. Deputado quer que eu conclua, ou não? O Sr. Deputado tem muitas oportunidades para falar sobre isto.

Dito isto, quero dizer o seguinte:

O que está em causa, neste momento, é votarmos o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão...

Vozes de deputados da bancada do PSD: Até que enfim o senhor percebeu!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Finalmente percebeu!

O Orador: ...do Projecto de Resolução que pretende ver criada a comissão de inquérito para avaliar e acompanhar esta questão da construção dos navios. Quero, a este propósito, dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que não vê este Grupo Parlamentar qualquer motivo para que, ao fim de 112 dias, haja agora urgência em ver criada uma comissão de inquérito com este objecto.

Deputado Pedro Gomes (PSD): 112 dias sem barcos!

O Orador: Mas quero também dizer, com toda a clareza, a esta câmara e, muito especialmente, àqueles partidos que certamente terão melhores intenções relativamente a esta proposta de criação da comissão de inquérito, isto é, aquele que deve ser verdadeiramente o objecto do projecto de resolução, que é de melhor informarmos os açorianos – e nós próprios, em primeira instância – sobre a forma como foi conduzida a construção destes navios, que não temos qualquer problema com a criação desta comissão de inquérito. Repito: não temos qualquer problema com a criação desta comissão de inquérito.

Mais: temos todo o interesse em que aquilo que são afirmações em tantos momentos, como aquelas que ainda há pouco ouvimos pela voz do Sr. Deputado Jorge Macedo, que mais não fazem do que lançar mais suspeições sobre este processo, em que esta matéria seja, desta e de qualquer outra forma, objecto de todo o esclarecimento...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Vamos a isso.

O Orador: ...na perspectiva, não do jogo político-partidário, mas de que os açorianos realmente têm o direito de saber e de ver esclarecidas todas estas dúvidas relativamente à construção destes navios. Repito: não temos qualquer problema com a criação desta comissão de inquérito.

Deputado João Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Mas quero também dizer, com igual clareza: não prometeremos, na medida das nossas capacidades, que, em qualquer momento ou circunstância...

Deputado João Costa (PSD): Já está a recuar.

O Orador: ...este ou qualquer outro procedimento possa perturbar aquilo que são processos em curso, que são públicos, e que possa, de alguma forma, atingir aquilo que deve ser o nosso interesse e maior preocupação que é, em todas e quaisquer circunstâncias, protegermos sempre, mas sempre, a Região Autónoma dos Açores.

Disse, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Macedo pede a palavra para?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental, de acordo com o artigo 88.º, n.º 1.

Tem 3 minutos, Sr. Deputado Jorge Macedo.

(* Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que nós acabámos de assistir aqui nesta casa foi muito feio. Refiro-me, concretamente, à questão da elaboração do relatório da audição do Sr. Secretário Regional da Economia. Aquilo que o senhor acabou de fazer não se faz.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Porquê?

O Orador: É uma falta de solidariedade para com o Presidente da Comissão de Economia, Deputado José do Rego, e uma falta de solidariedade para com o Relator da Comissão de Economia, Deputado Francisco César.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não aprovado.

O Orador: Daqui deste lado e em nome do PSD, eu solidarizo-me com o Presidente da Comissão de Economia, Deputado José do Rego, e com o Relator da Comissão, Deputado Francisco César. Aqui, o PSD solidariza-se com isso. Foi muito mau aquilo que o senhor acabou de fazer aqui nesta casa.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: O relatório, neste momento, já está na sua versão final e só não foi aprovado porque todos os elementos da Comissão de Economia entenderam que o relatório devia ser exaustivo, o que obteve concordância por parte de todos os elementos da Comissão de Economia, devia ser exaustivo e o pormenor...

Deputado Herberto Rosa (PS): Já foi distribuído? Já foi apresentado? Já foi discutido?

O Orador: ...inclusive, das afirmações de cada um dos Srs. Deputados e do Sr. Secretário Regional da Economia em sede de Comissão de Economia deviam representar, de um modo fidedigno, aquilo que lá se passou. Foi trabalho que nós estivemos aqui a fazer e aquilo que o senhor fez aqui foi muito mau e muito feio.

Relativamente à cronologia dos acontecimentos, acabou de referir que ao fim do centésimo e não sei qual dia poderíamos nós querer a urgência deste Projecto de Resolução. Eu só relembro as suas palavras relativamente àquilo que afirmou quando nós pedimos, ou manifestámos a intenção de querermos, uma comissão parlamentar de inquérito. O Sr. Deputado Helder Silva sabe o que disse?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Esta parte já não é protesto.

O Orador: Disse que era prematuro. Depois, pedimos a audição do Sr. Secretário em Comissão de Economia e os deputados do Partido Socialista “*chumbaram*” a presença do Secretário Regional na Comissão de Economia.

Deputado António Marinho (PSD): Haja clareza!

O Orador: Por aí se vê o tempo todo que os senhores estiveram a querer ganhar, para esconder o Sr. Secretário e o esclarecimento da verdade, atrás de pequeninas artimanhas administrativas.

Protesto e protesto veementemente. Aquilo que o senhor fez não se faz.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Helder Silva, para um contra-protesto, tem direito a 2 minutos.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para contra-protesto, queria apenas dizer que a declaração que aqui foi feita pelo Sr. Deputado Jorge Macedo mais não faz do que confirmar aquilo que eu disse. O Sr. Deputado Jorge Macedo aquilo que disse, por outras palavras, enfim, foi que efectivamente não existe um relatório final aprovado por parte da Comissão de Economia. É a única coisa que quero dizer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Deputado! Santa paciência! O relatório está aqui!

Deputado António Marinho (PSD): Não faça pior do que já fez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estão presos a formalismos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou absolutamente espantado com esta defesa, que é feita pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista do Governo, das opções do seu partido. Devo dizer que até tenho pena do Governo nesta matéria porque, com isto, o Governo afunda-se cada vez mais.

Vejamos, com o devido respeito que lhe tenho, Sr. Deputado Helder Silva, antes era prematura a comissão. E qual é a base do seu argumentário? É que o PSD demorou 112 dias, já o devia ter feito antes. Mas antes era prematuro! Demorou 112 dias para o fazer, Sr. Deputado Helder Silva.

Agora, deixe-me explicar por que demorou 112 dias, Sr. Deputado. Porque, responsabilmente, esta oposição, a oposição, quis ouvir o Sr. Secretário, quis dar tempo ao tempo, não se quis precipitar, quis que as coisas funcionassem. Era preciso ouvir o Secretário na comissão, até acordámos em dar mais tempo ao Sr. Secretário, uma vez que não podia. Então, em vez de ficar para Maio, ficou para 3 de Junho, ou 5 de Junho, já não me lembro. Todos nós fomos colaboradores nessa matéria, de modo a que se fossem apurando as coisas, de modo a que não houvesse precipitação na criação de uma comissão de inquérito.

O senhor, quando a oposição é colaborante e quer esclarecer as coisas, acha que a oposição é má, acha que a oposição demorou muito, acha que a oposição já devia ter pedido. Sr. Deputado Helder Silva, pior argumento do que esse eu não poderia, sequer, imaginar. Eu não imaginaria, nunca, que o senhor viesse aqui com esse tipo de argumento, afundando o seu Grupo Parlamentar, afundando o Governo e dando razão, ao fim e ao cabo, à oposição.

Posto isto, efectivamente, depois deste tempo de espera, em que responsabilmente estivemos aguardando, em que responsabilmente demos tempo ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, demos tempo ao Governo para ouvir e demos tempo, também, à Comissão de Economia, para que produzisse um relatório o mais completo possível, o mais pormenorizado possível...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O PP já se pronunciou sobre isso?

O Orador: ...o senhor hoje vem criticar a sua comissão e o Sr. Relator da comissão. Isso é, pura e simplesmente, lamentável.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O PP já tomou posição sobre o relatório?

O Orador: O relatório foi mandado ontem, ao fim da tarde, ou ao princípio da tarde, para o e-mail do Sr. Deputado Pedro Medina. Ontem, durante o dia, para ser mais preciso. Mas nós não nos queixámos, nem ao Sr. Relator, nem a ninguém, o Sr. Relator não ouviu, da nossa parte, nem o Sr. Presidente da Comissão, nenhuma queixa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E a posição definitiva do CDS/PP? Não há?

O Orador: O relatório foi mandado, e bem...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não deu entrada nos serviços da Assembleia.

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, afinal já há relatório, o que V. Exa. negava há 5 minutos! Afinal já há relatório.

Nós, e bem, num espírito de colaboração com a Comissão de Economia, esperámos, o Sr. Presidente da Comissão esperou e o Sr. Relator também que todos nós déssemos o nosso parecer. Relacionamento político e institucional correctíssimo, tanto de um lado como do outro. Sobre essa matéria, ponto final, parágrafo. O relatório está aqui.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então não há relatório!

O Orador: O projecto de relatório – e é assim que as coisas funcionam – está aqui. Isso ficou feio, realmente. Não vale a pena irmos por esse caminho.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Há uma grande diferença entre o projecto do relatório e o relatório final.

O Orador: O projecto de relatório está aqui, para cada um. Que eu saiba, todos os relatórios nesta casa são feitos – como as coisas têm funcionado, e bem, com espírito de colaboração institucional e política – com projectos de relatório, em que se manda aos membros da comissão, para aferirem das suas declarações, se há alguma correcção a fazer, etc. O

relatório não é produzido única e exclusivamente pelo Presidente da Comissão e pelo Relator, ou pela maioria, e bem. Portanto, isto está nos procedimentos correctísimos.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estamos esclarecidos, Sr. Deputado.

O Orador: Agora, ao fim deste tempo, Srs. Deputados, está esclarecida a questão das garantias, que ainda não foram executadas? Não está esclarecida. Estão esclarecidas as multas dos incumprimentos dos contratos em relação ao Anticiclone? Não estão esclarecidas.

Portanto, era preciso, Sr. Deputado Helder Silva, com todo o respeito democrático, que a oposição também confrontasse o Partido Socialista da maioria que suporta o Governo com esta questão. Qual é a vossa posição sobre o assunto? Ou os senhores votam favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, para discutirmos aqui o assunto, ou não votam. Qual é a vossa posição sobre esta matéria? Democraticamente, Sras. e Srs. Deputados, devia o Sr. Deputado, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ter-se pronunciado sobre esta matéria e devia o Partido Socialista não ter qualquer problema em pronunciar-se sobre esta matéria, como o Sr. Secretário não teve qualquer problema em ir à Comissão de Economia.

Assim, se não há nada a esconder, se não há nenhum problema, se está tudo a correr sobre ondas, digamos assim, não vejo por que é que o Partido Socialista não aprova esta dispensa de exame em comissão, para nós discutirmos isso.

Nós, responsabilmente, eu repito, responsabilmente e não contraditoriamente, como V. Exa., demos todo o tempo necessário. Como diria alguém com graça aqui neste Parlamento, demos mais tempo a quem precisa. Demos! Não o souberam aproveitar. Talvez onde não tenha existido colaboração institucional e política não tenha sido da parte do CDS/PP, Sr. Deputado Helder Silva, não foi da nossa parte. Aí, estivemos abertos às opções todas, com um único objectivo: esclarecer os açorianos. Nessa matéria, pode ir ver as intervenções do nosso Grupo Parlamentar desde essa altura até agora e verá que o fio condutor foi sempre este. Inclusivamente, ainda tenho aqui a minha intervenção e as dúvidas que pusemos aquando do relatório do Tribunal de Contas, quando aqui discutimos este assunto, numa intervenção no Plenário.

Posto isto, julgo que à oposição não resta outra alternativa, porque é o seu dever democrático, do que pedir e votar favoravelmente este pedido de urgência. O Partido Socialista, também nesse sentido, devia fazer o mesmo.

Deputado Helder Silva (PS): Acho que fui bem claro quanto à nossa posição em relação à comissão de inquérito!

O Orador: Também nesse sentido o Partido Socialista, Sr. Deputado Helder Silva, deveria com meridiana clareza ter a mesma atitude. Ou, então, deveria ter, com meridiana clareza, explicado porque não o faz. Porque, a sua declaração, a sua intervenção, são águas turvas, muito turvas, que eu, sinceramente, pode ser dificuldade minha, mas não consegui alcançar. Naturalmente a dificuldade foi minha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falo em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e foi em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que subscrevi, sem nenhum tipo de hesitação, quer o Projecto de Resolução que pede uma comissão de inquérito à construção dos navios Atlântida e Anticiclone, quer o pedido de urgência deste diploma.

Passo a explicar porquê, única e exclusivamente em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e, portanto, sem nenhum tipo de coligação subversiva ou secreta relativamente a qualquer outro partido das diferentes oposições. São absolutamente legítimas, mas não têm de ser clandestinas, podem ser assumidas. Aquilo que estou aqui a fazer é a assumir exactamente o contrário.

Disse o Sr. Deputado Helder Silva, e muito bem, que a principal razão ou justificação para esta comissão de inquérito é o direito que os açorianos – e as açorianas, acrescentaria eu – têm de conhecer claramente, sem sombra de dúvida, sem qualquer tipo de suspeição, a história de todo este processo. Eu concordo consigo, mas o certo é que os açorianos e

açorianas não têm possibilidade de o saber, por uma razão simples: os seus representantes nesta casa também não sabem. Portanto, se os seus representantes aqui, dentro desta Assembleia, não têm essa informação, é natural que os açorianos, lá fora, também não a tenham.

Todos concordaremos, mesmo a bancada do Partido Socialista, mesmo os Membros do Governo Regional, que as informações, ao longo de meses, foram e são contraditórias; que há um jogo de culpas dos estaleiros para o Governo Regional, do Governo Regional para os estaleiros, dos estaleiros para o projectista, que nunca mais tem fim; que há justificações desmentidas de um lado e de outro; e, em última análise, que ninguém se entende. Portanto, é hora de ver a situação resolvida.

Diz também o Sr. Deputado Helder Silva que esta urgência em ver constituída a comissão de inquérito – não o disse, mas é um termo várias vezes utilizado por essa bancada – é “requeitada”. É “requeitada” em pelo menos cento e tal dias. Eu vejo a coisa de outra maneira: este “requeitamento” resulta do facto de, durante cento e tal dias e, para trás disso, muitos outros dias, nenhuma explicação ter sido dada. De todas as questões que estão neste Projecto de Resolução, que são 11 – são 11 as questões que aqui estão –, a nenhuma delas foi dada, até agora, resposta.

Depois, se bem entendi as palavras do Sr. Deputado Helder Silva, já tinha entendido que antes era prematuro, agora, se bem entendi as suas palavras, é perigoso. Porquê? Porque está a decorrer um processo. Mas vamos lá ver, Sr. Deputado, política é uma coisa, justiça é outra. Penso que ninguém aqui dentro desta casa quer judicializar a política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Há um caso nacional que toda a gente conhece, o caso do BPN, em que também há um processo judicial e isso não invalidou que o Governo, e bem, e o Partido Socialista, e bem, tivessem aceite uma comissão de inquérito. Que, aliás, esclareceu o povo português e o açoriano também, por maioria de razão, sobre muitas nebulosas, muitas contradições e muitas faltas de informação. Não quer dizer que chegue a grande porto, isso é outra questão. Agora, durante o seu processo, foi esclarecedor.

É isso que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pretende, quando se junta ao pedido de urgência e à constituição desta comissão de inquérito: que as pessoas sejam esclarecidas das responsabilidades políticas que estão em causa. Há-de haver um momento, Sr. Deputado.

Se antes era prematuro e agora é perigoso, nunca mais saímos da mesma e o esclarecimento nunca será feito. Agora é urgente e cada dia que passa é mais urgente.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Helder Silva, acompanhei com muita atenção toda a sua intervenção e digo-lhe que a sua intervenção me pareceu aquela boneca russa, *matrioska*, em que o senhor tanto dizia que estava contra como estava a favor, repetiu até três vezes “*não temos qualquer problema*” para, no parágrafo seguinte, dizer que tinha problemas em viabilizar esta questão. Portanto, eu fiquei sem saber e fiquei à espera até à última “boneca”. Na última “boneca”, o senhor continuou sem revelar o enigma, portanto eu continuo sem saber se irá ou não viabilizar este pedido de urgência. Se calhar foi essa a sensação que procurou para o seu discurso.

Obviamente que o Partido Popular Monárquico considera que este é um momento como qualquer outro. Foram dados os passos institucionais, com muita responsabilidade dos diversos partidos da oposição de esclarecer este assunto. Isso foi feito ao longo deste tempo, talvez por demasiado tempo, mas isso não é um defeito da oposição, é com certeza uma oportunidade que nós quisemos dar para que tudo se clarificasse. Não tendo surgido essa clarificação, consideramos que faz todo o sentido que seja viabilizada esta comissão de inquérito.

Quero dizer que espero que a posição do Deputado Helder Silva e a resposta ao enigma seja aquela que afirmou na primeira parte da sua intervenção e não o que afirmou na segunda parte, ou seja, que viabilize este pedido de urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Penso que o Sr. Deputado António Marinho pediu a palavra na posição de requerente.

Efectivamente, Sras. e Srs. Deputados, o artigo 146.º, n.º 2, estipula que tem direito de intervir apenas um dos requerentes – e requerente formal, para este efeito, é apenas o Sr. Deputado António Marinho – e o representante de cada grupo ou representação parlamentar. Portanto, vou considerar que o Sr. Deputado Jorge Macedo falou em nome do Grupo

Parlamentar do PSD e que o Sr. Deputado António Marinho se inscreve como requerente do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Nessa qualidade, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para deixar aqui duas ou três questões que vêm na sequência da intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

À parte as contradições totais em que vem entrando e que já foram devidamente referidas por todos os Srs. Deputados que me precederam, designadamente a questão de primeiro achar prematuro e agora achar que nunca mais andávamos para a frente com isto – portanto, de contradições está definitivamente o Sr. Deputado Helder Silva cheio, pelo que apelo à sua coerência, porque a sua incoerência está a tornar-se perfeitamente notória e penso que, até (deixe-me utilizar uma palavra e não leve a mal por isto) perfeitamente ridícula, até chega a esse ponto –, há aqui uma questão que eu queria deixar completamente limpinha.

Da intervenção do Sr. Deputado Helder Silva, que se virou para esta bancada, para o PSD – e o PSD, e as medidas da crise do PSD –, afastou-se completamente do tema e da questão da urgência. O PSD... Não é o PSD, Sr. Deputado! Este Projecto de Resolução é assinado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho, pelo Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima, pela Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares, pela Representação Parlamentar do PCP, Aníbal Pires e pela Representação Parlamentar do PPM, que não está cá agora neste momento, Paulo Estêvão.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ausente! Fala dos outros mas está ausente!

O Orador: Isto é, assinam este Projecto de Resolução 5 partidos. Nesta Assembleia existem 6 partidos. Assinam este Projecto de Resolução todos os partidos que não o partido do Governo ou, melhor dizendo, utilizando uma palavra mais simples, assina este Projecto de Resolução toda a oposição, o que é sintomático.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Estavam 12 deputados.

O Orador: É sintomático de algo que, efectivamente, preocupa os açorianos, por ser um problema que, efectivamente preocupa os açorianos e justifica a criação de uma comissão de inquérito e já, o mais rapidamente possível. Neste momento, em que, por força da responsabilidade que assumimos e que foi também referida por parte do Sr. Deputado Artur Lima, no sentido de ouvir o Sr. Secretário Regional da Economia em sede da Comissão de

Economia – independentemente agora da questão do relatório, que não o faz evitar, inclusivamente, penalizar os elementos da sua bancada, mas isso é problema seu –, ouvimos o Sr. Secretário Regional da Economia e considerámos os 5 – volto a dizer que são os 5 – que, após a audição do Secretário Regional da Economia em sede da Comissão Parlamentar de Economia, persistem muitas dúvidas relativamente ao processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone.

É por isso que propomos, no mais curto espaço de tempo, que seja criada esta comissão de inquérito.

Com objectivos político-partidários? O que anda o senhor aqui a fazer? O senhor vem aqui para a Assembleia vender ananases? Nós não, nós estamos a fazer política. Por isso, assumimos que os objectivos são fazer política. Para nós, a política passa por dar a conhecer aos açorianos o que faz o Governo, até porque temos um papel fiscalizador da actividade governativa. É o que queremos para esta comissão de inquérito e queremos, não só desvendar mistérios, como arditamente o senhor disse, não queremos desvendar mistérios, queremos conhecer o que se passou com estes processos!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E, a partir daí, queremos dar a conhecer aos açorianos o que se passou com este processo e apurar responsabilidades, se as houver! É isso que queremos.

Os senhores dizem que querem, parece que querem, então queiram, mas queiram já!

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou ocupar muito tempo à câmara para justificar a posição da Representação Parlamentar do PCP relativamente ao sentido de voto deste pedido de urgência, uma vez que, quer na abertura deste Plenário, quer no Plenário do mês anterior, fui suficientemente claro perante todos vós: se a constituição da comissão de inquérito dependesse única e exclusivamente do PCP ela já tinha sido criada há muito tempo.

Relativamente a esta questão estamos perfeitamente à vontade, temos a nossa própria agenda política e tudo faremos para a cumprir. Julgamos que é fundamental, que é, aliás, uma exigência regional, que esta questão dos transportes marítimos, nomeadamente a questão de tudo aquilo que envolveu, que está ainda por esclarecer relativamente à construção do Atlântida e do Anticiclone, se esclareça de uma vez por todas.

Já percebemos que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é contra a constituição da comissão de inquérito, apenas tem a ver com a urgência. Eu percebi isso claramente.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Eu, pelo menos, percebi claramente que o Sr. Deputado Helder Silva assim o disse, em nome do seu Grupo Parlamentar. Julgamos é que não pode passar mais tempo sem a constituição desta comissão de inquérito. Aliás, ela já deveria ter sido constituída há muito tempo e, pelos vistos, o Partido Socialista também sente essa necessidade, o que me apraz registar. Se não a impedem, portanto, se a desejam, acham é que o *timing* da urgência não é o adequado, quer dizer que não têm nada a opor à comissão de inquérito. Logo, se não têm nada a opor, também a desejam.

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente o pedido de urgência e, relativamente a esta questão, penso que o povo açoriano sabe qual é a nossa posição. Esta questão há muito devia ter sido resolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerrado o debate sobre este pedido de urgência, vamos passar à sua votação.

Vou colocar à votação o pedido de urgência apresentado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Marinho, relativo ao Processo de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução que tem por epígrafe Comissão de Inquérito Processo de Construção dos Navios Atlântida e Anticiclone.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o processo de urgência façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado, com 28 votos contra do PS, 13 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixar claro que este Grupo Parlamentar nada tem contra, pelo contrário, elogia aqui o trabalho desenvolvido em sede de Comissão de Economia no âmbito e na sequência da audição ao Sr. Secretário Regional da tutela. Consideramos, no entanto, que este é um trabalho que está a decorrer ao nível da elaboração do relatório, consideramos que não só devemos aguardar pelo relatório e conclusões, como é esta comissão que deve também, em primeira instância, fazer uma avaliação da pertinência da criação da própria comissão de inquérito aqui proposta.

Cumprimentar o Sr. Deputado Aníbal Pires, pela clareza com que pôs, na sequência das minhas palavras, aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque me pareceu, na sequência de outras intervenções, que se pretendeu – já que não acredito que tenha sido menos claro na exposição – de alguma forma confundir aquilo que por mim foi proferido nesta câmara.

Dizer, finalmente, Sr. Presidente, que votámos em consciência contra este Projecto de Resolução, na certeza de que não é a nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que cabe a responsabilidade de justificar o voto contra. Um processo e procedimento como este, excepcional, deve em primeira instância ser justificado pelos próprios proponentes. Muito sinceramente não vimos, no conteúdo do projecto, no seu justificativo, nenhuma razão que justificasse aquilo que agora foi votado, que é a urgência e dispensa de exame, em comissão, da aprovação e discussão desta comissão de inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se os senhores concordam, então porque votam contra?

Presidente: Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD justifica o seu voto da urgência de criação de uma comissão parlamentar de inquérito porque é óbvio que já passou muito tempo. Vasco da Gama chegou mais depressa à Índia do que os barcos novos do Governo Regional chegaram aqui aos Açores!

(Aplausos da bancada do PSD)

Vasco da Gama chegou lá mais cedo e mais depressa do que os barcos novos chegaram aos Açores. Está justificada a urgência de saber porque é que tudo falhou.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Eu não tenho nada a ver com isso!

O Orador: O PSD e os partidos da oposição querem esclarecer o que correu mal agora e por que é que os barcos foram ao fundo. O PS diz que temos de adiar mais um pouco para o apuramento das responsabilidades.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E nós não queremos adiar nada!

O Orador: O PSD, o CDS/PP, o Bloco de Esquerda, o PCP e o PPM querem saber rapidamente por que é que o Governo Regional adjudicou e encomendou navios sem estudar a sua melhor opção. Ou seja, utilizando as palavras dum ilustre socialista conhecedor da matéria, sem planeamento e no meio da ignorância. O PS acha que não há pressa em identificar os culpados.

Os partidos da oposição querem saber por que é que se foi escolher uma empresa que se chama SCNA, tida por especialista, para fazer os anteprojectos e os documentos preliminares. O PS acha que não tem mal nenhum que essa empresa tenha tido de subcontratar esses projectos, porque não teve capacidade para os fazer. Mas não há pressa, não há pressa, para saber o porquê dessa escolha!

Para o PS, tudo o que seja “*empurrar com a barriga para a frente*” uma questão incómoda e que já delapidou 32 milhões de euros do erário público, não há pressa.

O Partido Social Democrata e os restantes partidos da oposição querem saber quem tem razão: se é o Secretário Regional da Economia, se é a AtlanticoLine, porque os dois têm versões contraditórias relativamente aos problemas de estabilidade dos navios.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não apoiado!

O Orador: Mas o Partido Socialista não quer esclarecer.

Deputado Helder Silva (PS): Estamos todos esclarecidos!

O Orador: Não quer esclarecer agora e diz que basta daqui a 60 ou 90 dias.

O PSD e todos os partidos da oposição querem saber, rapidamente, porque é que o Governo perdeu consecutivamente as multas aos estaleiros de Viana do Castelo por atrasos e incumprimentos. O Partido Socialista diz que temos tempo para vermos isso mais à frente.

Deputados Herberto Rosa e Hernâni Jorge (PS): É no mês de Agosto!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acabou de arranjar dois lindos biombos: um para pôr em frente do Sr. Presidente do Governo e outro para pôr em frente do Sr. Secretário Regional da Economia. Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, também para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Artur Lima.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para uma declaração de voto e esclarecer os açorianos.

O que levou o CDS/PP a subscrever esta Resolução foi um objectivo: esclarecer os açorianos que nos elegeram, cumprir o nosso dever, como deputados eleitos pelo povo, de os esclarecermos sobre o que se passa no que diz respeito ao gasto do dinheiro público que é também deles. Foi isso que nos norteou quando assinámos este Projecto de Resolução. Presumo que terá sido isso que norteou a oposição, tenho a certeza disso, que quer que isso seja esclarecido.

O dinheiro público, que é um bem escasso, deve ser muito bem gerido. É isso que nos preocupa, é isso que nós queremos esclarecer, duma vez por todas.

Deputado Helder Silva (PS): Também queremos!

Deputado António Marinho (PSD): Nota-se!

O Orador: Mais uma vez, o Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista é vítima de si próprio. Queixou-se de 112 dias, acrescentou-lhe mais 60, tão simples quanto isso. Quem se queixava de ter demorado 112 dias acrescenta-lhe mais 60 em cima, ou seja, acrescenta-lhe 50% do tempo. É mais 50% do tempo em que não poderemos esclarecer os açorianos.

Deputado Herberto Rosa (PS): Vamos reunir a comissão de inquérito em Agosto!

O Orador: Mas sabe, a paciência é uma virtude e, portanto, nós saberemos esperar e respeitar a Comissão de Economia. Este diploma desce à Comissão de Economia. Cá estaremos para, na altura própria, na data própria, então ouvirmos o que o Partido Socialista tem a dizer.

Reafirmo: o nosso objectivo era esclarecer os açorianos dos gastos do seu dinheiro público e tentar perceber por que é que, ao fim de duzentos e muitos dias, ainda não temos navios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto e atenta a intensidade do nosso trabalho, sobretudo neste último ponto da agenda, vamos fazer um ligeiro intervalo. Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 20 minutos.

Até já.

(Eram 18 horas e 5 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 30 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto 4 da agenda desta reunião.

O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Relativamente a quê, Sr. Deputado?

Deputado Helder Silva (PS): Relativamente a uma atitude do Sr. Presidente e Líder do Grupo Parlamentar do PSD, na sequência do encerramento dos trabalhos antes do nosso intervalo.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, tem 3 minutos.

(* Deputado Helder Silva (PS): Peço a defesa da honra, Sr. Presidente, para dizer que o Sr. Presidente e Líder do Grupo Parlamentar do PSD teve uma atitude que nós não aceitaremos nunca, uma atitude reprovável, mais reprovável ainda quando se trata de alguém com as responsabilidades que o Sr. Deputado António Marinho tem nesta casa.

Não lhe admito, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, que entre por este Grupo Parlamentar e vá ofender e atentar fisicamente contra um deputado desta bancada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Ouça as gravações. Quem devia defender a honra era o Sr. Deputado Alexandre Pascoal!

O Orador: Aliás, de tal forma que até pensei, no percurso, que o Sr. Deputado se viria dirigir contra mim. É algo que não lhe aceito! O Sr. Deputado está nervoso, é óbvio. Aquilo que lhe recomendo é que tome um calmante.

Eu tenho tido muita calma nesta câmara, ontem e também durante o dia de hoje, porque não faltaram comentários em blogues e no *Twitter* a meu propósito e eu estive aqui calma e serenamente e nunca me passou pela cabeça... Aliás, nunca me passou sequer pela cabeça que o Sr. Deputado fosse capaz de uma atitude como aquela que tomou. Penso, Sr. Presidente, que tive muita calma, muita serenidade. Este Grupo Parlamentar foi, por diversas vezes, hoje, atentado, por palavras...

Deputado Jorge Macedo (PSD): ... “*Actos e omissões*”.

O Orador: ...que excederam em muito aquilo que foi o comentário que o Sr. Deputado Alexandre Pascoal fez no *Twitter*.

O Sr. Deputado, todos nós temos de nos habituar à nova democracia e à capacidade que todos temos de nos expressar, de comentar e fazer observações sobre aquilo que é o trabalho desta casa.

Sr. Deputado, ter tido uma atitude como essa que teve perante um comentário do Sr. Deputado Alexandre Pascoal, que diz apenas «*António Marinho insulta Líder Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, devido a pedido de urgência dos navios*», eu pergunto: a conclusão a que tenho de chegar, Sr. Presidente, é que estamos a chegar a um ponto em que aqui, nesta casa, vale tudo...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Vale tudo é os senhores no *Twitter*!

O Orador: ...e no *Twitter*, ou num blogue, nada se pode fazer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado, tem 3 minutos.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão física, obviamente que é perfeitamente descabido aquilo que o senhor acabou de dizer.

Tenho uma única questão a dizer relativamente a isto.

Eu sou deputado e existem aqui mais 56, tal como eu. Somos deputados e aquilo que fazemos está definido em termos regimentais. Temos as nossas intervenções nos momentos certos e temos as nossas próprias estratégias, intervimos na altura, cara a cara com as pessoas. Obviamente que podemos utilizar estes meios que temos aqui. Aliás, é a própria Assembleia que nos disponibiliza meios, como é o caso do computador, como meios de trabalho. Agora, aquilo que nós fazemos aqui e aquilo que estamos a ser pagos para fazer aqui é para falarmos cara a cara com as pessoas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é para andarmos a brincar...

Deputado Helder Silva (PS): Então diga isso aos seus deputados!

O Orador: Eu ouvi-o atentamente, agradeço que me ouça atentamente, também!

Não é para andarmos a brincar relativamente àquilo que se passa aqui dentro!

Vou dizer uma coisa: não é, obviamente, em função da idade. Eu tenho aqui atrás de mim um colega da minha bancada, que é bem mais novo do que o Sr. Deputado Alexandre Pascoal, a quem eventualmente poderia ser desculpável determinada atitude.

Dizer que o Líder Parlamentar, ou que o António Marinho, insultou o Líder Parlamentar do PS é fazer um juízo de valor que, se ele o acha, devia tê-lo dito aqui publicamente. Fazê-lo atrás do computador ficou-lhe mal!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que eu fui dizer ao Sr. Deputado Alexandre Pascoal foi que não punha mais o meu nome no *Twitter* e tenho todo o direito de o fazer!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Não quero!

Aquilo que aqui se passou foi brincadeira de computador.

Meus senhores, eu, aqui, sou deputado e estou aqui para ter intervenção política, de acordo com aquilo que vem definido no Regimento. Se o senhor prefere estar aqui a brincar a tarde toda com aquilo que se vai passando por aqui, meu amigo, aí o senhor está no lugar errado. Eventualmente pode querer ser jornalista, ou fazer qualquer tipo de comunicação. Agora, tenha a coragem de dizer as coisas às pessoas na sua cara! É isso que nós estamos aqui para fazer!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Faça a pedagogia na sua bancada!

O Orador: É isso que é um deputado, Nós não somos “tecladores” de computador, somos deputados!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tive há pouco, ao vivo, a oportunidade de chamar a atenção e de lamentar, porque achei que durante uma parte do debate se usou aqui um tipo de expressão, de linguagem e de relacionamento entre as Sras. e os Srs. Deputados que, felizmente, não é habitual nem é praxe nesta nossa casa.

Eu sei que nós estamos no fim de uma sessão legislativa, estamos em Julho. Felizmente, conforme tive a oportunidade de dizer hoje à comunicação social, acho que trabalhámos muito e bem nesta sessão legislativa em geral, ao nível das iniciativas, ao nível dos requerimentos, ao nível das comissões, ao nível de mais este Plenário e, portanto, também percebo algum cansaço.

Também sei que as novas tecnologias da informação e comunicação levantam novos problemas e recolocam velhas questões, ao nível do relacionamento, como instrumentos que são de trabalho e de comunicação; ao nível também do relacionamento interpessoal e de civismo; há um conjunto de questões complexas que eu espero que, em próxima Conferência de Líderes, tenhamos oportunidade também de tratar.

Deputados António Marinho (PSD) e Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Porém, para tratar democraticamente esses instrumentos de trabalho, não necessitaremos com certeza de chegar ao Irão, como eu dizia há pouco, a brincar, a alguém, em que, quando há uma crise, se cortam os telemóveis para cortar as comunicações. Não precisaremos disso, com certeza, não é isso que nós queremos. Agora, também queremos, e

teremos de arranjar – penso que era ontem que se falava em boas práticas –, não digo um manual, mas um conjunto de boas práticas, de retomar as boas práticas interpessoais e políticas que temos, de relacionamento e do debate parlamentar, e de arranjar novas práticas e boas práticas, se preciso for, no relacionamento de acordo com os novos meios, e que envolvam, já agora e neste espaço, que é um espaço reservado e condicionado, os Srs. Deputados em primeiro lugar, que são altamente responsáveis, mas também que envolvam todos aqueles que circulam ao serviço desta casa, dos Srs. Deputados e dos Grupos Parlamentares.

Portanto, eu fazia-vos este apelo.

Deixo-vos a promessa de que na próxima Conferência de Líderes trataremos também destes problemas, de forma, espero eu – tenho a certeza –, razoável, democrática, de forma livre e a garantir a liberdade, a comunicação e a democracia, mas também a garantir um retorno rápido a um relacionamento interpessoal que, independentemente do calor do debate e da diligência política, é, costuma ser e voltará a ser, com certeza, exemplar entre nós.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, faço pois um apelo para que o nosso debate e os nossos trabalhos decorram em paz e normalidade institucionais. Depende só de nós.

(Aplausos da câmara)

Vamos, como dizia eu, entrar no ponto 3 da nossa ordem de trabalhos. Trata-se da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem por epígrafe: “Procede à harmonização, na administração pública da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas”**.

Dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta na Assembleia tem como objectivo, tendo em conta as especificidades próprias da Região e no âmbito das suas competências constitucionais e estatutárias, tendo em conta que a nível nacional, nomeada e particularmente no âmbito da Lei do Orçamento de Estado para 2009, foi alterado um

conjunto de pressupostos que teriam implicações na Região, o Governo considerou – para manter e salvaguardar a especificidade própria da administração regional naquilo que são as suas áreas de competência, mantendo um estatuto significativamente de discriminação positiva dos funcionários da administração pública regional em relação aos seus homólogos do continente e da Madeira e, particularmente, tendo em conta as especificidades de um conjunto de legislação que criámos a nível regional para manter essa especificidade e manter essa harmonia legislativa –, num diploma, criar as condições necessárias para que, de toda a legislação que foi revogada ou que foi alterada por via dessa Lei e aproveitando a Lei do Orçamento de Estado para utilizar essa figura legislativa para alterar, possamos repor a especificidade própria da Região e defender o interesse específico da Região nas matérias em que temos competência estatutária e constitucional.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa legislativa que o Governo apresenta à Assembleia e que agora se encontra em discussão visa proceder a um conjunto de alterações em 7 diplomas regionais que estruturam as carreiras na administração pública, procedendo também aqui à modelação ou à adaptação da estruturação das carreiras e do estatuto de gestor público nos Açores, colocando-os neste momento em harmonia com as soluções legislativas que decorrem da Lei do Orçamento de Estado, a Lei 64-A/2009, de 31 de Dezembro, e do Decreto-Lei da sua execução.

Há uma necessidade, de facto, instrumental de procedermos a esta harmonização das soluções legislativas nos Açores, em relação a estes instrumentos legislativos que estruturam as carreiras do pessoal dirigente, os quadros de ilha, a BEP-Açores, o Estatuto do Gestor Público nos Açores, e harmonizá-las com as soluções legislativas nacionais, para afastar aqui uma desconformidade evidente. Nessa medida, esta iniciativa legislativa, esta proposta de lei que aqui está em discussão, é uma proposta de lei que se torna necessária e que tem um sentido prático e operacional que nunca é demais relevar.

Para além da complexidade da matéria em si, porque são muitos os diplomas que são alterados e têm a ver com vínculos, carreiras e remunerações na administração pública regional, interessa também dizer o seguinte:

No âmbito da Comissão de Política Geral, foi ponderada a circunstância de o Governo Regional não ter procedido a negociação colectiva com os sindicatos em relação a esta matéria. No exercício e no cumprimento estrito dos seus deveres legais, a Comissão de Política Geral entendeu por unanimidade, e bem, proceder àquilo que a lei manda nesta matéria. Isto é, foi publicada uma separata própria do Diário da Assembleia contendo a Proposta de Decreto Legislativo Regional que agora está em discussão e foram publicados os correspondentes anúncios para a participação das estruturas sindicais dos Açores, cumprindo-se assim o procedimento previsto legalmente para a participação sindical nesta matéria.

É verdade que este diploma, esta Proposta de Decreto Legislativo, transpõe legislação nacional e, sobretudo, soluções legislativas que decorrem da última Lei do Orçamento de Estado, o Orçamento de Estado para 2009, para o plano do direito regional, mas o que é verdade é que estas soluções legislativas, embora sejam transposições, afectam carreiras e estruturas de carreiras nos Açores. Nessa medida, porque o fazem, tornou-se necessário proceder a esta publicação, de modo a permitir que as estruturas sindicais pudessem efectivar o seu direito, constitucionalmente consagrado, de participarem na negociação de legislação que diz respeito aos trabalhadores.

Foi cumprido este preceito. A Comissão recebeu, em tempo, e ponderou, os pareceres enviados pelas estruturas sindicais, que estão devidamente referenciados no relatório que acompanha esta discussão e, nessa medida, está afastada aqui qualquer questão relativa a inconstitucionalidade formal por ausência de consulta às estruturas sindicais.

Contudo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não pode deixar de fazer aqui também este reparo do ponto de vista político: tudo teria sido mais adequado se esta negociação e esta auscultação das estruturas sindicais tivesse sido feita na sede do proponente desta iniciativa legislativa. Faria todo o sentido que tivesse sido o Governo a tomar a iniciativa de, junto das estruturas sindicais, proceder, com naturalidade e com normalidade democrática, à negociação com os sindicatos, de modo que esta iniciativa legislativa, quando desse entrada na Assembleia, pudesse vir já devidamente negociada e ponderando também as soluções que os sindicatos traziam, ou poderiam trazer, para a Proposta de Decreto Legislativo Regional ora em discussão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Esta é uma opção política. Juridicamente, o Parlamento fez o que lhe competia fazer. É também por essa circunstância que – e aqui me penitencio em nome da Comissão – não foi possível concluirmos o relatório mais cedo, como é hábito, como é prática habitual da Comissão, porque havia um prazo público para a participação das estruturas sindicais, que terminou no dia 6 de Junho. Compreendendo todos os partidos com sede parlamentar a urgência desta matéria, foi feito um esforço no sentido de o próprio agendamento desta matéria ser feito por unanimidade, sem a conclusão do respectivo procedimento parlamentar com o relatório, o qual só foi concluído na terça-feira, após reunião realizada já na Horta, por parte da Comissão de Política Geral.

Há também que ressaltar e sublinhar aqui este esforço de todos os partidos no sentido de se poder discutir neste Plenário esta iniciativa legislativa, de modo a que ela possa, também, entrar em vigor com a brevidade que a matéria exige.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: São estas as explicações que gostaria de dar nesta segunda parte, como Presidente da Comissão de Política Geral, mas elas também ajudam a compreender o sentido e o alcance do procedimento que teve lugar neste Parlamento e no âmbito da Comissão de Política Geral.

Posto isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, face à matéria, face às circunstâncias que resultam da transposição de soluções legislativas nacionais para o plano regional, face à necessidade de adequar as soluções legislativas que estão em vigor na Região às soluções legislativas nacionais, e porque se trata de adequação e não de discussão ou votação de soluções legislativas que já estão em vigor nos Açores – porque essas foram votadas no seu devido tempo, em relação às quais o Partido Social Democrata umas vezes votou favoravelmente, outras vezes não votou favoravelmente –, neste momento, porque se trata de adequação de soluções nacionais às soluções regionais, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente, na generalidade, esta iniciativa legislativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(* Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A legislação regional relativa aos trabalhadores que exercem funções públicas, como agora são designados os anteriores funcionários públicos, está dispersa por diversos diplomas, uns de matriz regional e outros que resultaram da adaptação à Região da legislação nacional aprovada no âmbito do programa de reformas da administração pública.

Esta incitativa legislativa que estamos, neste momento, a debater, visa alcançar dois objectivos.

Primeiro e desde logo, proceder à harmonização da legislação regional em vigor, dando-lhe coerência e operacionalidade, objectivo para cuja concretização são alterados diversos diplomas, nomeadamente:

O DLR n.º 2/2005/A, que Estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Regional;

O DLR n.º 49/2006/A, que Altera o Modelo Estrutural dos Quadros de Pessoal dos Serviços e Organismos da Administração Regional Autónoma, prevendo a possibilidade de criação dos quadros regionais de ilha;

O DLR n.º 50/2006/A, que Estabelece o Regime Jurídico da Bolsa de Emprego Público dos Açores, a BEP-Açores;

O Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, que Estabelece o Estatuto do Gestor Público Regional;

O DLR n.º 7/2008/A, que Estabelece o Regime do Sector Público Empresarial da Região;

O Decreto Regional n.º 26/2008/A, que Adapta à Administração Pública Regional dos Açores a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que Estabelece os Regimes de Vinculação, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas;

E também o Decreto Legislativo Regional n.º 41/2008/A, que Estabelece um Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, o SIADAP.

No conjunto das diversas alterações introduzidas relevam, designadamente:

A adaptação à nova terminologia legislativa, substituindo designações como “funcionários e agentes” por “trabalhadores que exercem funções públicas”, ou “acordo colectivo de trabalho” por “instrumento de regulação colectiva de trabalho”;

A publicação na BEP-Açores das listas de antiguidade dos trabalhadores, o que constitui uma medida inovadora na Região;

O afastamento dos limites temporais à comissão de serviço dos directores e subdirectores regionais, fazendo coincidir as respectivas comissões de serviço com os mandatos dos respectivos membros do governo;

A adequação dos métodos de selecção para recrutamento de trabalhadores à realidade regional;

E, ainda, a introdução das novas figuras de mobilidade, concretamente afectação interna, afectação externa, afectação em centrais de serviços e cedência de interesse público, que vieram substituir as figuras da transferência, requisição, permuta e destacamento.

Por outro lado, este diploma vem proceder à adaptação e adequação à realidade regional das alterações legislativas que tiveram lugar a nível nacional, designadamente o disposto no n.º 1 do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 100/99, que Estabelece o Regime de Férias, Faltas e Licenças da Administração Pública e que foi alterado pelo artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado para 2009. Uma adaptação justificada pelo facto de, na Região, se prever a figura de mobilidade por afectação, enquanto a nível nacional se estabelece a figura de mobilidade interna.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pelo exposto, facilmente se conclui da pertinência e oportunidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional ora em apreciação que por isso mesmo vai, muito naturalmente, merecer o voto favorável do Grupo Parlamentar do PS.

Entretanto, e permita-me o Sr. Presidente, só mais uma nota, para dizer que, no entendimento e no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não estamos perante matéria de inovação legislativa, ou seja, não criou a Região mais direitos nem retirou direitos aos trabalhadores. Trata-se de uma adequação e harmonização, como acontece com as adaptações de orgânicas e tudo isso. Os diplomas matriciais, concretamente os diplomas da República que foram adaptados, no caso concreto o 26/2008/A, foram então em tempo próprio objecto de negociação com as estruturas sindicais.

Certamente o Governo poderá falar e não precisará que eu o faça em seu lugar. Mas, se tivermos em conta o parecer, e sem pôr em causa a posição e tudo o que disse o Sr. Presidente da Comissão – com quem, graças a Deus, espero poder continuar a comunicar pelos meios informáticos, nomeadamente através do sistema de e-mail, espero poder continuar a fazê-lo, porque dá muito jeito para a eficiência destes processos –, se eu olhar

para o parecer do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, o Sindicato reconhece que, efectivamente, o Governo Regional enviou, em 19 de Março de 2009, o projecto de diploma e, depois, terão dado 5 dias para o analisar. Ou seja, o Governo terá ouvido os sindicatos; não promoveu a negociação colectiva porque, no entender do Governo e no entender do Partido Socialista, o diploma que está em causa e as matérias nele contidas não suscitam essa necessidade, pelo simples facto de não se tratar de matéria nova e sim de adaptação e adequação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que a esta altura do dia, de um dia longo e de uma sessão longa, e seguindo também os conselhos avisados do Sr. Presidente há pouco, nós também, deputados, devemos procurar ser eficientes. Portanto, quando vamos dizer o que já foi dito... Toda a gente disse, e bem, o que este Projecto de Decreto Legislativo Regional pretende, está tudo dito. Foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão, pelo Sr. Deputado Manuel Herberto e pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

É realmente uma iniciativa boa, é realmente uma iniciativa que fazia falta. Fazia falta harmonizar a legislação regional com a diversa legislação dispersa, fazer alguns acertos de legislação. Portanto, sendo uma iniciativa que vem a favor dos trabalhadores e da nossa administração pública e harmonizá-la, o CDS/PP, obviamente, votará favoravelmente este diploma. É isto que, sobretudo nesta fase e a esta hora, interessa dizer: o nosso voto será favorável a esta iniciativa.

Não vemos que seja necessário expandir aqui mais argumentos para uma coisa que é óbvia e que é boa para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto e como aqui foi referido pelo Deputado Pedro Gomes, emana da Constituição e é um factor determinante numa democracia evoluída que as organizações representativas dos trabalhadores tenham um papel activo na definição das políticas laborais. Para além disso, do nosso ponto de vista, devem ter e têm de ter uma total independência, seja perante o

poder político, seja perante qualquer outro tipo de poder. O Bloco de Esquerda preza, defende e batalha para que este preceito seja um facto.

Ora, como se comprova pelo processo de elaboração desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, o Governo Regional fez e faz tábua rasa desta exigência. Uma exigência que, do nosso ponto de vista, não é só formal, mas é uma exigência substantiva numa democracia que se quer total, como aquela que todos nós queremos viver nos Açores.

É de realçar que este mesmo tratamento de não auscultação das estruturas representativas dos trabalhadores não é o mesmo tratamento dado por este Governo Regional às confederações e às associações patronais. Nós também registamos isso. Umas ouvem-se sempre, como devem ser ouvidas; as outras também têm de ser ouvidas e não podem ser, digamos, postas de lado, por qualquer pretexto. Portanto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não estando em desacordo, ou pelo menos em total desacordo, com esta proposta, considera este factor determinante para que não a possamos votar favoravelmente.

E, se outra coisa não fosse precisa, bastaria ir à página 3 do Relatório e Parecer da Comissão de Política Geral para, no 4.º parágrafo, se poder ler: “*O Presidente da Comissão, na sequência dos contributos dos sindicatos*”, pedidos pelos próprios trabalhos da Comissão, “*perguntou se o Governo estaria disponível para considerar as pretensões sindicais*”, que são várias e estão apenas a este relatório. “*Em resposta, o Sr. Vice-Presidente comunicou que não conhece as propostas referidas*”. Deveria conhecer, do nosso ponto de vista, Sr. Vice-Presidente, nem que fosse para dizer “Não” a todas elas. Dizer que não as conhece, quanto a nós, é grave.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao diploma da harmonização dos regimes de vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores da administração pública regional que estamos a apreciar, quero começar por dizer que, de facto, introduz aqui um regime mais favorável do que aquilo que vigora no continente para estes trabalhadores. O que não quer dizer que não traga aqui associados os dogmas neo-liberais que presidiram e presidem às políticas do Governo de José Sócrates, ainda que, nos tempos que decorrem, elas tenham outro tipo de roupagens.

A proposta, como disse, é mais favorável, mas a polivalência, o nem mais um emprego para a administração pública, a mobilidade com um carácter quase forçado, o modelo de avaliação anacrónico e a indisfarçada estratégia de enfraquecimento dos sindicatos estão presentes nesta proposta.

Por outro lado, e isso foi aqui dito pelo Sr. Presidente da Comissão e por outros colegas de outros grupos parlamentares, há a questão da negociação.

Eu queria começar por referir o seguinte, até porque o Deputado Manuel Herberto fez alusão ao parecer, mas apenas a parte do parecer, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores que, nas questões prévias e no ponto 2, diz o seguinte: *“De facto o Governo Regional não procedeu previamente a negociação e consulta com as organizações representativas dos trabalhadores, como determina a Constituição da República Portuguesa e a Lei 23/98, de 26/5”*, nomeadamente no seu artigo 14.º. Mas diz mais, no ponto 5: *“O facto de não nos termos pronunciado naquela altura não equivale a desinteresse, nem a concordância. Significa apenas que ficamos a aguardar o início do processo negocial, o qual nunca teve lugar”*.

Isto não é, efectivamente, só uma questão de forma, também é uma questão material. Infelizmente, este procedimento que o Governo Regional teve perante este diploma está a tornar-se uma prática. Eu queria lembrar que, aquando do início do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, o Governo teve exactamente a mesma estratégia, isto é, não iniciou o processo de negociação colectiva. Só houve processo de negociação colectiva porque os sindicatos dos professores, os sindicatos mais representativos dos professores, exigiram que se cumprisse essa obrigação, que cabe ao Governo e não à Comissão.

A Comissão não tem de fazer, nem de promover, nenhum tipo de negociação. Não pode, sequer, substituir-se ao Governo. À Comissão cabe-lhe promover a audição e consulta pública. A negociação colectiva cabe, por inteiro, ao Governo.

Antes de terminar, queria apenas reforçar aqui este aspecto: penso que o Parlamento não pode permitir, nomeadamente ao nível das comissões, que este tipo de estratégia do Governo Regional se institua, sob pena de se estar a ferir gravemente, não só os aspectos formais, mas também os materiais e podendo pôr em causa ou em risco que matéria produzida neste Parlamento, cujo procedimento seja este, seja ou possa vir a ser alvo de contestação, nomeadamente ao nível da sua legitimidade e constitucionalidade.

Pelo exposto, pelo que é matéria do Decreto Legislativo Regional que temos em apreço e também pela forma como se conduziu todo este processo, a Representação Parlamentar do PCP vai abster-se relativamente ao diploma em apreciação.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria aqui, nesta segunda intervenção – que será, necessária e objectivamente, breve –, e referindo-me à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, de referir que penso ter havido aqui uma confusão naquilo que afirmou.

Ao contrário do que foi dito pela Sra. Deputada, no âmbito da produção legislativa, pelo Governo, deste diploma, os sindicatos foram ouvidos e auscultados, tendo sido solicitado parecer aos sindicatos sobre esta matéria. Aproveito para dizer que apenas um sindicato emitiu parecer sobre esta matéria, um parecer de concordância com o seu conteúdo.

A referência que fiz, no âmbito da Comissão, a não conhecer os pareceres era sobre os pareceres que foram solicitados pela Comissão aos sindicatos, que não conhecia e não tinha de conhecer, porque é do âmbito da actividade da Comissão. Não eram os pareceres dos sindicatos, quando foram solicitados no momento anterior pelo Governo, para efeito prévio de aprovação em Conselho de Governo desta proposta. Não se pode confundir – penso que foi essa a confusão que fez, se me permite – um processo negocial...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que não ocorreu.

O Orador: ...com um processo de auscultação e solicitação de parecer, que foi feito. É esse o nosso entendimento, nesta matéria, pela tipologia, conteúdo, forma de operacionalização deste diploma e pelas suas características, na relação correcta no âmbito das competências do Governo e do conteúdo e da matéria deste diploma, do que deve ser feito para cumprir efectivamente a lei, com os sindicatos, nesta matéria.

Portanto, ao contrário do que foi aqui referido, particularmente por si, nos termos utilizados e do que se podia deduzir na sequência da sua intervenção e da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires que, esse sim, falou no processo negocial, ao contrário do que foi referido, efectivamente o Governo ouviu os sindicatos, procedeu à sua auscultação e seu devido parecer, que foi devidamente ponderado, tendo apenas um respondido a essa solicitação.

Era esse o esclarecimento que eu queria deixar ficar porque, ao contrário do que foi dito, só para concluir, os sindicatos foram ouvidos, auscultados e emitiram parecer antes de o Governo, no âmbito das suas competências e no Conselho de Governo, ter aprovado o diploma, que teve evidentemente em conta o parecer dos sindicatos que se quiseram pronunciar sobre a matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve.

Penso que esta iniciativa legislativa nasce com este “pecado original” que é a dificuldade, já reconhecida também aqui pelas várias bancadas, do Governo Regional em efectuar uma negociação colectiva nos termos que são exigíveis.

Apesar disso, não concordando inteiramente com o documento, globalmente consideramos que a iniciativa é positiva e, portanto, nesse sentido, obviamente que o Partido Popular Monárquico votará a favor.

É uma postura diferente da que é assumida, de forma sistemática, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que reprova as iniciativas dos outros grupos parlamentares de forma sistemática. Considero que esta é a postura correcta de estar em política, aprovar as iniciativas dos diversos grupos parlamentares ou do Governo, no sentido de procurarmos aqui encontrar soluções que, entre todos, são soluções mais correctas, com certeza, existindo uma pluralidade de esforços para que a sociedade açoriana no seu todo possa ter melhores soluções nas diversas áreas.

Portanto, quero manifestar aqui que, em relação a esta matéria, é esta a minha postura, como, aliás, ao longo de todos estes meses, aqui tive oportunidade de afirmar, em todos os assuntos em que tive alguma concordância com a bancada do Partido Socialista ou em que considero que os projectos são positivos. Embora, aqui, vos possa dizer que me assaltou a dúvida durante alguns dias em relação a esta questão, fundamentalmente porque considero que existe um precedente grave, que este Governo já repetiu algumas vezes, em relação a dificuldades reconhecidas por todos quanto à negociação colectiva. Isto não pode voltar a acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, mas não podemos deixar... Ou seja, quando não há argumentos, nós não temos a necessidade de inventar argumentos e não temos necessidade de procurar dificuldades onde elas não existem.

Sejamos claros, Sras. e Srs. Deputados, nomeadamente Sra. Deputada Zuraida Soares, Sr. Deputado Aníbal Pires e Sr. Deputado Paulo Estêvão: o diploma ora em apreciação procede, é o próprio título que o diz, à harmonização dos regimes de vinculação de carreiras e de remunerações. Harmonização. Eu não sou professor de Português e, portanto, não sei o significado da palavra harmonização, mas gostava que alguém me pudesse dizer, nomeadamente das três forças que se pronunciaram ultimamente sobre esta matéria, o que significa harmonizar.

No meu entender, Srs. Deputados, no meu modesto entender, do que se trata aqui é o seguinte: existe um conjunto de diplomas, no caso concreto sete, e mais um Orçamento de Estado, que são adequados à realidade regional e que são adequados a novas terminologias. Eu presumo, estando em vigor todo este acervo legislativo, ao passarem no crivo da Presidência da República, do Representante da República e do Tribunal Constitucional, que cumpriram todos os requisitos legais e, nomeadamente sempre que se tratou de inovação legislativa, o procedimento de negociação colectiva. Quero acreditar que todos os diplomas em vigor e que agora são harmonizados, repiso, obedeceram a esse procedimento. Se assim é, o que o Governo fez foi o que tinha de fazer: consultar, relativamente à harmonização e não à inovação, que não existe, os sindicatos, num determinado prazo. Os que se quiseram pronunciar, pronunciaram-se; os que não quiseram, não se pronunciaram.

Entretanto, a Assembleia Legislativa Regional não consulta os sindicatos para suprir nenhuma deficiência. Fá-lo por obrigação regimental, nomeadamente em função do que dispõe o artigo 124.º do Regimento, que diz que, tratando-se de legislação do trabalho, a comissão competente promove – e é de legislação do trabalho, não interessa se é inovadora ou não –, através do seu Presidente, a apreciação do projecto ou proposta pelas comissões de trabalhadores e associações sindicais. Ponto. Ou seja, nós estamos aqui a cumprir, no

entender do Partido Socialista e parece que não estamos sozinhos nessa interpretação, rigorosamente o que a lei dispõe.

Nós respeitamos os que votam a favor, respeitamos os que votam contra e respeitamos os que se abstêm, porque estamos numa democracia e prometo que não vou mandar nenhuma mensagem apócrifa a chamar nomes a ninguém. Somos tolerantes e somos democratas. Agora, vamos esgrimir argumentos válidos, coerentes e objectivos. Esses argumentos que foram expendidos, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, não são nem objectivos, nem fundamentados, nem coerentes. Lamento ter de dizer isto, mas é a verdade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma segunda intervenção.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamento ter de dizer isto, mas maior objectividade é impossível.

É o parecer do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Ilhas, deve ser, endereçado a pedido da Comissão de Política Geral que, no ponto 1, diz assim: “Questão prévia”. E, na questão prévia, segundo ponto: “*De facto o Governo Regional não procedeu previamente à negociação nem à consulta...*”, é o que está cá, objectivamente escrito e não é preciso perguntar a ninguém o que quer dizer consulta, porque não é difícil de encontrar o sinónimo, “*...nem à negociação nem à consulta com as organizações representativas dos trabalhadores, como determina a Constituição da República*”, etc.

Ponto 3 da Questão prévia: “*Pelo menos não o fez em relação a este Sindicato, que é só o mais representativo dos trabalhadores da Administração Pública Regional*”.

Ponto 4: “*Efectivamente, o Governo Regional enviou em 19 de Março de 2009 o projecto de diploma mas deu um prazo de somente 5 dias para o podermos analisar, em clara e grosseira violação da Lei (...), que dá 20 dias para os processos de audição*”.

Portanto, negociação é uma coisa, audição, auscultação, consulta é outra. Aquilo que aqui está objectiva e claramente afirmado – pode não ser verdade, mas isso terão os senhores de provar; eu, à partida, acredito naquilo que aqui está – é que não foi feita nem uma coisa, nem outra. Do nosso ponto de vista, deveria ter sido feito.

A prova de que deveria ter sido feito é que os sindicatos que têm a oportunidade de, enfim, se pronunciar em consulta propõem variadíssimas alterações e, portanto, novas formas de elaboração da tal harmonização proposta por este Decreto Legislativo Regional.

Enfim, são conceitos diferentes de objectividade, mas, até prova em contrário, este é o nosso.

Muito obrigada.

Presidente: Também para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era meu objectivo fazer uma segunda intervenção mas, depois da tentativa de mistificação que o Deputado Manuel Herberto nos tentou fazer, terei de vir, primeiro, dizer que harmonização não tem nenhuma validade jurídica, nada! É nada! Aliás, há-de haver alguns juristas aqui na sala que poderão, se o quiserem fazer, certamente dar-me razão.

Depois, lembrar-lhe que a alínea m) do artigo 10.º diz o seguinte: *“Na elaboração de legislação respeitante ao regime geral ou especial da função pública, que não foi objecto de negociação”*.

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: Não, mas isto é matéria de negociação.

E mais: o ponto 12 do artigo 10.º diz o seguinte: *“O prazo para apreciação escrita dos projectos de diploma por parte das associações nunca pode ser inferior a 20 dias, a contar da sua recepção por parte da associação sindical, salvo acordo expresso do contrário”*.

Temos aqui o parecer do sindicato, que já foi aqui referido por várias vezes, que diz claramente que teve 5 dias. A lei obriga a que sejam 20. Aqui nem se trata de negociação colectiva, trata-se de consulta e nem sequer isso foi cumprido.

Portanto, o Sr. Deputado Manuel Herberto não venha tentar confundir o Parlamento, porque não tem confusão possível. O Governo não agiu correctamente. Não cumpriu, nem este prazo, nem procedeu à negociação colectiva à qual estava obrigado. E o Parlamento não pode permitir situações destas, não pode!

Refiro mais uma vez: já nesta Legislatura é, pelo menos...

Da primeira vez, os sindicatos conseguiram inverter a estratégia do Governo de passar este ónus da negociação para as comissões, para o Parlamento, conseguiram inverter isso, porque forçaram o Governo à negociação colectiva. Sim senhor, Sr. Vice-Presidente, sim senhor! E a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação está aí e bem o pode testemunhar! Não iniciou o processo de negociação colectiva e só depois de os sindicatos o terem exigido é que o processo teve o seu início.

Agora, uma vez mais, o Governo Regional escamoteia completamente, põe completamente de lado a legalidade, não dá o prazo que devia dar, não procede à negociação colectiva – porque harmonização não é nada, Sr. Deputado – e traz o ónus da negociação, que é dever do Governo... O interlocutor é o Governo, não é o Parlamento, está claríssimo na lei, e este tipo de prática não é desejável, para bem do Governo, para bem deste Parlamento.

Aliás, como é sabido, até teria havido uma possibilidade de este assunto não ter sido agendado. Não houve esse impedimento. Agora, façam-me o favor, reconheçam que erraram e mudem de estratégia! Exercem as vossas competências, aquilo que é o vosso dever! E nós cumprimos o nosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(* Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve e rápido, porque eu prescindo, não quero entrar nesta matéria em grandes discussões, porque se há coisa, uma das muitas coisas, de que nós nos orgulhamos e que marca, efectivamente, esta Região é – e todos os sindicatos o reconhecem – no âmbito da legislação da administração pública regional e, particularmente, nos regimes de vínculos de carreiras e remunerações, nós termos conseguido, no campo das nossas competências, um regime claramente mais favorável...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sem dúvida, mas não é isso que está em causa.

O Orador: ...dos funcionários públicos dos Açores em relação aos do continente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é isso que está em questão.

O Orador: Portanto, meus amigos, em termos de respeito, benefícios e regalias dos funcionários públicos da Região, os senhores, com o devido respeito, não nos dão nenhuma lição.

Tendo em conta a questão base que interessa aos funcionários da administração pública regional, estamos esclarecidos. Este diploma não só mantém como reforça, na medida das nossas competências, essa mesma situação. Isso é reconhecido pelos sindicatos, certo? Estamos todos de acordo sobre o essencial e a substância da matéria.

Ao contrário do que foi dito – ou, por outra, não foi dito mas que, para quem não está atento e não conhece os pormenores do processo, ficaria com essa conclusão –, o projecto que foi discutido nesta Assembleia referente aos regimes de vínculos, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas foi objecto de negociação com os sindicatos e teve, objectivamente, a aprovação generalizada dos sindicatos. Aliás, penso que é a primeira vez na história da nossa Autonomia.

Mais: neste contexto, a discussão toda está à volta de uma questão, com o devido respeito, verdadeiramente insignificante. Não é o processo negocial com os sindicatos em relação às matérias de carreiras, de regimes de vínculos e de remunerações dos trabalhadores, isso foi feito, no momento certo, no diploma que está aprovado. Trata-se, única e exclusivamente, o que estamos aqui a tratar, tendo em conta que uma lei, nomeadamente o Orçamento de Estado, alterou algumas questões, de na Região nos termos de limitar a ajustar à realidade regional. Não há qualquer inovação, não há qualquer perda de direitos, não há nenhuma alteração em relação àquilo que existia.

Logo, essa matéria não é, do ponto de vista do entendimento...

Porque a matéria base substancial mantém-se exactamente como era, mantém-se. Neste contexto, era desnecessário, se quiserem, formalizar o processo negocial numa matéria em que nós consideramos não existir conteúdo para esse processo negocial, tendo para ouvir, para o efeito, e ouvido, como referi, os sindicatos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Neste caso, *“antes pecar por excesso do que por omissão”*.

O Orador: E o que é a grande preocupação para o Governo nesta matéria – podíamos estar aqui horas a conjugar estas questões todas – são duas coisas.

Primeiro, aquilo que é a nossa bandeira fundamental: os funcionários públicos da administração pública regional são os únicos do país que mantiveram o regime público. São os únicos do país que têm um conjunto de remunerações, de carreiras e de vinculação à administração pública que mais nenhum outro funcionário do país tem. Isso foi proposto pelo Governo, no âmbito dum processo negocial. Nada disto, que é o estruturante, que é o importante, teve qualquer alteração.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é consensual!

O Orador: Mas é esse o cerne da questão!

Segunda questão, que também é muito importante: este diploma, a sua operacionalização – que tem apenas a ver com ser alterado em determinados enquadramentos que o tornavam inoperativo e prejudicial para os trabalhadores da Região –, pela inoperacionalidade do vazio legislativo que entretanto se criou da não adaptação, tornava-se inoperacional na não existência deste diploma, que visa apenas manter exactamente tudo o que tinha sido negociado, não introduzindo qualquer inovação, e tornar novamente operacional algumas coisas que deixaram de o ser pela Lei do Orçamento de Estado. É apenas disso que estamos a tratar.

Querer fazer disto um cenário de desrespeito pelo processo negocial, querer fazer disto um enquadramento jurídico, penso que não beneficia, muito objectivamente, ninguém. Prejudica, atrasa e o atraso só traz um prejudicado, os funcionários públicos da administração pública regional.

O que nós queremos aqui é manter, o mais rapidamente possível, todos os benefícios que já estavam negociados e acordados com os trabalhadores da administração pública regional. Não alterámos absolutamente nada. Entrar aqui em discussões jurídicas que são claramente estéreis, que não têm qualquer sentido e não terão qualquer resultado prático, estamos todos de acordo sobre a substância, é apenas atrasar o processo. Cada dia que este processo se atrasar só ficam prejudicados os funcionários públicos da nossa Região.

Não é essa a nossa intenção, sei também que não é essa a vossa intenção. Portanto, por vezes, nestas matérias, entre uma ortodoxia funcional e uma clara objectividade em termos de benefício para aqueles para quem trabalhamos todos, que são neste caso concreto os funcionários da administração pública regional, optámos por aquilo que, juridicamente, é

correcto, pela interpretação sustentável do ponto de vista jurídico e que é, sem dúvida, melhor para os nossos trabalhadores.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Herberto Rosa (PS): Vai prescindir.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, não vou. Certamente que não vou.

Quero, apenas, referir o seguinte: relativamente à substância, estamos perfeitamente de acordo, Sr. Vice-Presidente, aliás eu comecei por dizer que o regime era mais favorável. E mais, Sr. Vice-Presidente, nós, tendo na mão um instrumento que impediria que este diploma viesse ao Plenário, não o utilizámos! Portanto, não há aqui, da nossa parte, nenhuma estratégia de atrasar o que quer que seja. Que fique claro que nós...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Se derem licença, eu concluo rapidamente.

O PCP valoriza aquilo que tem sido feito pelo Governo Regional relativamente aos trabalhadores da administração pública, sem sombra de dúvidas. Aliás, sempre o fizemos, na devida altura. Criticamos quando temos de criticar e apoiamos quando temos de apoiar.

Agora, o que nos parece é que a forma como o processo correu não foi correcta, foi, de facto, incorrecta e, até, ilegal. E, disso, não abdicamos. Não fizemos foi “*finca-pé*” dessa questão e trouxemos, ou deixámos que este tema, esta iniciativa legislativa, viesse a Plenário.

É tão-somente isto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, neste momento não existem mais inscrições na Mesa.

Vou passar à votação, na generalidade, deste diploma. Agradecia aos Srs. Deputados que reocupassem os vossos lugares.

Na votação na generalidade, as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta apresentada foi aprovada na generalidade, com 23 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar agora para o debate e votação na especialidade.

Chamava a atenção que este diploma, de 22 artigos, aos quais se propõe a adição de mais 2, tem dois tipos de propostas de alteração: umas, subscritas pela Comissão, designadamente para os artigos 5.º, 9.º, 23.º e 24.º, por vários deputados de diversos partidos da comissão em questão, que é a Comissão de Política Geral; e outras propostas de alteração, do Partido Socialista, designadamente para os artigos 4.º e 19.º.

Também diria que a primeira alteração é do PS, para o artigo 4.º e portanto, se não houver oposição da câmara, eu poria à votação os artigos 1.º a 3.º, inclusive.

Não havendo oposição, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar os artigos 1.º a 3.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Relativamente ao artigo 4.º, há uma alteração do Partido Socialista. Para apresentá-la, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(* Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a compreensão e tolerância de V. Exa., e por uma questão de economia de tempo, eu farei a apresentação do conjunto de propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou, quer em Comissão, quer neste Plenário e que foram, obviamente, subscritas e assumidas por todos os partidos representados na Comissão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta de diploma regional ora em apreciação, apesar de prever no n.º 3 do seu artigo 1.º a sua aplicabilidade a esta Assembleia, não contempla normas específicas para este órgão de governo próprio que permitam definir, de modo inequívoco, qual o regime concretamente aplicável quanto a determinadas disciplinas.

Neste âmbito figura, desde logo, a questão da manutenção do quadro de pessoal da Assembleia e todos os aspectos conexos, uma vez que o artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional 26/2008/A se refere tão-somente a quadros regionais de ilha e do pessoal docente e não docente do ensino não superior. Assim, importa alterar o artigo 5.º da presente proposta, no sentido de o artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional 26/2008/A passar a conter uma referência expressa ao quadro de pessoal da Assembleia para o pessoal com vínculo de nomeação definitiva, contemplando-se a possibilidade de criação de mapas de pessoal para pessoal com o novo vínculo de contrato de trabalho em funções públicas, nova designação.

Simultaneamente, acautelam-se nos mapas de pessoal as situações decorrentes da transição de pessoal prevista no artigo 57.º da Orgânica da Assembleia, através de uma norma, o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional 26/2008/A, alterado pelo artigo 5.º da actual proposta, que cria automaticamente os necessários postos de trabalho. Trata-se, portanto, de integração de trabalhadores em determinadas circunstâncias.

Finalmente e na senda dos instrumentos de mobilidade previstos no artigo 9.º da proposta do Governo, importa também consagrar a possibilidade de esses instrumentos de mobilidade operarem também entre o quadro e mapa de pessoal da Assembleia e os quadros da administração regional autónoma dos Açores e vice-versa, o que justifica a alteração agora proposta para os n.º 3 e 4 do artigo 9.º, remetendo-se para o efeito e com as necessárias adaptações para a norma do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 49/2006/A, de 11 de Dezembro, objecto de alteração da presente proposta, que assegura a transferência, digamos assim, para o quadro de destino, dos lugares de origem ocupados.

É esta, Sras. e Srs. Deputados, a fundamentação das alterações na especialidade que o Partido Socialista apresentou em comissão e que, como digo, foram subscritas e tiveram o voto favorável de todos os partidos representados em comissão.

Por outro plano, importa clarificar que passam a reportar-se à BEP-Açores as referências feitas ao Jornal Oficial, no n.º 2, agora renumerado como 3, do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 5.º, ambos do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2006/A, de 6 de Janeiro, e adequar à nova designação de regime de cedência de interesse público a figura de mobilidade anteriormente designada como cedência especial ocasional.

É esta, em síntese, Sras. e Srs. Deputados, a explicação das alterações apresentadas em Plenário pelo Partido Socialista.

Presidente: Está também inscrito e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por agradecer a gentileza do Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, que fez o favor de apresentar já as propostas da Comissão, poupando-me, assim, o trabalho de o fazer aqui neste Plenário. Agradeço ao Sr. Deputado a sua gentileza.

(Risos da câmara)

Contudo, o Sr. Deputado esqueceu-se de fazer uma referência e é só nesse sentido que eu uso da palavra, para acrescentar que há dois artigos que são aditados, por proposta da Comissão subscrita por todos os partidos, grupos parlamentares e representações parlamentares com assento na Comissão, que têm a ver com o artigo 23.º e com o artigo 24.º e que, especificamente, dizem respeito à republicação e à entrada em vigor deste diploma.

Deve ser feito um esclarecimento à câmara, para constar também do Diário das Sessões, que há toda a republicação dos 7 decretos legislativos regionais que são alterados por esta iniciativa legislativa. São 391 páginas, não estão distribuídas por razões de amizade e protecção do ambiente, mas estão depositadas nos serviços da Assembleia e fazem parte integrante deste diploma. É apenas para referir que, quando votarmos o artigo da republicação, estaremos a votar também todas as republicações dos 7 decretos legislativos regionais que são alterados por esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Apresentadas as alterações, vamos então colocar à votação a proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º do diploma, com as alterações que acabaram de lhe ser introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Conforme também já foi apresentado, o artigo 5.º tem uma alteração, proposta ou subscrita por um conjunto de deputados da Comissão e também nascida na Comissão.

Vou colocar à votação a alteração subscrita por esse conjunto de deputados para o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Os artigos 6.º, 7.º e 8.º não têm qualquer tipo de propostas de alteração. Se não houver oposição da câmara, pô-los-ia à votação de forma conjunta. Repito, os artigos 6.º, 7.º e 8.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O artigo 9.º tem igualmente uma proposta de alteração, subscrita por um conjunto de deputados da Comissão de Política Geral. Vou colocar essa proposta de alteração à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 9.º do diploma, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Gomes pede a palavra para?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, faça o favor.

(* Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, creio que – se estou correcto, eu estava aqui a conferir –, faltou votar a parte restante do artigo 5.º na versão proposta pelo Governo, isto é, votámos as alterações e não votámos a parte restante.

Peço a V. Exa. para o fazer antes de avançarmos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de avançarmos, vamos então votar o artigo 5.º do diploma, com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Os artigos 10.º a 18.º, inclusive, do diploma não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação de forma conjunta.

É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O artigo 19.º tem uma proposta de alteração que já foi apresentada, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Vou pô-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º do diploma, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Os artigos 20.º, 21.º e 22.º do diploma não têm qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, vou pô-los à votação em conjunto.

É o que passo a fazer.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Por um conjunto de subscritores, deputados da Comissão de Política Geral, é proposto o aditamento de dois artigos, o 23.º e o 24.º, o primeiro com epígrafe “Republicação” e o 24.º com epígrafe “Entrada em vigor”. Se não houver oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

Vamos votar a proposta de alteração dos deputados da Comissão de Política Geral que adita os artigos 23.º e 24.º ao diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 26 votos a favor do PS, 12 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Petição que tem por epígrafe “Abandono e maus-tratos aos animais”** e como 1.ª Subscritora a Sra. Humberta Maria Ferreira de Medeiros.

De acordo com o artigo 192.º do nosso Regimento, eu dou a palavra ao Relator da Comissão de Política Geral, para apresentar o respectivo relatório.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer à Petição nº 2223/2009 – “Abandono e Maus-Tratos aos Animais”

I

INTRODUÇÃO

No dia 19 de Maio de 2009, um grupo de dois mil e cem cidadãos, devidamente identificados, apresentaram a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição relativa ao abandono e maus-tratos aos animais,

que tem como primeira subscritora Senhora Humberta Maria Ferreira de Medeiros, em representação da Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação e relato e emissão de parecer até ao dia 17 de Julho.

II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se que estão cumpridos os requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efectuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir a primeira subscritora da petição e solicitar ao Gabinete de Assessoria Técnica da Assembleia Legislativa informação jurídica enquadrando a protecção dos direitos dos animais no ordenamento jurídico português, nomeadamente a nível penal e contra-ordenacional, incluindo uma sinopse da legislação mais relevante neste domínio, a qual se anexa ao presente Relatório.

1. Audição dos Peticionários

A audição teve lugar na reunião da Comissão de Política Geral, no dia 25 de Junho de 2009, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo, tendo comparecido a 1ª Subscritora, Humberta Maria Ferreira Medeiros e Emília Sayal, em representação da Associação Amigos dos Animais da Ilha Terceira.

O Presidente da Comissão começou por explicar que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, enaltecendo a circunstância de um grupo de cidadãos se dirigem à Assembleia Legislativa no exercício do direito de petição e com o espírito de participação cívica procuram documentar os Deputados e respectivos Grupos e Representações Parlamentares quanto à sua pretensão.

Aclarou ainda que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar a petição formulada pelos cidadãos subscritores, nos seus exactos termos, sem que dela se possa resultar, de modo directo uma iniciativa legislativa.

A peticionária Humberta Medeiros iniciou a apresentação da pretensão, informando que esta Associação se encontra em actividade há 14 anos e tem 1700 sócios pagantes.

Disse que as instalações albergam entre os 50 a 60 cães e 20 gatos, havendo casos de cães que lá se encontram há 8 anos, já que é opção da Associação não matar os animais, os quais são esterilizados (no caso das fêmeas). Informou, ainda, que a Associação paga cerca de €1500 a veterinários, recebendo apoios dos sócios (com quota anual de €10,00), das Câmaras Municipais de Angra (€ 5.000,00) e da Praia (€1.000,00) e do Governo Regional (€ 1.500,00).

Referiu que a Câmara Municipal de Angra tem colaborado com a Associação, recebendo designadamente os animais.

A pretensão dos peticionários resulta da sua experiência de actuação na defesa dos animais e das dificuldades práticas decorrentes do actual ordenamento legislativo. Assim, dirigem-se à Assembleia Legislativa, no sentido de serem tomadas medidas legislativas que permitam

uma eficaz e rápida actuação em defesa dos animais, em especial dos animais em perigo ou em risco.

Por sua vez, Emília Sayal informou que há uma grande falta noção do dever em relação aos animais. Manifestou o seu regozijo pelo facto deste ano se iniciarem as obras do canil, que terá um novo espaço, com melhores condições.

O Deputado José San-Bento pediu a palavra para informar que existe legislação nacional que protege os animais. Todavia existe um problema cultural de utilização de animais e até de dependência profissional dos animais principalmente, não só nos meios rurais, questionando a peticionárias quanto à sua opinião, relativamente à legislação nacional e bem assim, como funcionam os canis municipais.

Por seu lado, o Deputado Cláudio Lopes elogiou a iniciativa da Petição, que merece respeito, dado que este é também um problema de segurança pública.

O Presidente da Comissão, perguntou quais os meios legais em falta, acrescentando que os Açores e a Madeira não podem legislar na área penal, mas apenas no domínio das contra-ordenações.

As peticionárias esclareceram que pretendem legislação que permita uma eficaz actuação em situações de risco ou de perigo para a vida dos animais vítimas de maus-tratos, possibilitando uma rápida actuação no sentido dos animais serem retirados, de imediato, aos seus proprietários.

O Presidente da Comissão afirmou que os Deputados ficaram sensibilizados para a problemática suscitada pela Petição.

IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e a Representação Parlamentar do PPM relevaram a participação cívica dos cidadãos, usando do direito de apresentação de uma Petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, solicitando que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores discuta em Plenário a possibilidade de criação de um enquadramento legal para a efectiva protecção e defesa dos Direitos dos Animais na Região Autónoma dos Açores, com base na Declaração Universal dos Direitos

dos Animais, proclamada pela Unesco em 27 de Janeiro de 1978.

V CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efectuou a audição entendida como necessária, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório e solicitou a informação jurídica mencionada.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade:

- 1. A iniciativa legislativa ocorre ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 1 artigo 31º e da alínea f) do artigo 88º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPRAA), aprovado pela Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro, sendo exercida pelos Deputados ou pelo Governo Regional, respectivamente.**
- 2. As Comissões Parlamentares não dispõem do direito de iniciativa legislativa.**
- 3. Os animais, no ordenamento jurídico português, são considerados coisas móveis, não sendo titulares de direitos subjectivos, como resulta das disposições conjugadas do nº 1 do artigo 202º e nº 3 do artigo 212º do Código Civil.**
- 4. Do artigo 212º do Código Penal, resulta a criminalização da morte ou ferimento infligido a animal, sendo a conduta criminosa punida com pena de prisão até três anos ou multa. O procedimento criminal depende de queixa.**
- 5. Igualmente a Lei nº 92/95, de 12 de Setembro estabelece um regime de protecção dos animais, estabelecendo no seu artigo 1º que “são proibidos todos as violências injustificadas contra animais”.**
- 6. Também a Lei nº 49/2002, de 31 de Agosto, que altera o Decreto-Lei nº 312/2003, de 17 de Dezembro e o Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de Dezembro, veio estabelecer um regime próprio quanto à detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia.**
- 7. Para além das referidas normas, existe um acervo legislativo disperso – nacional e comunitário – melhor identificado na já mencionada informação jurídica.**
- 8. A Declaração Universal dos Direitos do Animal, aprovada pela UNESCO, em 27 de Janeiro de 1978, expressa a consagração numa outra perspectiva quanto aos direitos**

dos animais, não exactamente coincidente, do ponto de vista conceptual, com a acolhida no ordenamento jurídico português.

9. Saudar o trabalho voluntário e dedicado dos cidadãos empenhados nas associações de defesa e protecção dos animais, bem como das próprias associações.

10. Solicitar às entidades públicas a realização dum campanha de esclarecimento das associações de defesa e protecção dos animais quanto às normas legais em vigor e que recortam a esfera jurídica da protecção dos animais, bem como dos cidadãos em geral quanto aos direitos dos animais, prevenindo situações de abandono ou de maus-tratos.

11. Solicitar às entidades públicas uma diligente intervenção – ao nível das respectivas competências – perante denúncias de maus-tratos a animais.

12. Remeter o presente Relatório ao Presidente do Governo Regional dos Açores e à primeira subscritora da Petição.

Em consequência, a Petição nº 2223/2009 – “Abandono e Maus-Tratos aos Animais”, está em condições de ser agendada para debate em Plenário, nos termos e para os efeitos do disposto da alínea a), do nº 1 do artigo 192.º do Regimento.

Angra do Heroísmo, 26 de Junho de 2009.

O Relator, *António Pedro Costa*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Pedro Gomes*.

Presidente: Muito bem, Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já, está inscrito o Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves notas para enaltecer a participação cívica que este conjunto de peticionários realizou e que permite trazer a esta casa um tema que é de sensibilidade e bastante premente.

É um facto que, entre outras coisas, o grau de humanismo de uma sociedade se espelha, também, na forma como se tratam os animais. Até as crianças, em toda a sua pureza, percebem que os animais não são coisas. Outro facto é que a legislação nacional nesta matéria é muito redutora. É redutora e, até, anacrónica. Primeiro, porque define o animal

como coisa móvel e desprovida de direitos. Redutora também porque reconhece a penalização de maus-tratos infligidos aos animais apenas na perspectiva de ressarcir o dono. Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do CDS/PP manifesta aqui publicamente a sua disponibilidade para promover e viabilizar qualquer iniciativa legislativa que permita um enquadramento mais consentâneo com o que é advogado na Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca é demais, quando nesta câmara discutimos petições, sublinhar o facto e a circunstância de cidadãos se dirigirem directamente a um órgão de governo próprio dos Açores, fazendo um pedido, pedindo a intervenção desta Assembleia Legislativa. Neste caso, quer pela temática, quer pelo facto de esta petição ter sido subscrita por 2100 cidadãos, esta petição merece uma atenção particular por parte deste Parlamento.

A Comissão, procedendo ao trabalho de apreciação da petição que foi formulada, constatou a preocupação destes cidadãos e, sobretudo, das duas dirigentes da Associação de Protecção dos Animais da Ilha Terceira que estiveram na Comissão a ser ouvidas, que desenvolvem um genuíno trabalho, um trabalho abnegado de protecção dos animais.

É bom também que este Parlamento, órgão de governo próprio dos Açores, sublinhe a circunstância de haver açorianos e açorianas que, voluntária e generosamente, se preocupam com os animais e se preocupam com os maus-tratos aos animais nos Açores. Sobretudo, sublinhando esta circunstância, identificando o facto de muitas destas associações viverem dificuldades, atravessarem dificuldades, porque não têm os apoios suficientes, quer de entidades públicas, quer de entidades privadas, sabendo-se que a cobrança de quotas é quase irrisória. É com esses poucos recursos que estas associações fazem um trabalho meritório de cidadania, que cumpre enaltecer neste momento.

Por outro lado, resultou do trabalho da Comissão e está espelhado nas conclusões que há um enorme défice de informação quanto ao grau de protecção de que os animais gozam na nossa ordem jurídica. Por essa circunstância, a Comissão solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia que o gabinete técnico do Parlamento, a área jurídica, pudesse identificar, ainda que de uma

maneira breve, todo o acervo legislativo ou, pelo menos, a parte substancial do acervo legislativo que, em Portugal, disciplina a protecção dos animais. Essa nota técnica faz parte deste relatório que, por sugestão da Comissão, deverá ser também enviado às peticionárias. Identifica-se, de uma maneira clara e sucinta, as normas legais de protecção dos animais, porque a Comissão recolheu também a informação de que, muitas vezes, quer os cidadãos que participam generosa e abnegadamente neste tipo de associações, quer as próprias associações, não conhecem em profundidade os direitos que assistem aos animais em Portugal e as normas de protecção dos animais.

É também por isso que se propõe e se recomenda que o Governo Regional e outras entidades públicas possam fazer uma campanha de esclarecimento, quer das associações de defesa e protecção dos animais, quanto às normas jurídicas em vigor e que garantem a protecção dos animais, quer em relação aos cidadãos em geral quanto aos direitos dos animais, prevenindo situações de abandono e de maus-tratos.

A Comissão também constatou uma outra circunstância que importa trazer aqui à reflexão do Parlamento neste debate: muitas vezes, a inércia ou mau encaminhamento de queixas que são produzidas em relação a maus-tratos a animais. Isto foi relatado expressamente pelas peticionárias que foram ouvidas na Comissão. Muitas vezes é mais fácil, se calhar, para as entidades públicas que tomam contacto com estas situações procurar resolver de algum modo a situação que está em causa e não as encaminharem para as vias legais correspondentes, nomeadamente fazendo as correspondentes participações ao Ministério Público, para que quando há maus-tratos a animais se possa dar origem a uma queixa-crime, a um inquérito e à respectiva tramitação legalmente prevista no Código de Processo Penal. É também neste sentido que a Comissão recomenda que as entidades públicas tenham uma diligente intervenção ao nível das respectivas competências, perante as denúncias de maus-tratos aos animais.

Esta petição deve fazer-nos pensar como cidadãos. Dizia há pouco o Deputado Paulo Rosa que a maneira como uma sociedade trata os animais é também um indicador do seu grau de civilização e do seu grau de humanidade. Penso que esta petição, expressando um sentimento genuíno de 2100 cidadãos que a subscreveram, deve também fazer os políticos reflectirem e pensarem sobre o grau de protecção que os animais têm na nossa sociedade. Se calhar, deveremos todos também procurar, ao nível das nossas competências – o Parlamento,

no âmbito legislativo e o Governo, que aqui está nesta sessão, no âmbito do executivo –, dar mais meios a estas associações, para que elas possam desempenhar melhor o seu trabalho e possam desempenhar também, duma maneira eficaz, a protecção dos animais.

Porque, infelizmente, o que também constatamos é que, sobretudo nestes dias de Verão, entre as férias, a praia e outras realidades mais convidativas, é bem mais fácil abandonar na rua um animal do que tratá-lo ou entregá-lo ao cuidado de terceiros. Penso que, como cidadãos, devemos estar atentos a esta questão e devemos dar as respostas adequadas.

É óbvio que sabemos que, do ponto de vista parlamentar, esta petição não exige deste Parlamento qualquer acto legislativo, apenas determina a realização deste debate que estamos aqui a fazer. Mas as conclusões desta petição, perdão, as conclusões que estão expressas no relatório sobre esta petição julgo que nos devem fazer reflectir sobre actuações de política executiva ou de política legislativa, se for caso disso, para assegurarmos uma melhor protecção dos direitos dos animais nos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(* Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pouco mais há a acrescentar relativamente àquilo que já foi dito.

De facto, esta é uma iniciativa de grande mérito. É um tema que nos toca a todos; nas nossas terras, nas nossas ilhas, todos temos essa experiência de vermos animais abandonados, maltratados, enfim, em situações muito precárias e, daí, o mérito desta iniciativa.

Efectivamente, como afirmou o Sr. Presidente da Comissão, uma das coisas que, enfim, mais nos preocupou e mais nos deixou, digamos, alerta em termos de Comissão foi, de facto, o défice de informação relativamente àquilo que deve e pode ser feito e que leva, exactamente, ao mau encaminhamento, muitas vezes, de um conjunto de queixas.

Claro que as peticionárias têm uma preocupação muito objectiva – têm várias preocupações, mas uma muito objectiva –, que tem a ver com o facto de verem em propriedades privadas animais muito maltratados e não poderem efectivamente actuar, não terem meios para actuar. Importa de facto pensar no grau de protecção que temos de dispensar aos animais e naquilo que poderemos fazer relativamente a isso, embora, em termos de Comissão e de

audição das peticionárias, o Sr. Presidente da Comissão tenha explicado com toda a clareza às peticionárias quais as nossas limitações nesta matéria, quais as limitações desta casa e as limitações da própria Comissão. Penso que isso ficou claro e ficou também claro que, sem uma nova atitude dos cidadãos perante os animais, nenhuma legislação alterará esta situação. Importa eventualmente promover algumas campanhas de sensibilização, de modo a que possamos alertar as pessoas para estas situações, sobretudo se tivermos em conta que as camadas mais jovens, hoje, através das próprias escolas, já estão cada vez mais despertas para essas situações e mais preocupadas com elas. Penso que importava, se calhar, complementar esse trabalho que já vai sendo feito pelo próprio sistema de ensino junto dos mais jovens, alargá-lo a outras faixas etárias e sensibilizar a nossa população para a péssima imagem que muitas vezes deixamos a quem nos visita.

Aliás, convém também constatar que a maioria das queixas de quem nos visita não tem a ver com a qualidade dos hotéis, ou os transportes, ou a alimentação, ou outras coisas do género. A generalidade das queixas tem justamente a ver com os maus-tratos, ou o abandono e os maus-tratos, em que encontram, em algumas circunstâncias, alguns animais.

Portanto, desse ponto de vista, julgo que era importante que todos tentássemos fazer alguma coisa relativamente a esta matéria, que é uma matéria muito sensível e é uma matéria importante, do ponto de vista do exercício da cidadania. Por isso importa, de facto, tentarmos criar aqui – sensibilizar, mas simultaneamente criar aqui –, de alguma forma, algum grau de protecção mais eficaz, que nos possa salvaguardar e salvaguardar, sobretudo, os animais deste tipo de tratamentos a que, muitas vezes, são sujeitos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, para saudar a iniciativa cidadã desta petição, saudar vivamente as conclusões da Comissão e esperar – e desejar – que elas tenham eco em quem de direito, sobretudo ao nível das campanhas de sensibilização e de informação.

Quem sabe, talvez brevemente surja nesta casa uma proposta ou uma iniciativa legislativa no sentido de verter em letra de lei os direitos dos animais que ainda não existem na Região.

E, finalmente, saudar esta casa por ter acolhido de uma forma tão receptiva e tão calorosa esta petição contra os maus-tratos dos animais e em defesa dos direitos dos animais, tão

pouco tempo depois de aqui termos debatido e votado a possibilidade da introdução da sorte de varas na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Está a misturar as coisas.

A Oradora: Não há nada de mais contraditório do que este discurso que acabámos de aqui ter e aquele outro que aqui tivemos, porque são animais.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A Oradora: A menos que consigam provar-me que uns são extraterrestres e os outros é que são animais.

Muito obrigada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não misture as coisas. Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): São animais, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos a atingir as 20 horas. Vamos ficar por aqui nos nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã às 10 horas da manhã, com a agenda.

Bom jantar, muito boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

António Lima Cardoso Ventura

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

Comissão de Inquérito

Construção do navio Atlântida e do 2º navio de 60 metros

1. Os Grupos e Representações Parlamentares assistem com muita preocupação ao processo de construção do navio de passageiros e viaturas “Atlântida”, encomendado pelo Governo Regional.
2. Estão em causa avultadas verbas e o dinheiro dos açorianos. O custo de 48 milhões de euros, que a construção do navio “Atlântida” já atingiu, representa cerca de 10% das verbas do Plano Anual para o corrente ano de 2009 que o Governo Regional apresentou.
3. A comunicação social açoriana, e agora a nacional, têm vindo a denunciar os atrasos na entrega do navio, bem como inúmeros problemas de estabilidade em avaria e “intacta”, detectadas já na fase final de construção. Segundo notícias que vieram a público, um relatório do IPTM, de há poucos dias, refere a existência de mais de 100 anomalias.
4. Ainda segundo a comunicação social, o navio só pode ser certificado para navegar até 200 milhas de um porto de abrigo e está penalizado na capacidade de carga e velocidade, bem como na operação em alguns dos portos açorianos.

5. Tudo isso faz do navio Atlântida um activo sem valor transaccionável e que o mesmo já seja apelidado de “navio cheio de remendos”.
6. Na sequência de declarações do Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros de Viana do Castelo na Assembleia da República, que afirmou que “a história do navio dos Açores é muito triste”, o Governo Regional não respondeu a um Requerimento, no qual eram solicitados esclarecimentos e documentos contratuais sobre a construção dos navios Atlântida e outro de menor dimensão, adjudicados aos Estaleiros de Viana do Castelo.
7. Posteriormente foi solicitada a comparência do Secretário Regional da Economia na Comissão Especializada de Economia da Assembleia Legislativa, para prestar esclarecimentos sobre o processo de construção do navio “Atlântida”. O Partido Socialista chumbou a proposta de audição.
8. Agora, o Governo Regional pede ao Estaleiro a suspensão da construção do 2º navio, aparentemente depois da notícia publicada no semanário Expresso, que identifica os graves problemas do navio Atlântida.
9. Os Grupos e Representações Parlamentares subscritores entendem que é urgente o esclarecimento total de todo o processo de construção dos dois navios.
10. Assim, os Grupos e Representações Parlamentares subscritores irão apresentar, na Assembleia Legislativa, uma proposta de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para o efeito, que deverá igualmente apurar as responsabilidades políticas e pessoais dos intervenientes em todo o processo.

Ponta Delgada, 19 de Março de 2009

Os Grupos e Representações Parlamentares, *António Marinho, Artur Lima, Zuraida Soares, Anibal Pires. Paulo Estêvão*

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 296/X -
“ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 66/2008, DE 9 DE ABRIL, QUE REGULA A
ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO SOCIAL DE MOBILIDADE AOS CIDADÃOS**

BENEFICIÁRIOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O CONTINENTE E A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA”.

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 7 de Julho de 2009, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de apreciar e dar parecer sobre o Proposta de Lei que “regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira”.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente Proposta de Lei enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro.

CAPÍTULO II APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

No contexto da liberalização da rota do transporte aéreo entre a Madeira e o Continente foi publicado o Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de Abril, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, através da concessão de um valor fixo de 60 euros por viagem de ida e volta, desde que a tarifa exigida seja superior a esse montante.

A presente Proposta de Lei consiste na alteração do regime de atribuição do subsídio social de mobilidade para um valor percentual e na reposição e consagração de uma diferenciação positiva entre o passageiro residente e o passageiro estudante, através da introdução de uma majoração sobre o valor da viagem ida e volta de modo a salvaguardar o interesse superior dos estudantes exercerem o seu direito à educação em qualquer estabelecimento de ensino no País (Continente e Regiões Autónomas).

A alteração ao regime jurídico tem por base uma maior justiça social através de um subsídio atribuído por valor percentual, bem como o direito à educação associado ao princípio da continuidade territorial e ao princípio da solidariedade.

O presente projecto de Lei pretende salvaguardar o direito à educação mediante a atribuição de um apoio diferenciado ao passageiro estudante relativamente ao passageiro residente, salvaguardando o interesse superior dos estudantes acederem à sua formação em qualquer estabelecimento de ensino para prosseguirem os seus estudos, atenuando a barreira geográfica inerente à insularidade da Região Autónoma da Madeira.

O Decreto-Lei que se pretende alterar com a Proposta de Lei em análise regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira.

O presente Projecto de Lei não tem aplicação na Região Autónoma dos Açores.

A Comissão deliberou por maioria, com os votos a favor do PS, PSD e do BE e com a abstenção do CDS/PP, nada ter a opor.

O Relator, Francisco V. César

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José de Sousa Rego

ANTEPROPOSTA DE LEI

Permite às Regiões Autónomas a participação em Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial - primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de Novembro

Exposição de Motivos

O Decreto-Lei 376/2007 de 8 de Novembro transpôs para o ordenamento jurídico nacional o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT).

Estes agrupamentos, pessoas colectivas de natureza associativa, dotadas de personalidade jurídica, têm-se revelado um instrumento eficaz e adequado para promover acções e projectos de cooperação com o objectivo de facilitar e promover a

cooperação territorial e tendo em vista reforçar a coesão económica e social no espaço comunitário.

As Regiões Autónomas, pela sua natureza da sua situação geográfica, bem como pelos obstáculos específicos que encontram ao seu desenvolvimento, demonstram uma especial apetência para a participação em projectos orientados para a cooperação. No entanto, o referido Decreto-Lei 376/2007 de 8 de Novembro exclui as Regiões Autónomas da possibilidade de participação nestes agrupamentos.

Este impedimento está em flagrante contradição com as competências que lhes são cometidas pela alínea u) do n.º1 artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e, igualmente, com o disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 124.º da Lei 2/2009 de 12 de Janeiro, que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e, também, com o estatuído na alínea m) do n.º1 do artigo 36.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 130/99, de 21 de Agosto e pela Lei n.º 12/2000, de 21 de Junho, que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

Da análise destes normativos resulta clara a intenção do legislador, aos diversos níveis de permitir a possibilidade de as Regiões Autónomas participarem em Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial, não se encontrando assim justificações para a sua exclusão.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo da alínea f) do n.º1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º1 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2009 de 12 de Janeiro, que «aprova o Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores», apresenta à Assembleia da República a seguinte Proposta de Lei:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 376/2007 de 8 de Novembro

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 376/2007 de 8 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

(...)

1 — Podem ser membros de um AECT:

- a) (...);
- b) As Regiões Autónomas;
- c) (*anterior alínea b*);
- d) (*anterior alínea c*);
- e) (*anterior alínea d*);
- f) (*anterior alínea e*);

2 - (...).

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

8 de Julho de 2009

O Deputado Regional do PCP, Aníbal Pires

Listagem da correspondência

1 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: Encerramento de Lojas de Atendimento ao Público da SATA.

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 09.07.08

Referência: 54.04.04 – N.º 97/IX;

Assunto: Encerramento da Loja de Vendas da SATA em Vila do Porto.

Proveniência: Gabinete da Presidência

Autora: Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 09.07.08

Referência: 54.03.01 – N.º 101/IX

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 97/IX – ENCERRAMENTO DE LOJAS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SATA

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 97/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Pires, do PCP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - O Grupo SATA estuda, de modo contínuo, a optimização da utilização de recursos de forma a obter ganhos de qualidade no serviço prestado.

O Grupo SATA não tomou nenhuma decisão de encerramento das Loja de Vendas nas Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Flores, não afastando, contudo, a possibilidade de poder introduzir melhorias nos serviços a prestar naquelas ilhas, designadamente, pela adequada centralização estratégica de recursos.

2 e 3 - O combate à desertificação nas ilhas da Região é uma marca impressiva dos Governos do Partido Socialista, e que o X Governo dos Açores, através do seu Programa do Governo, se comprometeu a continuar a prosseguir, designadamente, através de políticas que fomentem a coesão económica, social e territorial.

Por isso, uma eventual centralização estratégica de recursos da SATA, nas ilhas onde esta estratégia se revelar adequada, não acarretará esvaziamento de serviços, nem tampouco redução de efectivos, mas, apenas, a introdução de melhorias no serviço prestado.

4- No âmbito da procura contínua de melhorias de serviço para os seus passageiros, em geral, e para os Açorianos, em particular, o Grupo SATA tem desenvolvido um modelo de distribuição e vendas universal.

O Grupo SATA conta, actualmente, com 21 pontos de venda ao público, com presença física em todas as ilhas dos Açores.

Ademais, hoje em dia, o Grupo SATA conta com dois importantes canais de distribuição e vendas, nomeadamente, o Contact Center e a WEB (www.sata.pt), a partir dos quais os passageiros podem aceder aos serviços.

Além disso, o Grupo SATA cultiva uma relação de proximidade e de complementaridade com todos os Agentes de Viagens que, como se sabe, disponibilizam ao público em geral todos os serviços relacionados com viagens.

O X Governo dos Açores, através do Grupo SATA, quer continuar a oferecer um serviço de proximidade de elevada qualidade, tendo em conta todas as potencialidades do seguinte modelo aberto de distribuição e vendas:

- Lojas de Vila/Cidade SATA;
- Balcões de Aeroporto/Aeródromo SATA;
- Canal Contact Center 707 22 72 82;
- Canal WEB www.sata.pt
- Rede de Agentes de Viagens

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 101/IX – ENCERRAMENTO DA LOJA DE VENDAS DA SATA EM VILA DO PORTO

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 101/IX, subscrito pela Senhora Deputada Aida Santos, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 e 2 - O Grupo SATA estuda, de modo contínuo, a optimização da utilização de recursos de forma a obter ganhos de qualidade no serviço prestado, incluindo, naturalmente, na ilha de Santa Maria. Essa análise de meios de optimização é permanente, sendo que, no caso de Vila do Porto, não é possível afirmar que já se chegou à conclusão do encerramento da Loja.

3 e 4 - O combate à desertificação nas ilhas da Região é uma marca impressionante dos Governos do Partido Socialista, que o X Governo dos Açores, através do seu Programa do Governo, se comprometeu a continuar a prosseguir, designadamente, através de políticas que fomentem a coesão económica, social e territorial.

Por isso, uma eventual centralização estratégica de recursos da SATA nas ilhas onde esta estratégia se revelar adequada não acarretará esvaziamento de serviços, nem tampouco redução de efectivos, mas, apenas, a introdução de melhorias no serviço prestado.

5 - No âmbito da procura contínua de melhorias de serviço para os seus passageiros, em geral, e para os Açorianos, em particular, o Grupo SATA tem desenvolvido um modelo de distribuição e vendas universal.

O Grupo SATA conta, actualmente, com 21 pontos de venda ao público, com presença física em todas as ilhas dos Açores.

Ademais, hoje em dia, o Grupo SATA conta com dois importantes canais de distribuição e vendas, nomeadamente, o Contact Center e a WEB (www.sata.pt), a partir dos quais os passageiros podem aceder aos serviços.

Além disso, o Grupo SATA cultiva uma relação de proximidade e de complementaridade com todos os Agentes de Viagens que, como se sabe, disponibilizam ao público em geral todos os serviços relacionados com viagens.

O X Governo dos Açores, através do Grupo SATA, quer continuar a oferecer um serviço de proximidade de elevada qualidade, tendo em conta todas as potencialidades do seguinte modelo aberto de distribuição e vendas:

- Lojas de Vila/Cidade SATA;
- Balcões de Aeroporto/Aeródromo SATA;
- Canal Contact Center 707 22 72 82;
- Canal WEB www.sata.pt
- Rede de Agentes de Viagens

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

Pela redactora, *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa*